

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**OS CAMINHOS DE UMA NOVA *SIEMBRA PETROLERA*:
DISTRIBUIÇÃO E CIRCULAÇÃO DA RENDA PETROLEIRA NA
VENEZUELA BOLIVARIANA (2003-2012)**

Vicente Neves da Silva Ribeiro

Orientadora: Profa. Dra. Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes

Agosto de 2018

VICENTE NEVES DA SILVA RIBEIRO

**OS CAMINHOS DE UMA NOVA *SIEMBRA PETROLERA*:
DISTRIBUIÇÃO E CIRCULAÇÃO DA RENDA PETROLEIRA NA
VENEZUELA BOLIVARIANA (2003-2012)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Profa. Dra. Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes

Agosto de 2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

R484c Ribeiro, Vicente Neves da Silva
Os caminhos de uma nova siembra petrolera: distribuição e
circulação da renda petrolera na Venezuela Bolivariana
(2003-2012) / Vicente Neves da Silva Ribeiro ; Virgínia
Maria Gomes de Mattos Fontes, orientadora. Niterói, 2018.
166 f. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói,
2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2018.d.01050431090>

1. Venezuela. 2. Renda Petrolera . 3. Petróleo. 4.
Processo Bolivariano. 5. Produção intelectual. I. Título
II. Fontes, Virgínia Maria Gomes de Mattos , orientadora. III.
Universidade Federal Fluminense. Instituto de História.

CDD -

VICENTE NEVES DA SILVA RIBEIRO

Os caminhos de uma nova *siembra petrolera*:
distribuição e circulação da renda petrolera na Venezuela Bolivariana (2003-2012)

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes - UFF
(orientadora)

Prof. Dr. Asdrúbal Baptista – IESA (Venezuela)
(arguidor)

Prof. Dr. Juan Kornblihtt – UBA/UNGS (Argentina)
(arguidor)

Profa. Dra. Carla Cecilia Campos Ferreira - UFRJ
(arguidora)

Prof. Dr. Flavio Ferreira de Miranda - UFRRJ
(arguidor)

Prof. Dr. Demian Bezerra de Melo - UFF
(suplente)

para Caetano

AGRADECIMENTOS

Realizar esse trabalho implicou no apoio de muitas pessoas e instituições. Algumas delas não posso deixar de mencionar explicitamente.

Gostaria de agradecer minha orientadora, Virgínia Fontes, pela abertura e compromisso. Seu apoio e sua disponibilidade para o diálogo foram fundamentais para me levar a refletir a partir de outras perspectivas. Agradeço também os colegas do Grupo de Trabalho e Orientação com os quais compartilhamos muitas discussões refletidas nestas páginas.

Agradeço à Universidade Federal da Fronteira Sul pela possibilidade de me afastar das atividades docentes e me dedicar à pesquisa durante parcela do doutorado. Agradeço especialmente aos colegas do curso de História pelo apoio.

Na Venezuela, contei com o apoio de muitos amigos com quem compartilhei minhas estadias por lá. Quero agradecer a todos e mencionar, especialmente, Zuleika, Maikell, Yukenci, Juan, Andrea, Gabriela e Cesar pelo carinho com que sempre me receberam.

Nesse período, tive a oportunidade de dialogar com vários pesquisadores que generosamente compartilharam comigo suas investigações. Menciono, especialmente, Asdrúbal Baptista, Juan Kornblihtt, Carla Ferreira, Carlos Mendoza Potelá, Tomás Centeno, Manuel Sutherland e Emiliano Terán. Agradeço também de forma muito especial a meu amigo Paúl Arteaga com quem estabelecemos um perene e produtivo diálogo sobre a história da Venezuela e os desafios para estudá-la.

Na minha estadia nos Estados Unidos, gostaria de agradecer à professora Julie Skurski pela generosa acolhida e as possibilidades de diálogo.

No Brasil, muitas pessoas foram importantes para essa pesquisa e quero agradecer a todos, especialmente Anna Christina, Ricardo, Leonardo, Danilo, Ivania, Jaqueline, Juliana e Lidiane.

Agradeço a meus pais, Alvaro e Rosane, e ao meu irmão Joaquim pelo apoio carinhoso ao longo dessa caminhada.

E, por fim, quero agradecer minha companheira Alice, que compartilhou comigo o cotidiano da elaboração desse trabalho, e o nosso filho, Caetano, que se somou no final dessa jornada. Amo vocês.

RESUMO

Analisamos nesse trabalho a distribuição da renda petroleira no período de 2003 a 2012, na Venezuela. O período em questão deve sua especificidade a uma conjuntura favorável dos preços do petróleo no mercado internacional; um novo marco regulatório do setor petroleiro que visava ampliar a arrecadação fiscal; um controle mais estreito do governo sobre a empresa nacional de petróleo, a Petróleos da Venezuela, S.A. (PDVSA), e o início do controle de câmbio. Buscamos compreender como esse período da Venezuela Bolivariana se insere na história mais ampla da Venezuela Petroleira analisando os mecanismos de distribuição da renda petroleira. Em um primeiro momento, faremos uma discussão das teorias da renda da terra, apontando parâmetros para a análise da renda petroleira. Em um segundo momento, debateremos a história da Venezuela Petroleira tendo em vista situar em um contexto mais amplo o período por nós estudado. Na sequência, nos debruçamos sobre algumas medições da renda petroleira e buscamos medi-la no período em estudo. Ao final, buscamos situar a história mais recente da Venezuela em um quadro mais amplo. Esse trajeto nos permite refletir sobre os mecanismos mais importantes para a distribuição da renda petroleira no período em estudo, entre os quais se destacam a importância assumida pela PDVSA na gestão de política sociais, o papel do câmbio para a transferência de capacidade de pagamento do setor exportador para o setor importador e o crescente subsídio aos derivados do petróleo no mercado interno.

ABSTRACT

The following work analyzes the distribution of oil rents in the period from 2003 to 2012, in Venezuela. This period owes its specificity to a favorable environment for oil prices in the international market; a new regulatory framework for the oil sector aimed at increasing tax revenues; a closer government control over the national oil company, *Petróleos de Venezuela, S.A. (PDVSA)*, and the beginning of currency exchange control. The understanding of how this period of Bolivarian Venezuela is inserted in the wider history of Venezuela as an oil exporting country is sought, analyzing the mechanisms of distribution of oil rents. Firstly, theories of rent of land are discussed, pointing out parameters for the analysis of the oil rents. Secondly, the history of Venezuela as an oil exporting country is brought to discussion, in order to situate the period of analysis in a broader context. Following, some measurements of the oil rents are observed in an attempt to measure it during the studied period. In the end, the most recent history of Venezuela is placed within a broader picture. This agenda promotes a reflection on the most important mechanisms for the distribution of oil rents during the aforementioned period, among which we highlight the importance taken by the PDVSA in the management of social policies, the role of currency exchange in the transfer of payment capacity of the export sector to the import sector and the increasing subsidy to oil products in the domestic market.

RESUMEN

Analizamos en ese trabajo la distribución de la renta petrolera en el período de 2003 a 2012, en Venezuela. El período en cuestión debe su especificidad a una coyuntura favorable de los precios de petróleo en el mercado internacional; un nuevo marco regulatorio del sector petrolero que pretendía ampliar la recaudación fiscal; un control más estrecho del gobierno sobre la empresa nacional de petróleo, Petróleo de Venezuela, S.A. (PDVSA), y el inicio del control de cambio. Buscamos comprender cómo ese período de la Venezuela Bolivariana se inserta en la historia más amplia de la Venezuela Petrolera analizando los mecanismos de distribución de la renta petrolera. En un primer momento, hicimos una discusión de las teorías de la renta de la tierra, apuntando parámetros para el análisis de la renta petrolera. En un segundo momento, debatimos la historia de la Venezuela Petrolera buscando situar en un contexto más amplio el período en estudio. En el capítulo tercero nos ocupamos de algunas mediciones de la renta petrolera y buscamos medirla en el período en estudio. Al final, buscamos situar la historia más reciente de Venezuela en un cuadro más amplio. Este trayecto nos permite reflexionar sobre los mecanismos más importantes para la distribución de la renta petrolera en el período en estudio, entre los cuales destacamos la importancia asumida por PDVSA en la gestión de políticas sociales, el rol de la tasa de cambio para la transferencia de capacidad de pago del sector exportador al sector importador y el creciente subsidio a los derivados de petróleo en el mercado interno.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1. Renda petroleira: aspectos teóricos.....	24
1.1 A renda da terra.....	25
1.2 Teoria da renda e petróleo: dados ilustrativos.....	28
1.3 Intercâmbio desigual, teoria da dependência e renda da terra.....	30
1.4 Aspectos teóricos da distribuição da renda petroleira.....	30
1.5 Renda petroleira e processo bolivariano: apontamentos iniciais.....	44
CAPÍTULO 2. Venezuela petroleira: uma introdução.....	48
2.1 Do início da exportação de petróleo à Reforma de 1943.....	49
2.2 Lei de Hidrocarbonetos de 1943.....	58
2.3 Os desdobramentos da Reforma de 1943.....	59
2.4 O auge petroleiro da década de 1970 e a nacionalização do petróleo.....	63
2.5 A Venezuela e a crise da dívida.....	66
2.6 PDVSA em meio à crise.....	75
2.7 A retomada do nacionalismo petroleiro.....	77
2.8 O golpe de abril de 2002.....	80
CAPÍTULO 3. A distribuição da renda petroleira no Processo Bolivariano entre 2003 e 2012.....	82
3.1 Extração e Exportação de Petróleo.....	82
3.1.1 Extração de Petróleo.....	83
3.1.2 O papel das transnacionais petroleiras.....	86
3.1.3 Quem está produzindo o petróleo?.....	88
3.1.4 Que tipo de petróleo está sendo produzido?.....	93
3.1.5 Qual o destino do petróleo?.....	95
3.1.6 Qual o preço do petróleo?.....	99
3.2 As medições da renda petroleira: algumas proposições.....	101
3.2.1 As medições do PODE a partir de 2006.....	101
3.2.2 As medições de Asdrúbal Baptista em Los Números del Petroleo.....	105
3.2.3 As medições da renda petroleira por Juan Kornbhlitt e Fernando Dachevsky.....	113
3.3. Os mecanismos internos de distribuição da renda petroleira.....	117
3.4 A questão do superfaturamento de importações.....	135
3.5 O mercado interno da gasolina.....	136
3.5 Algumas conclusões.....	138
CAPÍTULO 4 - Processo Bolivariano na Venezuela Petroleira: mudanças e permanências de uma formação social.....	140

4.1 Contexto global: a nova divisão internacional do trabalho e da natureza...	140
4.2 A onda progressista na América do Sul: do nacionalismo dos recursos naturais à crítica do extrativismo.....	141
4.3 Natureza e renda petroleira.....	144
4.4 Política social venezuelana e fundo público.....	145
4.5 Burocracia e fundo público.....	147
4.6 Proletariado e capitalismo rentístico.....	148
4.7 O processo bolivariano como resposta ao colapso do capitalismo rentístico: renda petroleira e política social.....	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	157

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Evolução do salário real	73
Figura 2. Produção de petróleo na Venezuela (1920 – 2012)	83
Figura 3. Investimentos e consumo de capital fixo no setor petrolífero (1943-1975)	84
Figura 4. Investimentos e consumo de capital fixo no setor petrolífero (1976-2012)	85
Figura 5. Convênios operativos e associações estratégicas	89
Figura 6. Extração de petróleo por modalidade (1997-2012)	91
Figura 7. Distribuição da extração de petróleo (1997-2012)	92
Figura 8. Produção de petróleo por densidade	94
Figura 9. Destino do petróleo e derivados (1950-2012)	95
Figura 10. Mercado interno e externo do petróleo (1950-2012)	96
Figura 11. Mercado interno e externo do petróleo (1997-2012)	97
Figura 12. Preço Petróleo Bruto – Cesta Venezuela (1920-2012)	100
Figura 13. Subsídios nos derivados do petróleo no mercado interno	102
Figura 14. PIB não-rentístico e renda petrolífera internacional (1997-2012)	111
Figura 15. Preços dos derivados do petróleo (1997-2012)	113
Figura 16. Valor total dos derivados do petróleo no mercado interno (1997-2012)	114
Figura 17. Exportações e importações da Venezuela entre 1997 e 2014 em preços correntes	117
Figura 18. Exportações e importações da Venezuela entre 1997 e 2012 em preços constantes	118
Figura 19. Importações por destino (1997-2012)	119
Figura 20. Distribuição das importações por destino (1997-2012)	120
Figura 21. Importações do setor não-petrolífero (1997-2012)	121
Figura 22. Importações do setor petrolífero (1997-2012)	121
Figura 23. Dólar oficial para importações e dólar em PPP.	122
Figura 24. Valorização do Bolívar em relação ao dólar (1996 - 2012)	123
Figura 25. Valorização do Bolívar em relação ao dólar (1922 – 2012).	124
Figura 26. Fórmula de cálculo da paridade relativa do poder de compra	125
Figura 27. Valorização do bolívar em relação à taxa de câmbio de paridade (1967 – 2012). 1967 = 100	126
Figura 28. Taxa de câmbio (2003-2012)	128
Figura 29. Evolução do índice de preços dos produtos importados no mercado interno e da taxa de câmbio oficial (1999-2012)	129
Figura 30. Evolução dos preços das importações no mercado interno e da taxa de câmbio oficial e paralela	130
Figura 31. Evolução do índice de preços no atacado sem impostos (1999 – 2012)	131
Figura 32. Evolução das taxas de câmbio (2003 – 2012)	131
Figura 33. Volume Físico de Importações por Dólar	133
Quadro 1. Nacionalização do Petróleo: concessionárias convertidas em filiais da PDVSA	65
Quadro 2. Taxas de incidência: pobreza geral e pobreza extrema	72
Quadro 3. Empresas mistas criadas a partir da migração dos convênios operativos	90

Quadro 4. Cálculo da renda petroleira (2012). Taxa de lucro bruta do setor petroleiro nos EUA	106
Quadro 5. Setores petroleiro e não-petroleiro em 2012	106
Quadro 6. Cálculo da renda petroleira de 2012. Taxa de excedente do setor não-petroleiro da Venezuela	107
Quadro 7. Taxa de lucro líquido dos setores não-petroleiro e petroleiro na Venezuela em 2012	108
Quadro 8. Cálculo da renda petroleira de 2012. Taxa de lucro líquido do setor não-petroleiro da Venezuela	108
Quadro 9. Mercado interno e mercado externo do setor petroleiro na Venezuela em 2012	109
Quadro 10. Preço de produção do mercado interno e mercado externo do setor petroleiro em 2012	109
Tabela 1. Evolução da Dívida Externa (1974 - 1982)	69
Tabela 2. PIB Setores Petroleiro e Não-Petroleiro de 2006	101
Tabela 3. PIB Petroleiro Não-Rentístico e Renda Petroleira Internacional de 2006	103
Tabela 4. PIB Não-Rentístico e renda petroleira internacional, a preços corrente e constante	111
Tabela 5. Preços Derivados do Petróleo no Mercado Interno (2012)	134

INTRODUÇÃO

A história da América Latina do século XXI foi marcada por dois ciclos importantes: governos de esquerda e auge dos preços dos produtos primários de exportação. Destes dois ciclos, a Venezuela participa de forma marcante em ambos. Foi o primeiro governo a se contrapor ao ciclo neoliberal dos anos 1990, a partir de 1999, e progressivamente tornou-se referência para a esquerda latino-americana e mundial ao lançar um chamado à construção do socialismo do século XXI. Quanto ao auge dos produtos primários de exportação, a Venezuela assistiu à multiplicação em dez vezes dos preços do petróleo, aumentando de forma exponencial sua principal fonte de divisas e base de sua arrecadação fiscal.

Passei a participar de forma ativa da política igualmente em 1999 e aos poucos a acompanhar o governo bolivariano na Venezuela. Em 2002, o golpe e o contragolpe de abril foram marcantes. Em uma América Latina na qual tantos processos de mobilização social foram esmagados pelo recurso do golpe de Estado, o 13 de abril representava uma espécie de revanche histórica. Quando cerca de um ano depois, Hugo Chávez participou do Fórum Social Mundial, o processo bolivariano começava a ser conhecido pela esquerda latino-americana e mundial, mas seria na seguinte edição realizada em Porto Alegre, em 2005, que o líder bolivariano se consagraria como referência para a esquerda mundial ao lançar o desafio de construir um novo socialismo.

No final de 2005 passei a estudar de forma mais sistemática a história contemporânea da América Latina e, em especial, a Venezuela, onde estive pela primeira no início de 2006, no Fórum Social Mundial das Américas, algo que me motivaria a apresentar, no final deste ano, meu projeto de mestrado sobre a relação entre o petróleo e o processo bolivariano, enfocando o período de aguda disputa hegemônica entre 2001 e 2003 (RIBEIRO, 2009).

A tese aqui apresentada busca dar continuidade a esse projeto de investigação. No mestrado, me dediquei a estudar a disputa por qual estratégia de controle do petróleo primária no próprio setor, opondo por um lado uma estratégia de liberalização do setor petrolífero e, por outro, uma estratégia centrada na maximização da arrecadação fiscal petrolífera. Esta segunda alternativa é vitoriosa no início de 2003, e a presente tese de doutorado busca compreender a distribuição da renda petrolífera a partir deste momento

até o final do governo Chávez, no início de 2013. Isto é, após o período de agudas disputas, no qual a Venezuela viveu entre marchas e contramarchas e, ocasionalmente, entre golpes e contragolpes, busco compreender o destino da renda petroleira, maximizada por conta da retomada do nacionalismo petroleiro e do novo auge dos preços do petróleo.

A condição de país petroleiro foi colocada em questão por vários pensadores ao longo do século XX, período moldado pela relação entre a Venezuela e seu petróleo. Enquanto a atividade extrativa era realizada por companhias transnacionais, uma parcela do excedente petroleiro era apropriada na forma de renda pelo Estado venezuelano na sua condição de proprietário do subsolo. Assim, enquanto a maior parte do petróleo era exportada restava no país a renda petroleira oriunda dessas exportações. A questão do destino desta renda petroleira foi central no pensamento político venezuelano.

A consigna com mais fortuna para responder à questão do destino da renda foi lançada por Arturo Uslar Pietri, no final dos anos 1930: *semear petróleo*. A riqueza efêmera do petróleo deveria ser empregada para criar as condições para a geração de uma riqueza permanente na agricultura e na indústria. Definida como a remuneração pela dilapidação de um “capital natural”, tais recursos deveriam se destinar a criar as bases de uma Venezuela pós-petroleira (BAPTISTA; MOMMER, 1987).

A força da consigna foi além do seu próprio conteúdo e sucessivos projetos políticos buscaram preenchê-lo com suas respectivas visões do país, movimento que continua até os dias de hoje. Assim, o discurso petroleiro democrático enfatizou que a semeadura do petróleo não deveria ter em mente somente os investimentos, mas igualmente o consumo da população. A permanência da *siembra petrolera* como consigna indica uma característica perene no pensamento político da Venezuela petroleira: os destinos da nação seriam determinados pelo destino dado à renda petroleira.

O projeto bolivariano se caracteriza pelo objetivo de realizar uma semeadura popular da renda petroleira, isto é, tais recursos estariam destinados a enfrentar a grave crise social vivida pela Venezuela no final dos anos 1990. Os primeiros anos do novo milênio são marcados pela disputa por qual estratégia de controle do excedente petroleiro será predominante, opondo por um lado uma perspectiva centrada na expansão do setor petroleiro e, por outro, uma agenda que subordina sua expansão à

ampliação da arrecadação fiscal petroleira. A partir de 2003, o controle simultâneo pelo governo da empresa nacional de petróleo e o estabelecimento do controle de câmbio configuram uma situação peculiar na qual o movimento bolivariano poderá implementar seu projeto. Busca-se analisar a distribuição da renda petroleira durante o período de dez anos até a morte de Hugo Chávez, no início de 2013.

Pensar a renda petroleira

La presión de los intereses privilegiados, cómplices de las transnacionales privó sobre gobiernos poco preparados para administrar riqueza colectiva tan engañosa. No alcanzaron a comprender la imposibilidad de inversión razonable de semejante dinero, en divisas extranjeras, *verdaderas órdenes de pago para obtener mercancías y servicios comprados fuera del territorio nacional*. Semejantes divisas caídas del cielo no resultaban siembrales (PÉREZ ALFONZO, 2011, p. 41, grifo meu).

Juan Pablo Pérez Alfonzo foi uma figura marcante para a história da Venezuela petroleira, sendo um dos principais artífices do nacionalismo petroleiro, bem como um dos seus mais agudos críticos, sobretudo na década de 1970, quando tal estratégia atingia seu ápice com a nacionalização do petróleo. Nos governos da Ação Democrática da década de 1940 e 1960 foi ministro de Fomento e de Energia e Minas, respectivamente, contribuindo para gestar uma estratégia de ampliação da arrecadação fiscal petroleira. Já na década de 1960, mas sobretudo a partir do auge dos preços do petróleo na década 1970, tornou-se um crítico agudo dos efeitos do enorme afluxo de divisas oriundas da exportação de petróleo. Não se tratava mais somente de questionar a apropriação excessiva pelas companhias do excedente petroleiro, mas de alertar para os riscos representados pelo maior volume de divisas disponível. Um de seus últimos livros, *“Hundiéndonos en el excremento del diablo”*, expressa essa nova ênfase, resgatando uma antiga metáfora para se referir ao petróleo (PÉREZ ALFONZO, 2011).

Conforme podemos ver no texto mencionado acima, para Pérez Alfonzo a renda petroleira se assemelha a ordens de pagamento para a compra de mercadorias e serviços fora do território nacional. Uma imagem que ilustra a desconfiança de um dos principais artífices da política petroleira nacionalista com a volumosa quantidade de divisas disponíveis durante o auge petroleiro dos anos 1970 e as apostas de que estas poderiam proporcionar um futuro desenvolvido, se fossem adequadamente semeadas. Para além

do tom polêmico, nos interessa essa afirmação, pois remete às características próprias da renda petroleira como ponto de partida para analisar seu destino. Debater a distribuição da renda petroleira é debater a distribuição de um poder de compra no mercado externo, a ser ali realizado. Levar essa condição em consideração é decisivo para pensar as contradições relacionadas à sua “semeadura”.

A distribuição desta capacidade de compra tem no câmbio um de seus pontos-chaves. O custo do acesso a essa capacidade de compra se determina, antes mesmo da atuação de outros mecanismos, pela taxa de câmbio impactando nos recursos que ficam com a PDVSA, a empresa petroleira de propriedade do Estado venezuelano. Devido à taxa de câmbio, mais do que a outros mecanismos fiscais, o setor petroleiro fica com mais ou menos recursos. Quando o câmbio está sobrevalorizado, o setor petroleiro se apropria de menos recursos, enquanto uma parte da renda petroleira é apropriada pelo setor não-petroleiro que adquire divisas, ao receber quando adquire divisas um poder de compra no mercado externo maior do que entrega no mercado interno.

A natureza do rendimento, uma transferência unilateral e internacional de poder de compra, faz com que a questão da distribuição se coloque de outra maneira. Distribuição de um rendimento que não se disputa diretamente na produção do setor petroleiro, já que não é produzido, e que é internacional, portanto, não relacionado ao esforço produtivo interno. Uma distribuição de um poder de compra no mercado mundial obtido unilateralmente pelo exercício de propriedade sobre parcelas monopolizáveis da natureza.

No primeiro capítulo, ao discutir a teoria da renda da terra, abordaremos em mais detalhe a afirmação acima, pressuposto teórico central para a presente tese. Mesmo assim, alguns esclarecimentos prévios fazem-se necessários. Ao afirmar que a renda petroleira não se disputa na produção, não podemos deixar de notar que o processo produtivo do setor petroleiro é condição indispensável para a extração do petróleo e, portanto, para a existência da renda petroleira. Entretanto, esta não é efetivamente produzida no próprio setor extrativo. Acrescenta-se que a renda petroleira, no caso em estudo, é oriunda exclusivamente das exportações de petróleo e seus derivados, portanto, tem sua origem nos países consumidores do petróleo (BAPTISTA, 2010; MOMMER, 1988).

O diabo mora nas metáforas

A renda petroleira é uma capacidade de compra unilateral no mercado mundial, associada à propriedade sobre as jazidas petroleiras pelo Estado e, a partir daí, distribuída através de determinada taxa de câmbio e por meio do gasto público.

O governo bolivariano define como seu objetivo realizar uma sementeira popular da renda petroleira visando pagar a dívida social. Mas o que vem a ser semear petróleo e pagar a dívida social? Longe de serem metáforas descartáveis para a abordagem da questão, elas representam a nossa necessária porta de entrada. A força das metáforas indicia uma aparência necessária, a partir da qual podemos perseguir nosso objeto.

Ao refletir sobre a sementeira do petróleo, Asdrúbal Baptista e Bernard Mommer (1987) analisam a capacidade de absorção de capital, tema que irá mobilizar, também, as atenções de Pérez Alfonzo e Celso Furtado. Quando Uslar Pietri assemelha o petróleo a um capital natural, mais do que um erro conceitual, isso é altamente representativo da realidade venezuelana e dos projetos em disputa.

Afinal, definir o que estamos semeando será decisivo para saber o que vamos colher. Ao defini-lo como capital, natural no caso, é de se esperar que se colha capital, é de se esperar que a colheita seja em máquinas, equipamentos etc. Mas, trata-se de uma sementeira estranha, pois se pretende semear petróleo e colher todo o resto, menos petróleo. Aqui mora outra questão. A ideia de sementeira traz a promessa de impactar os mais distantes recantos do país com seus efeitos, para além dos enclaves petroleiros. Será a forma como, por meio do Estado, a proprietária virtual da riqueza petroleira, a nação venezuelana, poderá acessar de forma mais benéfica e duradoura essa riqueza transitória.

Insistir na compreensão da renda petroleira como capacidade de compra no mercado mundial será de suma importância para a presente investigação. Semeia-se uma capacidade de compra no mercado mundial e será colhida uma capacidade de compra no mercado mundial. Neste trânsito, esta capacidade, por diversos caminhos, muda de mãos, mas permanece onde sempre esteve: no mercado mundial.

Esta sementeira colheu frutos variados: máquinas, frangos, celulares, viagens pelo mundo, terrenos na Flórida, títulos da dívida dos EUA, investimentos mundiais,

aplicações financeiras diversas. Todos têm algo em comum, afinal, a renda petroleira está no lugar de onde nunca saiu: o mercado mundial.

Uma outra metáfora importante, nem sempre vista como tal, é a do fluxo que, igualmente, pode nos pregar peças. Ao fluxo de petróleo costa a fora, corresponderia um fluxo de petrodólares costa a dentro que impregnaria todos os poros desta formação social. Mais do que um fluxo, será necessário pensar nos seus efeitos internos. O caminho para rastrear seus efeitos internos será buscar o destino da renda petroleira no mercado mundial.

Os dólares oriundos da exportação de petróleo se transformarão em compra de ativos no exterior, compra de bens de consumo, bens intermediários, bens de capital, viagens. É o que buscaremos rastrear. Assim, nosso caminho é analisar a renda petroleira no âmbito do mercado mundial em dois tempos, na sua origem e no seu destino, para, a partir disso, abordar as várias mediações que explicam seus efeitos no interior desta formação.

Mas que relação tem a Venezuela com o mercado mundial? Esta desenvolve uma peculiar relação de exterioridade. O petróleo estreita seus vínculos com o mercado mundial, mas reproduz uma relação de exterioridade. Isto é, a presença de uma renda da terra internacional permite aproximá-la em termos de capacidade de compra dos centros organizadores do mercado mundial, entretanto, a distância em termos produtivos é mantida e, por vezes, aprofundada. O petróleo define a forma como a Venezuela será incorporada no mercado mundial.

D a *siembra petrolera* ao *excremento do diabo*, o petróleo gozou de variada reputação. Passaporte para o futuro ou maldição, a história da Venezuela contemporânea foi escrita com essa tinta. Talvez o diabo não more no petróleo, mas, sim, nas metáforas.

A emergência da perspectiva socialista

A partir de 2005, emerge no seio do processo bolivariano um novo horizonte de transformação, o socialismo do século XXI. Veremos mais detalhadamente como este deslocamento se relaciona com os embates vividos nos turbulentos anos do início da

década de 2000. Nos interessa debater a relação da renda petroleira com o socialismo, tanto para a emergência deste horizonte de transformação quanto para a sua construção.

Sua emergência como horizonte de transformação está relacionada a um contexto de aumento da renda petroleira disponível a partir de 2003. Considerando a natureza e o volume deste ingresso, será proporcionada uma peculiar autonomia relativa à burocracia, transformando-a, crescentemente, em personificação da propriedade fundiária, da propriedade sobre a natureza e as consequências de sua afirmação no marco do mercado mundial. Além disso, é o contexto de uma economia dominada por décadas pela dinâmica da renda petroleira que irá configurar uma forma específica de questão social, base desde a qual o projeto bolivariano se erigirá e cujo enfrentamento será um de seus objetivos permanentes, vinculado de alguma forma à radicalização de seu horizonte de transformação.

Assim, a renda petroleira, tanto no seu movimento conjuntural quanto nas determinações estruturais de uma formação social que leva sua marca, é importante para compreender por que, a partir de determinado momento, a perspectiva socialista aparece no seio do processo bolivariano.

Resta saber qual o papel da renda petroleira na transição ao socialismo. Contribuiria a renda para potencializar esta passagem? Alguns autores se debruçaram sobre esta questão. Destaco as observações de Asdrúbal Baptista na apresentação da edição de 2010 de *Teoría Económica del Capitalismo Rentístico*, originalmente publicado em 1997, sugestivamente intitulada “*Después del Capitalismo Rentístico*”. Na parte final da apresentação, o autor discute a possibilidade da renda petroleira internacional poder servir para um desenvolvimento não capitalista. Sua principal consideração é reconhecer a renda como um rendimento oriundo do mercado mundial, portanto, capitalista, e que a sustentação de um modelo não capitalista deveria ser capaz de substituí-la, indicando a magnitude da tarefa.

A história da Venezuela no século XX esteve relacionada à seguinte questão: como a renda petroleira pode contribuir para o desenvolvimento do capitalismo? A relação entre o fluxo de divisas oriundo da exportação de matérias-primas e a dinâmica do capitalismo é a grande questão sobre a qual se debruçam os venezuelanos. Em meados da primeira década do século XXI, uma nova questão emerge: como a renda petroleira pode contribuir para a construção não mais do capitalismo, mas, sim, do

socialismo. Isto é, como construir, desde a especificidade da Venezuela, um trânsito para o socialismo.

A estrutura da tese

Para enfrentar a questão, dividimos a tese em quatro capítulos. No primeiro capítulo, *Renda petroleira: aspectos teóricos*, busca-se apresentar os fundamentos teóricos da renda petroleira. O termo renda adquiriu um significado impreciso e o capítulo busca retomá-lo de forma mais detida. Para isso, partimos das elaborações da economia política clássica e de sua crítica com Marx, retomando os debates sobre a renda da terra. Tais debates têm como pressuposto um mercado nacional, portanto, será decisiva para o propósito deste trabalho a apresentação de autores que associam o debate da renda da terra com o mercado mundial. Tomando o mercado mundial como unidade de análise, será possível identificar uma divisão internacional do trabalho, na qual alguns países se especializam na exportação de produtos primários e na apropriação de uma renda da terra de caráter internacional, oriunda justamente do mercado mundial. A renda petroleira é um dos exemplos no qual esse processo se apresenta de forma mais clara. O autor de referência para realizar esta análise específica da renda petroleira é Bernard Mommer, através de seus livros “*A Questão Petroleira*” (1988) e “*Petróleo Global e Estado Nacional Petroleira*” (2003b). De especial importância para o nosso propósito, será o seu conceito de regime petroleiro, isto é, o conjunto de regras e atores presentes no setor. Esta parte do capítulo é finalizada por uma discussão sobre a teoria marxista da dependência e o intercâmbio desigual, e as consequências de uma teoria da renda petroleira no mercado mundial para estas abordagens.

A segunda parte do capítulo está destinada ao processo de distribuição da renda petroleira e tem como conceito-chave o capitalismo rentístico, apresentado de forma sistemática pela obra de Asdrúbal Baptista (2010). Busca-se compreender as características de uma formação social que combina uma condição capitalista e a presença de uma renda da terra internacional.

O segundo capítulo, *Venezuela petroleira: uma introdução*, apresenta a história da Venezuela petroleira, ou seja, do período marcado pela condição de exportador de

petróleo assumida por esta formação social, da década de 1920 até o presente. O capítulo se divide em quatro partes: os primórdios da exploração do petróleo até a Reforma Petroleira de 1943; da Reforma até a Nacionalização, em 1976; da Nacionalização até a eleição de Hugo Chávez, em 1998; e, por fim, o período inicial do governo Chávez. Na primeira parte, buscamos debater especialmente a relação entre a Venezuela, até então um país pouco desenvolvido em termos capitalistas, e as grandes companhias petroleiras, uma das expressões mais características do capitalismo do início do século XX. É um momento no qual a Venezuela se torna, em menos de uma década, o maior exportador de petróleo do mundo, com a presença de massivos investimentos por parte do capital petroleiro internacional para extrair crescentes quantidades de óleo do seu subsolo. Durante esse período, estará em disputa a importância que a renda petroleira terá para o país, em detrimento de suas exportações tradicionais, e, igualmente, como será o processo de apropriação da renda petroleira.

A segunda parte é inaugurada pela Reforma Petroleira de 1943, na qual o marco regulatório do setor é estabelecido de forma unificada, proporcionando uma ampliação da renda petroleira captada pelo Estado e a renovação por mais 40 anos das concessões para as companhias. Ao longo das décadas seguintes, esta relação entre o Estado proprietário e as companhias petroleiras arrendatárias se desenvolverá com uma participação crescente da arrecadação fiscal petroleira, culminando com a nacionalização da indústria petroleira, em 1976.

A terceira parte do capítulo trata das duas décadas de nacionalização do petróleo, na qual o Estado venezuelano combina sua condição de proprietário do subsolo com a condição de acionista único da empresa nacional de petróleo, a PDVSA. É um período rapidamente marcado pelo colapso da acumulação rentística de capital e pela crescente autonomia da empresa nacional de petróleo para a elaboração de sua estratégia, ampliando a produção em detrimento da arrecadação fiscal petroleira. A associação entre tais elementos e a crise vivida pela Venezuela será decisiva para a eleição da candidatura de Hugo Chávez.

A última parte do capítulo apresenta os primeiros anos do governo Chávez, entre 1999 e 2003. Durante esse período, ocorre uma rápida transformação do regime político pela combinação da realização de referendos, Assembleia Constituinte e eleições gerais em todos os níveis. No ano de 2001, é realizada uma reforma do setor petroleiro venezuelano que visa retomar o nacionalismo petroleiro, estratégia centrada na

maximização da renda petroleira captada pelo Estado, contrapondo-se à política para o setor desenvolvida na década de 1990 e chocando-se com a gerência da PDVSA. Entre 2001 e 2003, período de agudas disputas pelo poder no país, a empresa petroleira nacional esteve no centro da confronto, com momentos marcantes, como o golpe de 2002 e a paralisação petroleira entre o final de 2002 e o início de 2003. Esse período é encerrado pelo controle do governo bolivariano sobre a PDVSA e o estabelecimento do controle de câmbio.

O terceiro capítulo é intitulado *A distribuição da renda petroleira no Processo Bolivariano entre 2003 e 2012*. A partir de 2003, o governo bolivariano atinge um dos seus principais objetivos, o controle da PDVSA, a principal fonte de divisas do país, e estabelece, adicionalmente, um controle de câmbio, estreitando seu controle sobre os mecanismos de acesso às divisas. O controle da PDSVA somado a um aumento do preço internacional do petróleo e ao novo marco regulatório estabelecido pela lei de hidrocarbonetos de 2001 completam as características dessa década: um novo auge rentístico. O governo bolivariano dispõe durante esse período de vastos recursos para realizar seu projeto político que inclusive ganhará novos contornos. Busca-se neste capítulo apresentar uma análise dos mecanismos de distribuição da renda petroleira. O ponto de partida será as variáveis necessárias para determinar o volume de renda petroleira disponível no próprio setor petroleiro, determinado pelos preços internacionais do petróleo, pelo volume de produção, dentre outros. Analisa-se, igualmente, a decisiva questão da taxa pela qual os dólares oriundos da exportação de petróleo serão convertidos em bolívares. Identifica-se a presença da renda petroleira no gasto público e como ela se relaciona com o volume de importações. Basicamente, a compreensão deste trabalho é que a renda petroleira é uma capacidade de pagamento no mercado mundial que irá mudar de mãos ao longo do seu processo de distribuição sem, entretanto, modificar sua natureza.

Por fim, o quarto capítulo, *Processo Bolivariano na Venezuela Petroleira: mudanças e permanências de uma formação social*, busca enfrentar a questão do lugar do processo bolivariano na história mais ampla da Venezuela petroleira. Como parte desse período mais vasto, o processo bolivariano guarda suas características essenciais, fundamentalmente, a centralidade da condição de exportador de petróleo. Entretanto, este período terá características próprias, justamente o que nos permite pensá-lo em sua especificidade.

CAPÍTULO 1. Renda petroleira: aspectos teóricos

A história contemporânea da Venezuela é inaugurada pelo petróleo. O caráter lapidar desta frase, apesar de prescindir dos necessários aprofundamentos, expressa com clareza o traço distintivo da formação social das primeiras décadas do século XX até o presente. Em poucos anos, o petróleo passou a vincular-se de forma tão estreita com a identidade venezuelana, que o país passou a se reconhecer crescentemente como uma *nação petroleira*. Outros países do mundo extraíram e exportaram petróleo, mas alguns deles, a Venezuela de forma pioneira, passaram a definir a si mesmos por esta condição (CORONIL, 2002).

Por trás do termo petróleo mora um conjunto de relações sociais. Afinal, as jazidas se encontravam neste território há muito tempo e vinham, inclusive, sendo utilizadas pelas populações que ali viviam. A mudança ocorre quando o mundo passa a depender cada vez mais do petróleo como fonte de energia e a demandar este objeto natural, desigualmente distribuído pelo globo. É esta demanda que impulsionará as grandes companhias petroleiras a desembarcar nas costas venezuelanas e começar a exportar o óleo que alimentou o desenvolvimento do capitalismo mundial.

Trata-se de uma nação petroleira, mas, na qual, o petróleo extraído de suas entranhas escoava rapidamente costa afora, restando inicialmente poucos rastros em seu próprio território. Mais importante, sobretudo nos seus primeiros anos, será o impacto da atividade de extração do petróleo. Na década de 1920, as companhias petroleiras tinham um acervo de capital maior do que todas as demais atividades produtivas do país e o número de trabalhadores do setor era igual ao restante dos assalariados industriais do país (BAPTISTA, 2006). Entretanto, os efeitos mais duradouros no tempo e estendidos no território do petróleo serão proporcionados pelas divisas oriundas da exportação deste recurso natural. Mais do que isso. Uma parcela dessas divisas servirá para pagar os custos em termos de materiais, equipamentos, mão-de-obra para extrair o petróleo, bem como para a remuneração do capital investido. A outra parcela, e isto é o mais significativo, será destinada à remuneração da propriedade sobre as jazidas petrolíferas, a cargo do Estado venezuelano. Trata-se, portanto, de uma renda da terra, vinculada à

propriedade estatal do subsolo e oriunda das exportações, portanto, do mercado mundial.

Este capítulo visa compreender a natureza desta remuneração, bem como apresentar alguns dos principais debates necessários para abordar a história da Venezuela contemporânea tendo em vista seu traço distintivo: sua condição de nação petroleira.

1.1 A renda da terra

Vamos tomar como ponto de partida a renda da terra. A economia política clássica, tendo Adam Smith e David Ricardo como seus principais expoentes, irá se debruçar sobre o trabalho, o capital e a propriedade fundiária, e os rendimentos associados: o salário, o lucro e a renda da terra.

Como não poderia deixar de ser, a vitalidade destas obras, seu alcance e seus limites são determinados pela experiência histórica à qual se vinculam. Neste sentido, as análises de Smith e Ricardo são expressão de como, ao longo dos sucessivos momentos do desenvolvimento do capitalismo, a remuneração da propriedade dos meios de produção não produzidos (BAPTISTA, 2010), entre os quais se destaca a terra, perderá crescentemente sua legitimidade, expressão de uma sociedade que desloca a centralidade na apropriação do sobretrabalho da propriedade da natureza, em prol da propriedade dos meios de produção produzidos. Esta tendência foi resolvida no terreno dos embates entre grupos sociais por uma subordinação da propriedade da terra à acumulação de capital e uma perda da importância relativa da renda da terra¹.

Há um movimento de perda da especificidade da renda da terra na ciência econômica, já iniciada em Smith e Ricardo. Considerando a importância política e econômica da propriedade fundiária não lhes seria possível negar a existência deste ingresso, visível nas contas nacionais. No início do século XIX, as rendas (entre as quais predomina a renda da terra) ocupam cerca de 20% do ingresso nacional da

1 “Las revoluciones sociales que condujeron al mercado en Europa se encontraron con la presión histórica ineludible de eliminar, o, cuando menos, de reducir sustancialmente los ingresos que recibían los terratenientes por el ejercicio del monopolio de la propiedad territorial, es decir, la renta de la tierra. Ello se logró por las más diversas vías – unas veces violentas, otras veces no –, aunque todas persiguieron lo mismo: otorgar la propiedad real de la tierra a los productores, eso es, colocar la tierra bajo los mecanismos de la competencia capitalista.” (BAPTISTA; MOMMER, 1987, p. 19).

Inglaterra, de acordo com Baptista (2010, p. 16). Entretanto tais autores irão solapar a legitimidade deste rendimento. Smith afirma, referindo-se aos proprietários de terra, que “*gostam de colher onde nunca semearam*”. Ricardo será mais profundo ao criar uma teoria da renda da terra, na qual só ganha legitimidade a remuneração oriunda das diferenças de fertilidade, expressão da necessária incorporação crescente de terras menos férteis. A renda não eleva o preço de mercado dos produtos agrícolas, este é determinado pelo preço natural das piores terras, isto é, a quantidade de trabalho necessária (RICARDO, 1996, p. 65) para a produção dos bens nas terras menos férteis. A renda proveria da diferença entre o preço de mercado e o preço natural das terras com maior fertilidade, nas quais é necessária uma menor quantidade de trabalho, e que proporcionam um lucro adicional que pode ser apropriado como renda pelos proprietários. Ricardo desloca o fundamento da renda da terra do poder monopólico dos proprietários e o situa nas diferenças de fertilidade, definindo a existência de uma renda diferencial. Assim, o aumento da demanda implica que terras cada vez menos férteis são colocadas em produção, e o preço de mercado dos bens nelas produzidos deverá se elevar a um patamar suficiente para cobrir o preço natural da terra menos fértil. Os produtos das demais terras, mais férteis, serão vendidos a um preço de mercado superior ao seu respectivo preço natural. Essa diferença dá lugar a um lucro excedente, que pode ser apropriado como renda diferencial pelo proprietário da terra.

Considerando que a base natural para a existência de um lucro excedente na agricultura é monopolizada pelo proprietário de terra, este pode se utilizar de seu direito de propriedade para se apropriar do lucro excedente do arrendatário como renda.

Central para Ricardo é que a renda não determina o preço dos produtos, mas, sim, o contrário: é o preço, determinado pelo preço natural da produção realizada na pior terra, que determina a renda. O debate sobre a renda será importante por suas consequências para a tributação, já que este rendimento não é necessário para reprodução da atividade e pode ser tributado de forma elevada (RICARDO, 1996, p. 131).

Marx aborda a questão da renda da terra no livro 3 do Capital. Marx apresenta duas formas da renda diferencial, de tipo 1 e de tipo 2. A primeira ocorre quando a mesma quantidade de capital é investida em terras de diferente fertilidade, proporcionando na terra mais fértil um lucro excedente apropriável enquanto renda pelo proprietário da terra. Já a renda diferencial de tipo 2 se refere ao lucro excedente

proporcionado por diferentes quantidades de capital investidos em terras com fertilidade semelhante. O aumento da produtividade por conta de sucessivos investimentos abre espaço para que o proprietário de terras se aproprie de parcela do lucro excedente. Marx igualmente define a existência de uma renda absoluta, ou seja, mesmo para o acesso às piores terras, uma parcela deve ser destinada ao proprietário da terra.

Marx afirma que as mesmas determinações que incidem na agricultura podem ser estendidas para outros recursos naturais monopolizáveis.

Onde quer que forças naturais possam ser monopolizadas e proporcionem um lucro extra ao industrial que as explora, seja uma queda-d'água, uma mina rica, águas com abundância de peixes, seja um terreno para construção bem localizado, a pessoa cujo título sobre uma parte do globo terrestre a caracteriza como proprietária desses objetos naturais subtrai esse lucro extra, na forma de renda, ao capital em funcionamento (MARX, 2017, p. 833).

Os exemplos utilizados por Smith, Ricardo e Marx apresentam a renda da terra dentro de um mesmo mercado nacional. A seguir, apresentaremos alguns autores que explicitamente problematizam a renda da terra em sua relação com o mercado mundial, abordagem especialmente necessária para o petróleo. Por um lado, é um recurso altamente demandado no mercado mundial e, por outro, é desigualmente distribuído pelo globo. Isto permite que se conformem, como veremos a seguir, Estados centrados na apropriação da renda petroleira internacional, isto é, uma peculiar combinação entre propriedade da terra e soberania nacional.

Bernard Mommer propõe o conceito de regime petroleiro (*oil governance structure*) para pensar as diferentes estratégias de controle do petróleo. Esse autor define o regime petroleiro como o conjunto de regras e atores envolvidos no controle do petróleo, delimitando assim o campo no qual são travadas as disputas pela apropriação do excedente no setor.

Un régimen se define como un conjunto de reglas y un grupo de actores. Los actores son básicamente cuatro. Primero, los poseedores de los derechos a la tierra. Estos derechos frecuentemente pertenecen a un grupo claramente identificable de terratenientes o propietarios, aunque también pueden encontrarse dispersos entre la población, o por el contrario, estar concentrados en las manos del Estado. Segundo, las compañías productoras, es decir, los inversionistas, quienes tienen que asegurar o adquirir tales derechos. Tercero, los consumidores, a quienes les toca pagar el precio de los bienes en cuestión, cubriendo sus costos. El cuarto en esta lista es el gobierno, obviamente, el actor más complejo debido a que por una parte detenta los derechos de dominio eminente del Estado, pero, por la otra, debe

tomar en cuenta todos los intereses en juego, además de tener que asegurarse de que, efectivamente, el régimen específico funcione, produciéndose los bienes a un precio aceptable, y que encaje dentro del marco general de gobierno del país (MOMMER, 2003b, p. 3).

Assim, um ponto de partida necessário é para caracterizar um regime petrolero é a questão da propriedade das jazidas. O direito de propriedade privada da superfície será estendido ao subsolo? A ampla maioria das legislações restringe o direito de propriedade privada à superfície, definindo o subsolo como de caráter público. Os Estados Unidos constituem uma exceção na qual o subsolo pode ser apropriado de forma privada e proporcionar uma remuneração ao seu proprietário.

No entanto, a propriedade do subsolo é somente um aspecto a ser levado em conta para definir o regime ao qual determinado recurso natural está submetido. Como afirma Mommer (2003b):

Sin embargo, queda todavía por considerar el asunto de la renta de la tierra. ¿Debe el Estado actuar como un propietario y comportarse del mismo modo que un terrateniente privado, es decir, debe cobrar una renta de la tierra? O antes bien, ¿debe el Estado simplemente asumir un rol de administrador de un bien público que se considera como un don libre de la naturaleza para los productores y, por ende, para los consumidores? (p. 91).

No primeiro caso, quando o caráter público da propriedade do subsolo serve para cobrar uma renda da terra centralizada no Estado, trata-se de um *regime público proprietário*. No segundo, quando a propriedade pública do subsolo serve para facilitar o acesso a ele, trata-se de um *regime público liberal* (MOMMER, 2001). Essa distinção será de grande importância para pensar a história dos países exportadores de petróleo ao longo do século XX e as disputas travadas no âmbito dos seus setores petroleros. Nesse período, a tendência dos países exportadores de petróleo foi transitar de um regime petrolero liberal para um regime proprietário, no qual a crescente afirmação da propriedade nacional sobre as jazidas de petróleo permitia ampliar a renda petrolera arrecada pelos Estados-proprietários.

1.2 Teoria da renda e petróleo: dados ilustrativos

Alguns dados podem ilustrar a questão das diferenças de fertilidade a que nos referimos. Para o petróleo, uma aproximação sobre a fertilidade dos poços pode ser

ilustrada pela quantidade de plataformas ativas em relação à extração diária de barris de petróleo. Mesmo que as plataformas não sejam equivalentes em sua capacidade de extração, tais informações permitem ilustrar diferenças entre países extratores de petróleo. Enquanto os EUA para extrair 5,512 milhões de barris diários em 2010 utilizaram 1.711 plataformas de petróleo², na Arábia Saudita, esta relação foi de 8,166 milhões de barris por meio de 98 plataformas (PODE, 2012, p. 195-199). Esta questão se coloca para a Venezuela, seja na comparação com os demais países exportadores de petróleo, seja acompanhando esta relação ao longo do tempo. Enquanto em 2001, com 60 plataformas ativas, eram extraídos diariamente 3,342 milhões de barris, no ano de 2010, apesar de contar com 125 plataformas em funcionamento, a produção esteve em 2,968 milhões de barris diários. Entre os países da OPEP, a Venezuela é o país cuja extração de petróleo foi mais intensa e duradoura ao longo do século XX, alcançando atualmente uma situação de maturidade, na qual o esforço de extração se torna cada vez mais significativo. Isso pode ser visto no custo por barril que guarda uma tendência ascendente. O salto nas suas reservas provadas, inclusive certificadas, esconde a dificuldade de aproveitamento da maior parte do petróleo de suas reservas, que, devido à sua densidade, necessitam de melhoradores ou da mistura com óleos mais leves para sua comercialização.

Os dados apresentados ilustram a questão da renda diferencial de tipo 1: um mesmo investimento de capital (aproximado aqui pela quantidade de plataformas de petróleo ativas) tem como resultado uma produção diferente, fruto de condições naturais diferenciais. O preço mundial do petróleo deverá cobrir os custos da extração de petróleo ali onde necessita de uma maior quantidade de trabalho, passado e presente, para ser realizada. Desta maneira, fica evidente que uma parcela significativa do poder de compra internacional oriundo da exportação de petróleo não estará associado à remuneração dos seus custos e do lucro normal do capital, mas remeterá a um preço formado no mercado internacional, a partir dos poços menos produtivos, e não dos mais produtivos. Com isso, uma parcela se configurará como um perene lucro excedente, apropriável pelos proprietários do petróleo. Chama atenção que essa renda da terra, e essa é uma característica decisiva, não está atada à reprodução da atividade extrativa, remunerando seus custos, mas trata-se de uma transferência somente a cargo de uma propriedade sobre um objeto natural, portanto, uma transferência unilateral, que não tem uma contrapartida produtiva (BAPTISTA; MOMMER, 1987). Como veremos, a

2 Metade das plataformas do mundo, excluindo a ex-União Soviética e a China.

questão da distribuição, do destino deste rendimento se coloca de forma peculiar devido a essa característica.

1.3 Intercâmbio desigual, teoria da dependência e renda da terra

A questão do intercâmbio desigual, cara para pensar as relações nas quais os países dependentes estão inseridos, é colocada em pauta. Especificamente no caso do petróleo, verifica-se um intercâmbio desigual invertido, em favor dos países exportadores de petróleo em relação aos países consumidores.

Mais recentemente, os estudos inspirados na obra de Juan Iñigo Carrera, que tem nos trabalhos de Juan Kornbhlitt e Fernando Dachevsky, os estudos específicos sobre a Venezuela, igualmente realizam esta crítica, direcionada em boa medida à teoria marxista da dependência (DACHEVSKY, 2011; DACHEVSKY; KORNBLITT, 2017; KORNBLITT, 2015). Na discussão realizada por Ruy Mauro Marini, há um mais valor extraordinário oriundo da superexploração do trabalho que não se torna lucro extraordinário devido à transferência de valor. Aqui trata-se do contrário. O setor petrolífero tem um lucro extraordinário que se origina não mais no valor extraordinário produzido no setor, mas, sim, nas diferenças entre o preço de produção individual e o preço de mercado. Esse lucro extraordinário pode ser apropriado pelo Estado na sua condição de proprietário das jazidas de petróleo e transferido para o setor não petrolífero, que se apropria como lucro extraordinário. Desta maneira, o lucro extraordinário não se origina da superexploração dos trabalhadores do setor petrolífero, mas de uma transferência de valor internacional. Assim, no caso venezuelano, os elementos constitutivos da teoria marxista da dependência se encontram com os sinais trocados. Elemento que igualmente foi identificado, em outro registro teórico, por Celso Furtado, ao afirmar que os problemas da teoria do desenvolvimento se encontravam na Venezuela com os sinais trocados (FURTADO, 2008).

1.4 Aspectos teóricos da distribuição da renda petrolífera

Aqui, fazemos uma pequena pausa. Vamos tratar de realizar um breve balanço da relação da propriedade do petróleo com o mercado mundial para, a partir daí, nos dedicarmos à relação desta propriedade, e sua correspondente remuneração, com uma formação social em particular, abordando a decisiva questão da distribuição da renda petroleira.

Tomando como ponto de partida a teoria da renda da terra, verificamos que seu deslocamento de um mercado nacional para a esfera do mercado mundial coloca novas importantes determinações, em especial para o exercício da propriedade sobre a natureza. A junção da propriedade e da soberania nacional, exercida no âmbito do mercado mundial, permitiu configurar formações sociais organizadas em torno da renda oriunda do mercado mundial.

Conforme relata Mommer (2008), a afirmação da propriedade nacional sobre estes recursos foi realizada ao longo de décadas em uma relação de tensão e dependência com as companhias petroleiras. Crescentemente, os Estados petroleiros, ao afirmarem sua condição de proprietários e soberanos, passaram a influenciar aspectos decisivos do negócio petroleiro, como os volumes de produção e os preços de referência para a cobrança de impostos e *royalties*. De acordo com o autor, não só conseguiram apropriar-se crescentemente de rendas diferenciais, mas, igualmente, colocar novos patamares para uma renda absoluta. Enquanto a primeira não afeta diretamente os preços, será o caso da segunda, atingindo os consumidores.

Os Estados Unidos, país pioneiro na extração e consumo de petróleo em seu território, continuaram sendo o eixo do mercado petroleiro mundial. O declínio de sua produção no final dos anos 1960 indicou a necessidade de um novo patamar de preços, visando tornar viável a continuidade da extração em larga escala de petróleo em seu território. A abordagem de Bernard Mommer (2008) destaca, em especial, o novo papel assumido pela OPEP, certamente relevante para a drástica mudança dos patamares dos preços na década de 1970. Entretanto, este patamar foi necessário para que os Estados Unidos mantivessem uma condição de grandes produtores e que novas províncias petrolíferas fossem abertas mundo a fora, diminuindo a importância relativa da OPEP no mercado petroleiro mundial, quando a afirmação da soberania nacional e da propriedade nacional sobre as jazidas em seus Estados-membros tornava esta preponderância intolerável. Considerando a centralidade estratégica do petróleo para a reprodução das relações sociais mais básicas, concentrar sua extração somente em

alguns países com uma elevada fertilidade ampliava riscos geopolíticos, tanto mais que estes ampliavam os meios para a afirmação de sua soberania.

A Venezuela, como veremos em detalhe no próximo capítulo, fez parte de forma marcante desta história, dado seu caráter pioneiro na condição de formação social centrada na exportação de petróleo, sua condição de país independente desde o século XIX, sua proximidade estratégica com o mercado dos EUA. Este caráter pioneiro se manifestou nos marcos institucionais estabelecidos com as companhias, principalmente a partir da Reforma de 1943, elevando a remuneração do Estado proprietário progressivamente, fixando inicialmente a modalidade do *fifty-fifty*, uma repartição igual dos lucros entre as companhias e o Estado proprietário, e, posteriormente, desequilibrando a balança em prol da remuneração da propriedade, aumentando a arrecadação fiscal petroleira em detrimento do lucro líquido das companhias. A esta frente se soma a liderança venezuelana inicial junto aos demais países petroleiros, desde sua condição de maior exportador, decisiva para a criação da OPEP.

Nos interessa agora discutir os efeitos desta renda petroleira sobre a formação social venezuelana.

Para isso, a obra de Asdrúbal Baptista será uma contribuição decisiva. O autor levou a cabo um persistente programa de investigação desde o final da década de 1970, tomando como ponto de partida uma rigorosa definição da remuneração recebida pelo Estado como renda da terra. Esta definição provocava alguns inconvenientes políticos importantes, pois colocava o Estado venezuelano na incômoda posição de rentista, posição alvo da crítica da economia política desde seu nascimento.

Entretanto, assumir essa condição será indispensável para analisar o peculiar desenvolvimento do capitalismo na Venezuela. Para Baptista, o ponto de partida será a inserção do país no mercado mundial como exportador de petróleo e as características desta formação social quando este traço se torna dominante. Quando as companhias iniciaram a extração em larga escala de petróleo do subsolo venezuelano, obedeciam a dinâmicas construídas no âmbito do mercado mundial, no qual o processo de acumulação de capital demandava cada vez mais energia para ser colocado em movimento, sendo o petróleo uma fonte que iria crescer em importância. A Venezuela era, naquele momento, um país pouco desenvolvido em termos capitalistas, uma característica decisiva na visão de Baptista para a conformação do capitalismo rentístico. Assim, a acumulação de capital promovida pelas companhias petroleiras na

década de 1920 representava um enclave em terras venezuelanas, desconectada da dinâmica histórica vivida pelo país. Este será um traço importante, esse abismo que separava a Venezuela das forças mais dinâmicas do mercado mundial, expressas nas companhias petrolíferas.

Baptista (2010) destaca alguns traços característicos do capitalismo, quais sejam: assalariamento, acervo de capital, urbanização. Todos esses traços se encontravam parcamente desenvolvidos na Venezuela. Foi nesta realidade que se iniciou a extração de petróleo. Os custos de produção enfrentados pelas companhias eram inferiores aos dos Estados Unidos permitindo às companhias realizar lucros excedentes. Seria sobre estes sobrelucros que o Estado exerceria sua condição de proprietário e reivindicaria sua apropriação enquanto renda.

Pues bien, la diferencia entre b° [lucro normal do setor petrolífero dos EUA] y b^* [lucro excedente no setor petrolífero venezuelano], en las condiciones descritas, es un espacio para la aspiración rentística del Estado-propietario del recurso. Mas aún, las circunstancias históricas concretas pueden permitirle forzar hacia arriba P_{mundo} [preço mundial do petróleo], en cuyo caso la diferencia en cuestión se ensancha aún más. *En todo caso, esa brecha así formada es el ámbito dentro del cual la propiedad sobre el recurso natural ejerce su acción económica para reclamar una remuneración. Pero sólo la práctica y la experiencia más concreta pueden decir hasta cuánto es capaz la propiedad terrateniente de aprovecharla* (p. 59).

A parte grifada acima é importante, pois a existência da referida diferença entre o preço de produção e o preço do mercado mundial não leva a uma apropriação automática pelo Estado-propietário, mas, sim, abre espaço para exercer esse direito de propriedade. O nacionalismo petrolífero venezuelano se constituirá ao redor da reivindicação da apropriação dessa diferença.

Baptista (2010) se interessa pela distribuição doméstica da renda petrolífera internacional e, para isso, a distinção desta com o PIB não-rentístico é crucial. Este último, busca aproximar o valor agregado pela economia nacional distribuído em salários e lucros, estreitamente vinculado ao processo produtivo interno. A renda petrolífera internacional teria um processo de distribuição distinto, considerando que esta não é produzida mas sim captada.

[...] la distribución doméstica de una renta captada del mercado internacional no guarda asociación con la disputa primigenia entre las partes envueltas que llevan a la determinación de la cuantía primigenia de la renta. En ese respecto, su distribución interna, si es

que llegare a ocurrir, tomara lugar según unas reglas propias que han de precisarse en cada ocurrencia histórica.

[...] la distribución de este ingreso rentístico público entre los ciudadanos del país, en calidad de salarios o de beneficios, tiene como trasfondo la voluntad política del Estado. Es decir, por la voluntad política del Estado se traspasan los recursos rentísticos desde el ámbito público a la economía privada (p. 68).

Assim, uma renda da terra internacional inicialmente apropriada pelo Estado é distribuída na forma de salários e lucros no âmbito da economia doméstica. Há uma mudança de mãos da renda, mas esta não muda sua natureza, isto é, sua condição de um poder de compra internacional.

A questão central colocada por Asdrúbal Baptista será a especificidade dada pela renda petroleira ao desenvolvimento do capitalismo na Venezuela. Como já mencionamos, a influência do petróleo se faz sentir de forma marcante na história contemporânea do país, resta saber como conceitualizar rigorosamente sua presença. Um dos documentos interessantes para expressar a abertura desse programa de investigação será a conferência ditada em Mérida no início de 1979, intitulada: *“Venezuela como campo significativo de estudo para a economia política”* (BAPTISTA, 2012, p. 267). Nela, o autor apresenta as pautas que seguirá nos anos seguintes, entre as quais se destaca a definição do ingresso petroleiro como uma renda da terra internacional, definição de profundas consequências para sua investigação, ao ser pensada de forma rigorosa. Desta forma, a Venezuela se transforma em um campo significativo de estudo a medida em que é necessário desenvolver uma reflexão econômica própria, na qual a disciplina deve ser movimentada para captar a especificidade do objeto em questão: uma formação social capitalista, na qual uma renda da terra internacional cumprirá um papel decisivo.

Baptista irá debater a questão da origem e do destino do ingresso petroleiro, construindo entre esses dois elementos um programa de investigação. Seu foco será debater o destino da renda petroleira, indo além das explicações excessivamente centradas em uma distribuição discricionária desde o Estado. Para isso, tomará como ponto de partida a natureza desse rendimento, uma renda da terra internacional proporcionada pelo exercício da propriedade sobre jazidas petrolíferas. Trata-se de uma capacidade de compra no mercado mundial que é originalmente apropriada pelo Estado e que se distribui na economia doméstica.

Em um trabalho realizado no final da década de 1970, Baptista (2004) se dedicou a compreender o destino da renda petroleira, analisando como uma parcela majoritária será apropriada na forma de lucros pelo setor privado. Justamente para pensar o desenvolvimento do capitalismo, o autor buscará analisar o papel cumprido pela renda petroleira nesta dinâmica de arrecadação petroleira / gasto público / lucros / acumulação de capital.

Baptista (2012), igualmente, participa da discussão, ainda que sem tanta centralidade, sobre a criação de uma teoria dos valores internacionais que incorpore a renda da terra e sua relação com a teoria do intercâmbio desigual. Neste caso, o autor afirma que *“hemos participado con desigualdad en el intercambio internacional, aunque la desigualdad ha corrido en nuestro favor”* (p. 273).

Uma preocupação irá atravessar a obra de Baptista: como o estudo da distribuição da renda petroleira pode ser dotado de instrumentos científicos que não a reduzam a um uso discricionário dado pelos agentes do Estado. A própria natureza deste ingresso e sua relação com a formação social venezuelana contribuirá para criar mecanismos objetivos para determinar sua distribuição. Estes, ainda que socialmente criados, não podem ser reduzidos à ação intencional dos agentes que ocupam postos de mando na estrutura estatal. Para o destino da renda petroleira, entra a questão sobre qual o papel do Estado no desenvolvimento do capitalismo venezuelano, Estado que se caracteriza pela apropriação da renda da terra internacional.

Na obra de Baptista há um vai e vem constante entre as características gerais do capitalismo e a especificidade da Venezuela, a dimensão teórica e a dimensão empírica, o passado e o presente. Como veremos, para conceitualizar o capitalismo rentístico tomará como ponto de partida as características mais gerais do capitalismo para demonstrar os traços específicos que este assume na presença de uma significativa renda petroleira internacional.

O autor tece considerações gerais sobre a dinâmica capitalista visando identificar os traços distintivos que este assume em uma formação social marcada pela presença da renda petroleira. Ao se referir à produtividade, Baptista destaca que seu incremento está geralmente relacionado à acumulação de capital físico, isto é, máquinas e equipamentos disponíveis para a atividade de trabalho. Afirma ainda que a relação capital/produto é constante, ou seja, o aumento do produto está relacionado a um aumento dos bens de capital. O produto, por sua vez, está relacionado ao tamanho do mercado para sua

realização, cuja ampliação do mercado impacta na produtividade com o aumento da divisão do trabalho. Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo é o aumento da proporção dos bens de capital em relação ao trabalho vivo empregado no processo produtivo.

Aos elementos estabelecidos acima, é preciso acrescentar a presença de uma renda petroleira internacional. Esta nova variável modifica as equações de forma marcante. Enquanto a acumulação de capital dependia do crescimento da produtividade do setor de bens de consumo acima dos salários reais, justamente abrindo espaço para um setor produtor de bens de capital, a existência da renda permite afrouxar esses limites. Sua presença permite um fluxo de mercadorias importadas que eleva os salários reais acima da produtividade sem inviabilizar a acumulação de capital. Igualmente, poderá impulsionar a acumulação de capital por meio da importações de bens de capital sustentadas na renda petroleira.

Baptista (2010) apresenta várias hipóteses para o destino da renda petroleira, seja voltada para a importação de bens de consumo, seja para a importação de bens de capital. Ambos os caminhos modificam as dinâmicas básicas do desenvolvimento capitalista, ao afrouxar algumas de suas determinações, previamente apresentadas.

En otras palabras, la exigencia que la acumulación capitalista impone sobre el mercado de trabajo, a saber, que la productividad exceda siempre el salario real, o dicho en términos más bien dinámicos, que el crecimiento de la productividad vaya siempre por encima del crecimiento de los salarios reales, se debilita grandemente con la presencia de un provento rentístico captado del mercado mundial y que circula dentro de la economía interna. La renta sustituye, pues, el requerimiento de la generación de excedentes como condición indispensable para la inversión, y en tal sentido toca el núcleo más fundamental de la estructura capitalista de producción (p. 145).

No período 1950-1978, auge do desenvolvimento do capitalismo rentístico na Venezuela, o salário real cresceu 4,5%, enquanto a produtividade cresceu 2,1%. A renda posta para circular pelo Estado se manifestou em um volume correspondente de importações que contribuíram para a elevação do salário real sem afetar o nível dos preços:

La existencia de una renta internacional que circula en la forma de importaciones dentro de la economía domestica, tiene el decisivo efecto de disminuir en cada circunstancia el nivel general de los precios de los bienes de consumo y, por consiguiente, para un valor de s_n [salário nominal] dado, de permitir un mayor salario real con

prescindencia de lo que suceda en el ámbito de la producción interna (BAPTISTA, 2010, p. 153)

A taxa de câmbio ocupará um papel importante, expressando a relação entre a moeda nacional e as divisas oriundas da exportação de petróleo. Aqui, Baptista (2010) novamente destacará as diferenças apresentadas devido à presença da renda petroleira. Numa economia capitalista em geral:

La tasa de cambio entre dos economías nacionales, en lo fundamental, viene determinada por sus productividades relativas. En el acto de comercio recíproco se cambian, esencialmente, capacidades productivas, cuya expresión monetaria, por lo tanto, es la tasa internacional de cambio (p. 161).

Porém, quando se trata de uma economia rentística:

Ahora bien, ¿de qué intercambio se habla cuando la materia bajo escrutinio es la captación de una renta internacional, cuyo monto, medido en poder efectivo de compra, equivale a una masa de bienes y servicios que no tiene contrapartida productiva en la economía perceptora de dicha renta, es decir, en la economía rentística? Quiere entonces afirmarse que en lo relativo a los bienes adquiridos a cambio de la renta no hay referencias que sirvan, en los términos más ortodoxos usuales, para determinar la tasa de cambio por la que habrán de nacionalizarse esos bienes importados. En un sentido económico tradicional, por consiguiente, esa tasa de cambio es indeterminada, y más, resulta ser en todo caso indeterminable. Serán, en consecuencia, otras las fuerzas y factores por las que venga a establecerse el tipo de cambio (BAPTISTA, 2010, p. 161).

O autor assim sintetiza essa relação:

El Estado-propietario recibe unos dólares del resto del mundo que no precisan de una contrapartida interna en esfuerzo productivo, por lo que su decisión de hacerlos privados a través del mercado puede cumplirse a cualquier tasa de cambio. El límite inferior de esta última, en todo caso, viene determinado por los requerimientos de fondos fiscales para la actividad pública, toda vez que, y como habrá de argumentarse luego, los ingresos públicos no tienen por qué extraerse ya de su fuente natural que es la presión tributaria, pudiendo financiarse, antes bien, con la renta internacional petrolera.

La entrega de dólares a cambio de bolívares, sea cual fuere el procedimiento institucional que sirva de puente para tal fin, no es otra cosa que la dación recíproca de capacidades de compra externa e interna. Es así como el Estado-terrateniente cumple la voluntad de poner en manos privadas la renta de su propiedad, mediante la entrega de más poder de compra del que recibe a cambio. Por ese intercambio desigual en el mercado de divisas, entre otros mecanismos, el Estado-propietario transfiere el provento rentístico (BAPTISTA, 2010, p. 166-167).

Sobre os limites para a taxa de câmbio, alguns aspectos adicionais merecem ser mencionados. Ao se referir à renda, o autor pressupõe que esta inclua somente os sobrelucros do setor petrolífero, não avançando sobre os custos de produção e o lucro normal do setor. Entretanto, é possível que, por meio da sobrevalorização da moeda nacional, o poder de compra do setor petrolífero seja tão reduzido que impeça sua própria reprodução. Fica igualmente evidente que a sobrevalorização da moeda representa um subsídio para o acesso às divisas, com um impacto no conjunto da sociedade venezuelana, desigualmente apropriado pelas diferentes classes e frações de classe.

Algumas consequências dessa distribuição e circulação:

La sobrevaluación de la moneda permite la importación ventajosa de bienes de toda naturaleza [...] cabe decir que con ocasión de ese mecanismo pudieron importarse en Venezuela alimentos y vituallas que hicieron fácil el decisivo proceso de urbanización, tan naturalmente costoso y hasta violento. Más aún, también se hizo propicia la importación de maquinarias y equipos para producir bienes en el país, con lo cual se puso en marcha un acelerado proceso de conformación de una capacidad productiva doméstica. Pero todo ello, a la postre, no es sino el efecto de la distribución interna de la renta captada en el comercio mundial, facilitada, a tenor de lo aquí argumentado, por el mecanismo cambiario antes descrito (BAPTISTA, 2010, p. 167).

Outro elemento destacado pelo autor é a presença do emprego público no capitalismo rentístico. A ampliação da renda petrolífera proporcionou uma ampliação da arrecadação fiscal e um impulso ao emprego público. Destaca-se que o efeito da instalação da indústria petrolífera sobre o emprego foi duplo: nos campos petrolíferos e no emprego público. Para efeito de comparações internacionais, Baptista (2010) analisa a proporção entre o emprego e PIB per Capita. De acordo com essa medição, o emprego público na Venezuela foi o dobro do esperado, considerando o patamar de desenvolvimento medido pelo PIB per capita.

Vale destacar que o crescimento da arrecadação fiscal do Estado e da possibilidade de financiar a expansão do emprego público não dependia de uma crescente arrecadação tributária em sentido estrito, tendo em vista que esta tinha sua origem na renda petrolífera. O capitalismo rentístico combina crescentes gastos públicos sem um correspondente aumento da carga tributária, o que beneficia sobretudo a

acumulação de capital que, mesmo com uma carga fiscal pouco elevada, terá garantida a demanda efetiva e os investimentos na infraestrutura necessária à acumulação.

Esta vinculação orgânica entre o processo produtivo e os recursos para a acumulação estabelece um balanço entre as produtividades do setor produtor de bens de investimento e de bens de consumo. A presença da renda internacional proporciona a poupança necessária à acumulação, sem ser afetada pelo processo produtivo doméstico. Em uma de suas hipóteses, a renda se destina na sua integralidade à importação de bens num valor semelhante àquele pago pelo governo a seus empregados.

A presença dessa massa adicional de bens importados demanda um correspondente crescimento do setor de serviços para tornar esses bens aproveitáveis pelo consumidor final. A tendência, portanto, é de um sobredimensionamento do setor de serviços (BAPTISTA, 2010, p. 201).

Outro caminho estudado por Baptista é quando esta renda é destinada à importação de bens de capital, um traço igualmente representativo da história da Venezuela petroleira, sobretudo no pós-guerra. O país iniciava esse período com crescentes recursos por meio da reforma petroleira de 1943 em um contexto de aumento dos preços do petróleo. Começa, a partir daí, o fortalecimento de mecanismos para impulsionar a acumulação de capital. A sobrevalorização permitia a importação de máquinas e equipamentos, enquanto um sistema de taxas alfandegárias e regras administrativas (cotas de importação etc.) limitava a entrada de bens de consumo importados. Essa situação criou as condições para uma intensa acumulação de capital, compreendida por Baptista, sobretudo, a partir da formação bruta de capital fixo.

Essa ampliação da capacidade produtiva proporcionada pelas importações a preços subsidiados de máquinas e equipamentos encontra limites para se realizar no mercado doméstico e barreiras para se expandir no mercado externo, devido à própria sobrevalorização da moeda. Esta situação contribuirá, de acordo com o autor, para o colapso da acumulação rentística de capital no final dos anos 1970. Isto é, do papel cumprido pela renda petroleira internacional para potencializar a acumulação de capital. Em síntese, assim define Baptista (2010) a contribuição da renda petroleira para a acumulação de capital na Venezuela:

1. En primer termino, los volúmenes de ahorro puestos a disposición del mercado de crédito por la intermediación del Estado mismo o del sistema de la banca privada.

2. En segundo lugar, la facilidad de importación de equipos, tecnología y maquinarias, con precios relativos ya de por sí rentables debido a la sobrevaluación del tipo de cambio.
3. Adicionalmente, la baja o hasta inexistente presión tributaria, por cuya razón los márgenes reales de beneficio se hacen muy atractivos; [...]
4. [...] y, en cuarto lugar, la protección generalizada para la producción doméstica, con lo cual se la aísla o preserva de la competencia del mercado mundial (p. 214).

Entretanto, de acordo com o autor, esse modelo carrega contradições que tendem a se acentuar com o tempo. O processo de acumulação rentística de capital leva um desequilíbrio entre a oferta e a demanda.

La acumulación rentística, se ha visto, sigue una secuencia cuya dinámica se cumple por el juego de contrafuerzas entre una capacidad productiva cuyo ritmo de aumento viene determinado, de un lado, por elementos exógenos asociados con la renta internacional del petróleo y, del otro, por la expansión de la demanda doméstica junto con una simultánea contracción estructural del mercado externo (BAPTISTA, 2010, p. 224).

Como veremos no próximo capítulo, o processo apresentado pelo autor ocorre no final da década de 1970, após a elevação da renda petroleira disponível e o auge dos investimentos, tanto públicos quanto privados. Naquele momento, a relação capital/produto, isto é, entre os meios de produção e o produto, aumentava em patamares muito elevados, o que expressa, para o autor, um colapso do processo de acumulação de capital internamente e um aumento exponencial da fuga de divisas.

En resumidas cuentas, la combinación de estos factores conduce a unas magnitudes fuera de límites conocidos para K_{pr} [capital/produto], en las que, por necesidad, debía reflejarse el hecho extraordinario que la vida económica del capitalismo rentístico estaba viviendo. Es decir, aquí no cabe hablar sensu stricto de una crisis de la acumulación, aun cuando se la adjective como muy honda o profunda. Y no es posible hacerlo porque la idea misma de la crisis remite a cierta capacidad autocorrectiva que el proceso pone en marcha cuando se rompen los límites normales para los desequilibrios acaecibles. Mas de lo que aquí se trata es de un colapso, de una ruptura de la constitución básica del sistema y, por consiguiente, del cese de una forma histórica de hacerse las cosas económicas (BAPTISTA, 2010, p. 230).

La cesación de la acumulación capitalista, valga decir, del desenvolvimiento del acervo de capital privado, tendrá inequívocas manifestaciones. Es así como la inversión privada no residencial – excluido el petróleo hasta el momento de la nacionalización –, que en promedio había representado cerca de 22% del PIB_{nr} entre 1950 y 1980, apenas montara a 5% en 1990, y entre 1981 y 2008 solo alcanzara a ser algo más de la mitad de aquel promedio de los treinta

años señalados. Desde otro ángulo visto, el colapso en escrutinio termina, entre otras manifestaciones, en la situación sin duda extraordinaria cuando ni siquiera toma lugar la reposición del gasto ocasionado por el uso del capital acumulado (BAPTISTA, 2010, p. 232).

[...] debe entonces concluirse que el colapso del capitalismo rentístico resulta inseparable del desequilibrio de poderes en el que desemboca su desarrollo histórico, y que termina por obstaculizar el principio básico del capital: su libre movimiento en cuanto capital. Esto, desde luego, es válido sostenerlo para el capital doméstico, porque la renta internacional del petróleo, expresión en su turno del capital a escala planetaria y no del capital interior, mantendrá su propia dinámica en el centro de un sistema económico cuyos arreglos básicos, a partir de cierto momento, alcanzaron un grado límite de entramamiento (BAPTISTA, 2010, p. 236).

Outro autor decisivo para pensar a Venezuela contemporânea e que confere grande importância para o conceito de renda petroleira é Fernando Coronil. Seu livro mais importante é “*O Estado Mágico: natulaleza, dinero y mondermidade em Venezuela*” (CORONIL, 2002), um notável panorama da história venezuelana do século XX, estruturado por um denso diálogo com a teoria social contemporânea. Um conjunto de conceitos e noções se faz presente ao longo do livro, tais como: Estado mágico, ocidentalismo, domesticação da renda petroleira, deificação do Estado, bonapartismo rentista, dentre outros. Resumindo o propósito do livro, Coronil (2002) afirma:

En este libro examino la aparición del Estado venezolano como agente trascendente y unificador de la nación. Sostengo que la deificación del Estado tuvo lugar como parte de la transformación de Venezuela en nación petrolera que, en tanto tal, se percibía como una nación con dos cuerpos: un cuerpo político compuesto por sus ciudadanos y un cuerpo natural cuya materia era su rico subsuelo. Al condensar en sí los múltiples poderes dispersos en los dos cuerpos, el Estado apareció como un agente único dotado del poder mágico de rehacer la nación (p. 4).

Assim como Baptista e Mommer, Coronil compreende a importância decisiva do conceito de renda da terra para a explicação da Venezuela contemporânea. A distinção entre recursos produzidos e recursos captados, essencial para a construção de uma teoria econômica do *capitalismo rentístico*, será igualmente importante para pensar a construção do Estado venezuelano e o papel por ele assumido. Já que uma parcela significativa dos recursos do Estado dependia não da atividade produtiva do país, mas, sim, da captação de uma renda internacional realizada no mercado mundial. Dessa forma, a riqueza fiscal do Estado não estava sujeita diretamente à produtividade do país, mas sobretudo à sua capacidade de ampliar a captação da renda petroleira, associada aos

preços do petróleo e ao grau de afirmação da propriedade nacional sobre esse recurso natural. Isto é, dependia das condições naturais diferenciais que permitiam uma maior produtividade no setor petrolífero.

Para Coronil (2002), essas características contribuem para a representar o Estado como uma força unificada e aut centrada, isto é:

En el caso venezolano, esta apariencia se ve reforzada por la riqueza fiscal, que proviene sobre todo de los ingresos petroleros y no de los impuestos, lo que permite al Estado encarnar poderes que parecen emanar de sí mismo. [...] Los representantes del Estado, esto es, las encarnaciones visibles de los poderes invisibles del dinero petrolero aparecen en el escenario estatal como magos poderosos que extraen la realidad social, desde instituciones públicas hasta cosmogonías, de un sombrero (p. 1-2).

Esse é um debate importante ao qual gostaríamos de dar mais atenção. Afinal, em que medida tal visão não resgataria uma abordagem de um Estado-sujeito, tão bem criticada por Poulantzas (2000)? Por outro lado, cabe reconhecer a especificidade deste Estado, cuja arrecadação fiscal depende de ingressos oriundos de uma renda petrolífera internacional. O conceito de *bonapartismo rentista* representa uma tentativa para refletir sobre as peculiaridades do tipo de Estado construído na Venezuela ao longo do século XX, bem como o papel ocupado por sua burocracia.

De especial importância para nosso propósito, a parte III do referido – “*O Estado Mágico*” – trata do auge petrolífero vivido na primeira presidência de Carlos Andrés Pérez, entre 1974 e 1979. Nesse período, a arrecadação fiscal petrolífera se multiplicou abrindo espaço para a formulação de um projeto de uma *Gran Venezuela*. A proposta de *semear petróleo* teve, nessa época, um de seus momentos de glória, prometendo em poucos anos modernizar o país. Em três capítulos, o autor visa demonstrar:

[...] cómo la tensión entre circulación del dinero proveniente del petróleo y producción de valor que subyace al capitalismo rentista de Venezuela se vivió y expresó concretamente en las acciones cotidianas de diferentes actores sociales (CORONIL, 2002, p. 12).

Assim, evidencia-se um conflito crônico entre a produção de valor e a apropriação da renda. Tal situação marcaria a especificidade do capitalismo na Venezuela, tendo consequências marcantes em todos os seus âmbitos:

En sociedades donde los ingresos provienen principalmente de la mercantilización del trabajo, la creación de valor es al mismo tiempo el principal objetivo de la producción y el principio subyacente de la organización económica. En sociedades donde los ingresos dependen de la mercantilización de la naturaleza, la captura de la renta condiciona la organización de las actividades económicas. En un caso, la estructura productiva tiene que transformarse constantemente para aumentar la productividad y las ganancias; en el otro, hay que maximizar las rentas y garantizar el acceso a su distribución mediante una variedad de medios políticos (CORONIL, 2002, p. 36).

E referindo-se ao auge petrolero da década de 1970:

Un resultado visible de la súbita afluencia de petrodólares fue que la producción local de valor se subordinó más que nunca a la apropiación del dinero circulante. Un resultado igualmente real, pero menos obvio, fue el hecho de que cambió el carácter mismo de la circulación. El torrente de petrodólares ahogó la producción; en lo que respecta a la circulación, por el contrario, la infló. En la medida en que los petrodólares erosionaban los vínculos entre la circulación y la producción, también se socavaban los límites que habían inhibido antes la expansión de la circulación como un sistema de relaciones y valores sociales. Con la erosión de esos límites, la circulación se expandió más allá de sus confines acostumbrados con lo que hizo retroceder o violó fronteras normativas. El quiebre de la normalidad creó una nueva sociabilidad (CORONIL, 2002, p. 321-322).

O livro foi publicado em 1997, portanto, antes da ascensão de Hugo Chávez à presidência, durante o segundo governo de Rafael Caldera, momento ainda marcado pela recente crise bancária e pela instabilidade dos preços do petróleo. Entretanto, o prefácio da edição espanhola de 2002 foi escrito durante esse ano turbulento e decisivo para a Venezuela, permitindo a Coronil tecer interessantes considerações sobre Hugo Chávez, refletindo sobre “lo novedoso y lo repetitivo en la V República chavista” (2002, p. XIII). Se, por um lado, as condições para o Estado mágico se mantêm e se aprofundam, abrindo o caminho para novos encantamentos, o mito chavista seria diferente:

Pero a diferencia de guiones anteriores, esta vez el papel ha correspondido a un Bolívar no solo popular, sino anti-patricio, apoyado como nunca antes por sectores que habían sentido perder hasta la esperanza. En medio de la devastación de un país empobrecido y polarizado, el mito del progreso chavista ya no puede disimular la división, como antes, frente al espejismo de un futuro bienestar colectivo; el mito no es ya unificados sino justiciero (CORONIL, 2002, p. XIV).

Em textos posteriores, Coronil seguirá destacando estas diferenças e semelhanças, justamente quando as condições que aproximam o processo bolivariano da lógica do Estado Mágico se fazem mais presentes, com a abundância de recursos petrolíferos, e quando a citada característica distintiva do bolivarianismo, seu recorte classista, se desdobra na formulação de um novo horizonte de transformação anticapitalista, o socialismo do século XXI.

Dialogando com a citada contribuição e referindo-se à atualidade e necessária retomada das discussões sobre a renda da terra presentes no volume 3 d'O Capital, David Harvey (2013) comenta que:

[...] países produtores de petróleo como a Venezuela, conforme aponta Coronil em *The Magical State*, organizaram-se em torno da extração de renda por meio da exploração de um recurso natural. Isso não só problematiza a maneira como a natureza é valorizada no capitalismo [...], mas também coloca o problema do entendimento de como circula esse dinheiro de renda (mesmo sob o comando de Chávez) (p. 19).

A questão identificada por Harvey é central. Em sua retomada do nacionalismo petrolífero, o governo Chávez foi exitoso em ampliar a arrecadação fiscal petrolífera. Tal estratégia de controle do petróleo se sustenta em diversos mecanismos de distribuição da renda petrolífera e, conforme vimos anteriormente, como este recurso é uma renda petrolífera internacional que corresponde primariamente ao Estado, um de seus efeitos é atribuir ao Estado e seus agentes poderes que parecem emanar de si próprios. Entretanto, quando refletimos desde o binômio distribuição/circulação isso nos permite colocar em questão as relações sociais que tecem as determinações do processo.

1. 5 Renda petrolífera e processo bolivariano: apontamentos iniciais

Aprofundando-nos mais em autores que se debruçaram especificamente sobre o processo bolivariano, destacamos as diversas obras de Margarita López-Maya. Essa autora reflete sobre as mudanças e permanências do processo bolivariano no marco da Venezuela petrolífera. De especial relevância, são suas recentes discussões sobre a perspectiva socialista assumida pelo governo e essa condição de país petrolífero. Na introdução do livro *“Ideas para debatir el socialismo del siglo XXI”*, Margarita López-

Maya (2009) apresenta a questão que emerge quando abordamos o processo bolivariano desde a perspectiva da história da Venezuela petroleira:

[...] queda abierta la pregunta de si efectivamente se avanza hacia un modelo de desarrollo emancipatorio capaz de autosostenerse, sin las muletas de la renta petrolera, o si lo que se experimenta es la repetición de las fantasías de un Estado mágico resucitado gracias a un nuevo boom petrolero (p. 20).

Até o presente momento, López-Maya (2009) destaca, sobretudo, os elementos de continuidade:

El socialismo *rentista* venezolano hasta la fecha comparte rasgos esenciales con el modelo capitalista *rentista* que le precedió. La vulnerabilidad de la economía venezolana a los vaivenes de los precios petroleros en el mercado internacional sigue intacta. [...] Hoy como ayer, los abundantes petrodólares han propiciado innumerables programas y proyectos que luego no se continúan, o se ejecutan en coordinación con otros programas cuyos objetivos pudieran ser distintos y hasta contradictorios (p. 85).

Carla Ferreira (2012) agrega à reflexão sobre a presença da renda petroleira na Venezuela, a importância da caracterização do caráter dependente da Venezuela. Assim, os efeitos dessa renda estarão profundamente relacionados a tal condição. A autora verifica que, mesmo em um contexto de mudanças e abertura de horizontes de transformação mais amplos, o processo bolivariano ainda carrega o “fardo do capitalismo petroleiro dependente rentista” (FERREIRA, 2013).

Essa questão é reconhecida pelos membros do governo que se dedicaram a formular de modo mais sistemático os desafios do processo bolivariano. No livro “*La transición venezolana al socialismo*” (2009), Jorge Giordani, então Ministro de Planejamento e Desenvolvimento, debate os caminhos para pensar a transição venezuelana ao socialismo e reflete sobre o papel da renda petroleira nesse processo. O autor reconhece que, em um primeiro momento, a tendência será acentuar algumas características do rentismo:

No nos llama la sorpresa que se califique de política explícita el hecho de fortalecer el Estado rentista, hecho que ocurre como necesario en una fase como la que estamos atravesando en cuanto a las insuficiencias de la producción interna y el grado de necesidades acumuladas como deuda social que aún no han sido canceladas y que en parte vienen a condicionar el avance de las fuerzas productivas de país aún el momentos actuales. La cuestión está en que esta captación de la renta internacional y la distribución de la misma en el interior de Venezuela no vienen a fortalecer a los propietarios del capital

quienes, aún en las peores condiciones terminan por captar igualmente una parte sustantiva de dicha renta dentro de la puja distributiva (p. 78).

Como fica explícito no trecho acima, Giordani entende que a maximização da renda petroleira captada pelo Estado é um momento importante para a transição venezuelana, pois permite atender necessidades represadas da população. Os dados sobre a redução da pobreza na Venezuela, a ampliação do acesso à educação e à saúde, o aumento do consumo dos setores populares são evidências estreitamente associadas a esta política de distribuição da renda petroleira que se consolida a partir de 2003.

Entretanto, a distribuição da renda petroleira não pode ser explicada tão somente pelas decisões do Estado sobre o emprego dos recursos. Existe um importante processo de circulação dessa renda petroleira, aquilo que Giordani designa como uma “disputa distributiva”, com diversas manifestações.

Sobre esse tema se debruça Manuel Sutherland (2012). O juízo do autor sobre a efetividade desse processo de redistribuição da renda petroleira é severo. Sutherland (2012) afirma que o *boom* petroleiro contribuiu para um acentuado aumento das importações, chegando a 454% no período entre 2003 e 2012, ultrapassando inclusive a expansão das exportações, que totalizou cerca de 257%. Assim, o aumento das importações termina por se apropriar de parcela significativa da renda petroleira. Por outro lado, a produção do país permanece estagnada.

Refletindo sobre o legado do governo Chávez, Victor Álvarez (2013), ex-ministro e pesquisador do Centro Internacional Miranda, afirma:

El control de la extracción de petróleo ha sido motivado por el interés de maximizar la renta petrolera, más no como una estrategia para iniciar la transición de Venezuela del rentismo importador hacia un modelo productivo. [...] Paradójica y contradictoriamente, la reivindicación del precio del petróleo y del ingreso fiscal de origen petrolero [principal legado de Chávez de acuerdo con el autor] pueden verse mediatizados y hasta anulados si no se supera la propia cultura rentista [...]. Ante cada auge rentista hay un auge de consumo, la abundancia de divisas conduce a la sobrevaluación de la moneda y esto hace que sea más fácil y rentable importar que producir. [...] Los productores se transforman en importadores y la creciente e indetenible tendencia a importarlo todo desplaza a la producción nacional (p. 42).

Essa citação coloca a questão que motiva a presente investigação de forma clara. O início do governo Chávez foi marcado pela busca da ampliação da arrecadação fiscal petroléira. O caminho para resolver os graves problemas sociais do país passaria pela retomada do nacionalismo petroléiro, isto é, por uma estratégia de controle do petróleo centrada na maximização da renda petroléira captada pelo Estado. Para isso, buscou bloquear a agenda neoliberal no setor petroléiro com novos dispositivos legais que impediam a privatização da PDVSA e uma ampliação do controle por parte do executivo. No plano externo, procurou rearticular a OPEP, realizando, no ano de 2000, a II Cúpula da organização em Caracas. Por fim, a partir do final de 2001, pretendeu modificar os mecanismos de arrecadação fiscal petroléira visando ampliá-la, bem como controlar de forma mais estreita a diretoria da PDVSA, nomeando um presidente claramente identificado com o nacionalismo petroléiro. Após os anos de disputa, entre 2001 e 2003, essa política se consolida.

Assim, como afirma Victor Álvarez, o principal legado do governo Chávez esteve associado à retomada do nacionalismo petroléiro. Mas, o desafio colocado está indissociavelmente relacionado a essa herança que vincula o processo bolivariano à história da Venezuela petroléira e à questão da *siembra petrolera*. Se a ampliação da arrecadação possibilitou um incremento sustentado dos gastos sociais, permitindo diminuir os números da pobreza e da pobreza extrema, além de proporcionar acesso à educação e à saúde para um conjunto mais amplo de venezuelanos, as consequências negativas podem ser igualmente identificadas, em especial, uma acentuada dependência das exportações petroléiras e das importações.

CAPÍTULO 2. Venezuela petroleira: uma introdução

No presente capítulo, busca-se analisar a história da Venezuela petroleira. Alguns dos conceitos apresentados no capítulo anterior, a contextualização teórica deste trabalho, serão colocados em movimento para sustentar nossa análise desse período histórico. Por Venezuela petroleira nos referimos a um período histórico mais amplo, marcado pela condição de exportador de petróleo do país, traço que proporciona a unidade deste período que vai de 1917 e se estende até hoje. Suas mudanças ao longo desse século nos permitem dividi-lo em períodos mais delimitados, com características próprias, no marco da continuidade da Venezuela petroleira.

Um primeiro momento é a instalação da indústria petroleira na Venezuela e a conformação de um regime petroleiro, marcado pela presença das companhias petroleiras transnacionais e a definição das regras e agentes do setor petroleiro. A relação entre a propriedade pública do subsolo e as companhias petroleiras será gestada nesse momento, configurando os polos ao redor dos quais a questão petroleira se organiza. Além disso, destacamos duas discussões: o papel dos proprietários de terra e demais agentes privados na apropriação da renda petroleira, bem como a taxa de câmbio.

O segundo período é iniciado pela Reforma Petroleira de 1943. A partir das tendências existentes no período anterior, esta reforma consolida o regime petroleiro, estabelecendo claramente a propriedade pública sobre o subsolo, e que esta servirá não para neutralizar a renda petroleira³, mas para nacionalizá-la e maximizá-la. Consolida-se a relação entre um Estado proprietário e as empresas concessionárias, numa relação de confronto e dependência entre propriedade petroleira e capital petroleiro.

A nacionalização do petróleo em 1976 abre um terceiro período quando, além da condição de proprietário do subsolo, o Estado venezuelano assume a propriedade da indústria petroleira, reconfigurando o marco regulatório existente. Esse período é marcado, em seu início, pelo auge do nacionalismo petroleiro e, posteriormente, pela sua crise, como expressão da crise mais ampla vivida pelo país, a partir da década de

³ A propriedade pública é utilizada, por vezes, para impedir que a propriedade sobre os recursos naturais se torne um obstáculo para sua exploração.

1980. Mesmo sem alterações profundas do marco legal, a década de 90 é marcada pela liberalização do regime petrolero.

O quarto e último período estudado inicia-se com a presidência de Hugo Chávez, quando é implementada uma nova política petrolera, cujo marco é a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos, de 2001. Entre a promulgação da lei e o início do ano de 2003, a Venezuela viveria dias turbulentos, marcados por um agudo conflito entre o governo e a oposição, que teve como eixo a estratégia de controle do petróleo a ser seguida e o controle da empresa petrolera nacional.

2.1 Do início da exportação de petróleo à Reforma de 1943

A exploração do petróleo encontra na Venezuela uma legislação já existente oriunda da colonização espanhola. Esta atribuía a propriedade dos recursos mineiros, em geral, à Coroa, a qual poderia concedê-la para exploração de particulares mediante a devida compensação. Após a independência, a legislação torna a República titular dos direitos da Coroa (MORA CONTRERAS, 2002).

A legislação venezuelana, desde então, seguirá essa definição de propriedade, entretanto, se deslocará em prol de um regime de propriedade público liberal, inspirado no sistema jurídico francês (MOMMER; BAPTISTA, 1987, p. 20). De acordo com esta visão, a propriedade pública do subsolo serviria para facilitar o acesso do capital aos recursos naturais, impedindo que os proprietários da superfície obstaculizassem sua exploração por meio de sua fragmentação e da cobrança de direitos de exploração.

No início da exploração do petróleo, estes princípios orientaram a legislação mineira e fundamentaram as primeiras concessões. Assim, o Estado venezuelano visava estimular o desenvolvimento de atividades de mineração em seu território, as quais seriam tributadas em níveis semelhantes às demais atividades. Nota-se que a propriedade pública do subsolo tem como objetivo facilitar o acesso do capital aos recursos naturais, impedindo que a propriedade privada da terra dificulte este processo, seja pela sua fragmentação, seja pela possibilidade de os proprietários se apropriarem de parcela dos rendimentos oriundos desta exploração.

Durante a década de 1910, tornou-se evidente que o petróleo não seria simplesmente mais um mineral concedido para exploração. Sua importância estratégica evidenciou-se na Primeira Guerra, na qual a Marinha britânica afirmou sua superioridade ao utilizar este combustível frente à Alemanha que ainda movia sua frota a carvão (LIEUWEN, 1964, p. 47; YERGIN, 1991, p. 173).

O crescimento da importância do petróleo fez com que este passasse a ocupar um lugar mais importante no debate fiscal venezuelano, identificando que, para além dos impostos regulares, deveria ser cobrada uma remuneração devido à propriedade do petróleo.

Apesar da legislação vigente, os interesses dos proprietários de terra se farão sentir. Na lei de 1909, conseguem inserir uma cláusula que previa o pagamento de um terço dos lucros obtidos aos proprietários da superfície. Mesmo que, por demanda do Ministério do Fomento, este artigo tenha sido posteriormente declarado inconstitucional, prosseguiria a tensão entre interesses dos capitalistas arrendatários e os proprietários de terra.

O que começou a aparecer nesse momento foi um aumento da consciência rentística (BAPTISTA; MOMMER, 1987; URBANEJA, 2015): a forma pela qual a Venezuela poderia participar do negócio petrolífero seria fazer valer sua propriedade sobre os recursos naturais e exigir uma remuneração. Os olhos dos políticos venezuelanos estavam postos no país onde era extraída a maior quantidade de petróleo: os Estados Unidos. Ali, ao reconhecer a propriedade privada do subsolo, os detentores deste título cobravam uma remuneração fundamentada exclusivamente no seu direito de propriedade. Nesse mesmo sentido, uma renda da terra era cobrada nas terras públicas.

Como expressão da ascensão da consciência rentística, destaca-se a importância do Ministro de Fomento, Gumersindo Torres, ao levantar a questão da remuneração da propriedade. Isto é, o Estado não deveria se contentar em cobrar os impostos ordinários da indústria petrolífera, assim como as demais atividades desenvolvidas no país. Deveria igualmente ser remunerado, seguindo a pauta estabelecida nos demais países, pela propriedade deste recurso natural.

Expressão dessa consciência foi a Lei de Hidrocarbonetos de 1920. Nas terras de propriedade nacional, o Estado cobraria, além dos impostos, uma renda da terra. E nas terras particulares se concederia aos seus proprietários a preferência para obter as

concessões. Estas seriam posteriormente negociadas com as companhias petroleiras, permitindo aos proprietários da superfície a cobrança de uma renda da terra nesta transferência da concessão às companhias, mesmo sem ter formalmente a propriedade do subsolo. Isto é, a propriedade do solo garantia a preferência para a concessão da exploração do subsolo, preferência que poderia ser traduzida em uma renda da terra.

O direito preferencial dos proprietários de terra durou pouco e, já no ano seguinte, a nova lei abandonava esse direito preferencial. O sistema que passou a perdurar foi o de outorga das concessões para cidadãos ou companhias venezuelanas que, posteriormente, as repassavam para as empresas petroleiras, o chamado tráfico de concessões (MOMMER, 2008). Os traficantes de concessões obtinham uma parte da renda petroleira por meio de pagamentos em dinheiro e ações por ocasião da passagem da concessão e, a partir de 1926, recebiam *royalties* de cerca de 2,5%. A outorga de concessões se converteu em mecanismo de fortalecimento do poder de Gómez, bem como de seu enriquecimento pessoal e de seus aliados e parentes. Assim, até a Reforma de 1943, o regime petroleiro convivia com regras nas quais uma parcela significativa da remuneração relativa à propriedade do subsolo, cerca de 30%, de acordo com Mommer (2008), era apropriada de forma privada, enquanto o restante era apropriado pelo Estado.

Mas a tendência mais vigorosa apontava para um exercício cada vez mais efetivo da propriedade pública do subsolo. Este se manifestava, por um lado, pela definição que a renda petroleira caberia ao Estado, deslocando os interesses de proprietários e traficantes de concessões. Por outro, e isso será de grande importância, por uma disputa com as companhias petroleiras para uma maximização da renda petroleira captada pelo Estado. A reforma de 1943, neste sentido, será um marco para consolidar estas tendências e fará com que a disputa pela renda por parte das principais frações capitalistas passe pelas disputas no âmbito do Estado.

Outro ponto de conflito foi o direito das companhias à isenção de impostos para suas importações destinadas à indústria petroleira. Quando o governo tentou cobrar estes impostos, a partir da Lei de Hidrocarbonetos de 1936, no marco de uma compreensão de que tais impostos jogavam papel importante na política econômica, estas conseguiram manter esta isenção junto à Corte Suprema (MOMMER, 2008, p. 91). Vê-se aqui um confronto que estará presente na história da Venezuela petroleira, da Reforma de 1943 à Abertura Petroleira: a questão da soberania impositiva. Enquanto as

companhias petroleiras argumentavam em termos de direitos contratuais, o governo venezuelano reivindicava sua atribuição de fixar soberanamente os impostos aos quais todas as empresas instaladas em seu território estariam sujeitas.

Em “*La cuestión petrolera*” (2008), Bernard Mommer descreve a ascensão do que chama de proprietários soberanos, Estados centrados no exercício da propriedade sobre recursos naturais no âmbito do mercado mundial. Uma articulação entre propriedade e soberania nacional dará lugar a formações sociais bastante peculiares, construídas ao longo do século XX. Como podemos ver no caso venezuelano, emblemático para esse conjunto de países, uma série de embates resultaria na afirmação da propriedade sobre os recursos naturais e no fortalecimento da soberania nacional, duas tendências importantes que permitirão a progressiva consolidação de um *regime petrolero propietario*. É importante destacar que o fortalecimento da soberania nacional na Venezuela e nos demais países exportadores de petróleo deve ser pensado em relação a situações anteriores de soberania mais restringida, inclusive em boa parte dos países do Oriente Médio, sendo colônias ou protetorados. Isto é, o fortalecimento da soberania é uma marca desse período, mesmo que não altere a condição dependente destes países.

A Shell foi a primeira companhia petroleira a obter extensas concessões e foi sua subsidiária, a Caribbean Petrole, que primeiro exportou petróleo no ano de 1917. Na década seguinte, a Venezuela rapidamente se consolidou como a principal exportadora de petróleo do mundo e deu os primeiros passos de sua transformação numa nação petroleira. Uma das expressões desse trânsito foi o crescimento da importância relativa das exportações petroleiras em relação às tradicionais exportações de café e cacau (GUERRA, 2004, p. 17).

O petróleo se tornou o principal produto de exportação da Venezuela a partir de 1926 (BAPTISTA, 2015) e o câmbio de equilíbrio passou a ser definido por ele. Além disso, a taxa de câmbio sobrevalorizada se torna um dos mecanismos pelo qual as companhias petroleiras devem entregar uma maior quantidade de dólares em troca dos bolívares necessários às suas despesas internas, tanto relativas aos seus custos operativos internos quanto às suas obrigações fiscais.

A partir da década de 1930, a taxa de câmbio se converteu em uma questão central, determinante na luta entre o predomínio de interesses rentísticos contra interesses exportadores do setor não-petroleiro. A disputa decisiva entre a velha e a nova

economia será travada ao redor da taxa de câmbio. A sobrevalorização do bolívar representou um golpe definitivo para os exportadores de cacau e café e favoreceu o surgimento de um padrão cambiário que marcaria a história da Venezuela contemporânea e contribuiria definitivamente para convertê-la em uma nação petroleira. A crise de 1929 teve efeitos diversos para o petróleo e os demais produtos de exportação. Enquanto para o primeiro, esta representou uma breve diminuição das exportações, para os demais representou um duro golpe.

As imagens que rondavam muitos pensadores venezuelanos da década de 1930, como Alberto Adriani e Uslar Pietri, eram das violentas e efêmeras febres do ouro, tão bem representadas na literatura dos Estados Unidos. O petróleo seria tal qual ouro negro, expressão de uma riqueza transitória, sobre a qual não poderia ser erigido o futuro do país. Fundamentar a política econômica sobre tão duvidosa riqueza equivaleria a obter efêmero auge consumista no presente, em troca da pobreza futura.

A desvalorização do dólar em 1934 proporcionou a ocasião para verificar esse confronto entre as duas economias. Visando melhorar sua competitividade internacional à raiz da crise de 1929, os Estados Unidos reduziram o conteúdo de ouro de sua moeda para 0,88867 gramas por dólar, em 1934 (GUERRA, 2004, p. 19). Essa medida impunha aos parceiros comerciais realizar um movimento semelhante, sob pena de inviabilizar suas exportações. No caso venezuelano, isso não ocorreu, e o bolívar foi mantido numa paridade estável com o ouro, e, conseqüentemente, se apreciou em relação ao dólar desvalorizado, passando de 5,20 por dólar para 3,06. Esta sobrevalorização da moeda venezuelana diminuía, portanto, o valor em bolívares dos dólares recebidos pelas exportações, situação que inviabilizava as já combatidas exportações tradicionais. O setor petroleiro, entretanto, não se ressentia tanto desta situação, considerando as margens com as quais trabalhava. Além disso, e isso seria cada vez mais decisivo, um bolívar sobrevalorizado representava um imposto cambial sobre as companhias petroleiras, pois deveriam entregar mais dólares para obter os bolívares necessários e realizar seus gastos no país⁴. Neste contexto, se enfrentaram duas tendências sobre qual política cambiária seguir:

4 A nova situação cambial afetou de forma ainda mais significativa as concessões realizadas no marco da Lei de Minas de 1910, em sua totalidade para a Royal Dutch Shell, que previam o pagamento de *royalties* a uma taxa fixa de 2 bolívares por tonelada. Com a nova cotação, esta passou de US\$ 0,38 para US\$ 0,65 (MOMMER, 2003, p. 116).

La proposición de Adriani era devaluar el bolívar en un cien por ciento. Sin embargo, se le enfrentó - entre otros - Vicente Lecuna⁵, con el argumento de que una devaluación habría de favorecer a las compañías petroleras extranjeras. En efecto, los gastos de éstas en el país - salarios sueldos e impuestos, esencialmente - se hacían en lo fundamental en bolívares, por lo que una devaluación implicaba pérdidas para el país. Estas pérdidas, en el juicio de Lecuna, eran más importantes que todo lo que podría ganarse con la reactivación de las exportaciones tradicionales que seguiría a la devaluación (BAPTISTA; MOMMER, 1987, p. 30).

O desenlace desta situação teve sua expressão no Convênio Tinoco, firmado em 28 de agosto de 1936, que fixou a cotação do dólar em 3,90 bolívares para a compra, fundamentalmente das petroleiras, e em 3,93 para venda (GUERRA, 2004, p. 20).

Até esse momento, o bolívar tendia a se apreciar devido à grande oferta de dólares no mercado cambiário em razão das demandas do setor exportador de petróleo para adquirir bolívares para realizar seus gastos no país. Esta oferta de dólares excedia sua demanda, ocasionando uma permanente apreciação da moeda venezuelana. O Convênio Tinoco é um marco no país, pois representa a fixação administrativa do câmbio numa taxa oficial, desvalorizando o bolívar em relação ao dólar, ao passar de 3,06 para 3,90.

Esta desvalorização, pequena em relação à valorização do bolívar anteriormente mencionada, era apresentada como uma medida que visava conter a queda do dólar, mas estabelecia uma cotação que não tornava viável a agricultura de exportação tradicional. Os exportadores tradicionais ainda conseguiriam inscrever seus interesses, ao garantir alguns subsídios, visando permitir a continuidade de suas atividades na forma de prêmios de exportação a partir de 1936 e, após a criação do Banco Central da Venezuela, de câmbios diferenciais. Tais políticas, mais do que a expressão de força do setor exportador agrícola e de sua importância para a economia do país, como muitos o desejavam, seria uma concessão ao passado que aplainava o caminho para a Venezuela exportadora de petróleo.

La discusión acerca de la devaluación o no devaluación [do bolívar] enfrentó los intereses de los productores y exportadores del agro venezolano con los nuevos intereses rentísticos del país vinculados a

⁵ É interessante notar, neste caso, o papel do setor financeiro, representado aqui pelo presidente do Banco da Venezuela, Vicente Lecuna, na sua relação com a renda petroleira. O termo rentista é frequentemente utilizado para designar o referido setor. Para além das palavras, seria interessante em pesquisas subsequentes debater a relação entre estes dois tipos de rentismo. Tal relação será importante durante todo o período da Venezuela petroleira, inclusive nos momentos mais recentes e no papel cumprido pelo setor, durante o processo bolivariano.

las exportaciones petroleras. Resultó entonces que cuantitativamente ya eran más importantes los últimos que los primeros (BAPTISTA; MOMMER, 1987, p. 31).

Conforme previsto no Convênio Tinoco, a conversão dos dólares em bolívares era realizada pelos bancos privados venezuelanos. Esta situação mudou com a criação, em 1939, do Banco Central da Venezuela que passou a ocupar-se desta transação. Com a criação do BCV, a Venezuela transitaria para o regime de câmbios diferenciais, visando substituir os prêmios de exportação em prol de um subsídio cambiário para os setores exportadores não-petroleiros. Assim, por meio de decreto em 23 de julho de 1941, enquanto a cotação do dólar era fixada em 3,09 para as exportações petroleras, estas foram fixadas em 4,6 para o café e 4,3 para o cacau e o gado (CRAZUT, 2010, p. 140). Esta medida buscava reconhecer a dualidade característica da economia venezuelana, com um setor exportador de petróleo altamente produtivo e o restante da economia nacional. O setor petrolero representava, na realidade, um enclave estrangeiro, cuja presença produzia efeitos estatísticos notáveis sobre a economia venezuelana, mas com a qual mantinha escassos vínculos orgânicos.

Naquele momento, o abismo que separava os demais setores da economia venezuelana e o petrolero era muito grande, expressão disso foi o impacto enorme que a demanda de bolívares realizava sobre a moeda. Esta situação, ainda que afetasse negativamente as exportações tradicionais, permitia uma ampliação do poder de compra no mercado mundial, facilitando as importações de toda classe de bens além de elevar a arrecadação fiscal petrolera do Estado⁶. A solução encontrada foi o regime de câmbios diferenciais, nos quais buscava-se acomodar no câmbio a dualidade característica da economia venezuelana.

A partir da metade da década de 1930, a Venezuela viveu um momento de transição do longo governo de Juan Vicente Gómez. Nada mais elucidativo do caráter gradual desta transição do que as características dos presidentes entre 1935 e 1945. López Contreras (1935-1941) era Ministro da Guerra de Gómez e Medina Angarita (1941-1945) ocupava o mesmo cargo no governo de López Contreras. Uma transição controlada, na qual a centralidade das forças armadas era visível, mas, igualmente, dava

⁶ Seria necessário verificar se os interesses dos proprietários privados de concessões que as repassaram para as companhias petroleras representavam um grupo com suficiente força para fazer valer seus interesses.

lugar a uma complexificação da vida política, aumentando a importância dos órgãos legislativos no aparelho de Estado e dos partidos políticos na sociedade civil.

Simultânea a essa abertura, a condição de país petroleiro se consolidava e buscava-se por diversos lados decifrar os desafios colocados. Foi nesse momento que um dos intelectuais associados ao regime, Arturo Uslar Pietri, lançou algumas das mais marcantes reflexões sobre os novos tempos. Arturo Uslar Pietri compartilhava as preocupações de Alberto Adriani sobre os riscos representados pelo petróleo para o desenvolvimento da Venezuela, e entendia que esta deveria sustentar seu futuro na riqueza produzida, e não naquela originada da sorte de ter em seu subsolo ricas jazidas de petróleo. A crescente importância dos ingressos petroleiros obrigaria a economia venezuelana a integrá-los nesta transição. Diferente de Adriani, para Uslar, o caminho para a riqueza reprodutível da indústria e da agricultura seria pavimentado pela riqueza transitória do petróleo. Daí sua mais do que célebre consigna: semear petróleo.

Ao lançar tal consigna pelo editorial do jornal *Ahora*, Uslar Pietri traça um quadro desafiador. Pretende indicar as maneiras de não converter a Venezuela em uma parasita do petróleo, na qual todas suas atividades produtivas seriam solapadas devido à riqueza petroleira.

La lección de este cuadro amenazador es simple: urge crear sólidamente en Venezuela una economía reproductiva y progresiva. Urge aprovechar la riqueza transitoria de la actual economía destructiva para crear las bases sanas y amplias y coordinadas de esa futura economía progresiva que será nuestra verdadera acta de independencia. Es menester sacar la mayor renta de las minas para invertirla totalmente en ayudas, facilidades y estímulos a la agricultura, la cría y las industrias nacionales. Que en lugar de ser el petróleo una maldición que haya de convertirnos en un pueblo parásito e inútil, sea la afortunada coyuntura que permita con su súbita riqueza acelerar y fortificar la evolución productora del pueblo venezolano en condiciones excepcionales.

[...]

Si hubiéramos de proponer una divisa para nuestra política económica lanzaríamos la siguiente, que nos parece resumir dramáticamente esa necesidad de invertir la riqueza producida por el sistema destructivo de la mina, en crear riqueza agrícola, reproductiva y progresiva: sembrar el petróleo (USLAR PIETRI, 1936).

A fortuna dessa consigna transcenderá inclusive a posição defendida pelo autor, sendo incorporada por distintos projetos nacionais associados ao petróleo, durante toda a história da Venezuela petroleira no século XX e XXI. Claramente, o autor defende que os recursos originados do petróleo devem ser voltados para o investimento, e não para o

consumo. Para Uslar Pietri, e para tantos outros, posteriormente, o petróleo representa um risco para a nação venezuelana, ao afastá-la da atividade produtiva devido às facilidades proporcionados pelos abundantes ingressos petrolíferos.

Esse destino desejável aos ingressos petrolíferos ganha fundamentação na compreensão do autor do que constituiria a natureza desse ingresso. Para Uslar, não seria “nem uma colheita, nem uma renda mas o consumo contínuo de um capital depositado pela natureza no subsolo” (BAPTISTA; MOMMER, 1987, p. 34). Desta forma, ao definir a origem e a natureza do ingresso petrolífero, o autor estabelecia seu destino adequado: o “capital natural” deve se converter em capital sob pena de realizar-se a dilapidação de um ativo.

Ao definir o petróleo como capital natural, Uslar Pietri tende a ignorar a decisiva questão da transformação da renda gerada a partir da propriedade sobre as jazidas de petróleo em capital, e em que medida existiria capacidade no país para realizar este trânsito. Aquilo que Asdrúbal Baptista define como acumulação rentística de capital (2010) e a questão dos limites à capacidade de absorção do capital no território venezuelano. Uslar temia somente a inundação de mercadorias importadas e, para contrarrestar este risco, defendia, por um lado, o estabelecimento de barreiras aduaneiras e cotas de importação e, por outro, incentivos e apoios estatais às atividades produtivas do país. Apesar da produção nacional ser relativamente mais cara, este seria o preço a pagar para construir uma economia produtiva que não dependesse do petróleo e pudesse subsistir após o fim de sua exploração.

Uslar ocupou um lugar proeminente na política venezuelana nos governos de López Contreras e Medina Angarita, além de exercer a docência na recém-criada Escola Livre de Ciências Econômicas e Sociais, da Universidade Central da Venezuela. Com o início do triênio adeco⁷, em 1945, e a posterior década perezjimenista⁸, o autor perderá centralidade política. Duas serão suas principais críticas a esses novos regimes.

Para o caso do governo da Ação Democrática, a ser analisado mais detidamente na sequência, Uslar criticou a destinação do ingresso petrolífero para o consumo,

7 O período entre 1945 e 1948 foi marcado pela ascensão do partido Ação Democrática, (daí o termo adeco), inicialmente encabeçando a junta cívico-militar que assumiu o poder com a derrubada de Medina Angarita, em outubro de 1945, e, posteriormente, vencendo as eleições tanto para a assembleia constituinte quanto para a presidência, ocupada pelo partido brevemente no ano de 1948, quando foram derrubados pelos seus antigos aliados militares.

8 Período marcado pelo predomínio de Marcos Pérez Jimenez, inicialmente como membro da junta de governo e, posteriormente, como presidente.

solapando o projeto de semear petróleo e afastando a população das atividades produtivas. Sobretudo a partir da década de 1950, durante a ditadura de Pérez Jimenez, Uslar Pietri se veria confrontado não pela disjuntiva investimento *versus* consumo, mas pelo que se refere à propriedade do capital, se pública ou privada. A partir desta década, foram realizados importantes investimentos estatais e criado um setor de empresas públicas. Na opinião do autor, a dependência da sociedade em relação ao petróleo poderia ser seguida pela dependência em relação ao Estado, que, da condição de proprietário do subsolo, passaria para a condição de proprietário do capital, se opondo ao uso da renda petroleira para financiar empresas de propriedade estatal (MOMMER; BAPTISTA, 1987).

2.2 Lei de Hidrocarbonetos de 1943

A Venezuela, maior exportadora de petróleo do mundo, se converterá em peça cada vez mais estratégica para o esforço de guerra aliado. Em 1942, no mesmo ano em que as tropas alemãs e soviéticas travavam as mais sangrentas batalhas pelo controle das estratégicas jazidas petrolíferas do Cáucaso, o presidente Medina Angarita enviou uma carta pessoal ao presidente Roosevelt para lhe informar a decisão do governo de realizar uma reforma petroleira. As negociações se iniciaram com as companhias e foram supervisionadas pelo próprio governos dos EUA, por intermédio do Departamento de Estado, demonstrando a importância dada a um desfecho favorável, que não comprometesse o esforço de guerra e que, tampouco, levasse a uma radicalização semelhante ao caso mexicano, com a nacionalização da indústria petroleira em 1938⁹ (MOMMER, 2003, p. 117).

A reforma estabeleceu um novo regime petroleiro. Em termos de atores, ficavam para trás os proprietários de terras e traficantes de concessões. A partir de então, as concessões seriam outorgadas diretamente às companhias. Como os direitos adquiridos foram respeitados, permaneceriam ainda como relíquias desta primeira etapa da Venezuela petroleira, os direitos de traficantes de concessões e seus herdeiros a receber *royalties* de antigas concessões. Mas, efetivamente, a partir desse momento, a relação

⁹ Em 1938, o governo de Lázaro Cárdenas nacionalizou a indústria petroleira, atingindo, sobretudo, o Reino Unido e os Estados Unidos. No ano de 1942, o Departamento de Estado negociava uma proposta de indenização às companhias dos EUA expropriadas no México, alcançando um acordo com o governo mexicano no ano seguinte.

seria estabelecida entre o Estado, na sua condição de proprietário e soberano, e as companhias petrolíferas. Consolidando a tendência já evidenciada nos anos anteriores, os proprietários privados da superfície não puderam mais tomar parte na apropriação da renda petrolífera.

O volume da renda petrolífera apropriado pela via fiscal se elevou de forma decisiva. Os *royalties* aumentaram de uma média de 9% para 16,67%, atingindo a taxa usual cobrada nos Estados Unidos, tanto em terras privadas quanto em terras públicas. Como parte da reforma, mas num instrumento legal distinto, o governo elevou a taxa de imposto sobre a renda para 12%. Considerando a legislação fiscal onde se situam as casas matrizes das companhias, estas deduziam do imposto pago em seus países o que já haviam pago onde desenvolviam suas atividades. Tal mudança afetava portanto a arrecadação dos países nos quais estão domiciliadas, e não diretamente o lucro das companhias. Igualmente por meio da lei o Estado afirmava sua soberania impositiva, resolvendo a controvérsia sobre os impostos de importação.

Com esta reforma, o governo venezuelano se equiparou à pressão fiscal existente nos EUA sobre as companhias. O impacto sobre a arrecadação fiscal petrolífera seria enorme, passando entre 1943 e 1948 de 43 milhões para 389 milhões, valor quase dez vezes maior. Uma nova etapa da Venezuela petrolífera estava aberta.

2.3 Os desdobramentos da Reforma de 1943

Medina Angarita foi derrubado e uma Junta assumiu o governo expressando as forças políticas envolvidas em sua deposição e que passariam, a partir de agora, a ditar os rumos do país: o partido Ação Democrática e membros da oficialidade. Como veremos, na história da Venezuela petrolífera a relação entre civis e militares ocupará um lugar importante, e a Junta é expressão desta situação. A concentração de poder no Estado por sua capacidade de se financiar, em grande medida, pela remuneração internacional da propriedade sobre o petróleo abre espaço para uma peculiar forma de autonomia relativa.

Um dos pontos decisivos para o golpe foi a insistência do governo em não realizar eleições diretas para presidente, somente para o período subsequente. Durante o triênio *adeco*, estas foram realizadas, bem como um conjunto de votações que, pela

primeira vez, universalizaram o voto para homens e mulheres, alfabetizados ou não. A AD obteve grandes vitórias eleitorais, seja para a Assembleia Nacional Constituinte, seja nas eleições posteriores para presidente, o Congresso e os conselhos municipais.

A AD promovia uma modificação do regime político através de modificações nos marcos normativos e envolvendo os setores populares em outra relação com o poder político, mediante o sufrágio universal e a ampliação dos sindicatos. Igualmente, passou a promover uma nova relação dos setores populares com a renda petroleira. A primeira versão da sementeira do petróleo, formulada por Uslar Pietri, era taxativa em que a destinação adequada dos recursos oriundos da exportação de petróleo deveria ser os investimentos produtivos. A quantidade de recursos disponíveis após a reforma petroleira e o projeto político da AD a fizeram mudar esta visão, buscando combinar a distribuição para o investimento com a distribuição voltada para o consumo.

No governo, a AD introduziu modificações na lei do imposto sobre a renda visando aumentar a arrecadação fiscal petroleira em um contexto de aumento dos preços do petróleo. Após o término da guerra o preço do petróleo aumentou rapidamente, mais do que dobrando durante o triênio (PODE, 1959, p. 64). O modelo centrado nos *royalties*, com o percentual de 1/6 por barril, não conseguia acompanhar os aumentos nos lucros proporcionados pelos preços mais elevados, fazendo com que a participação fiscal petroleira baixasse para menos da metade do excedente petroleiro, objetivo declarado do governo. Para manter esse percentual, o governo introduziu modificações na Lei de Imposto Sobre a Renda visando restabelecer esse percentual. A partir desse momento, sempre que o total da contribuição ao governo fosse inferior ao lucro líquido das companhias, a arrecadação deveria ser compensada até que a divisão em partes iguais entre o governo e as companhias ocorresse.

Mommer apresenta uma controvérsia sobre o caráter das mudanças propostas pela AD, se atingiram efetivamente seus objetivos. Para o autor, houve um abandono da posição defendida pela AD, de que os *royalties* não deveriam ser levados em conta, devendo a divisão entre partes iguais ocorrer entre o lucro líquido apropriado pelas companhias e o imposto sobre a renda. E mais do que isso, houve uma perda qualitativa, pois *royalties* e impostos são mesclados para o cálculo da metade do excedente petroleiro apropriada pelo Estado.

As primeiras eleições diretas para presidente ocorreram em dezembro de 1947 e consagraram o candidato da Ação Democrática, o escritor Rómulo Gallegos, eleito com

74,5% dos votos. O governo de Gallegos tomou posse no início de 1948 e durou poucos meses. Os mesmos militares que derrubaram Medina Angarita em aliança com a Ação Democrática, decidiram romper com seus antigos aliados e, no dia 24 de novembro, realizaram um novo golpe. A junta militar que assumiu era formada por Carlos Delgado Chalbaud, que a presidia, Marcos Pérez Jimenez e Luis Felipe Llovera Paez. Delgado Chalbaud foi assassinado em uma tentativa de sequestro em 1950, levando Pérez Jiménez a assumir o controle do governo e, posteriormente, a presidência, vinculando seu nome à década vivida pelo país entre 1948 e 1958.

A década dominada por Pérez Jimenez foi marcada pela alta arrecadação fiscal petroleira crescente, passando de 1,1 bilhão de bolívares para 2,9 bilhões (PODE, 1959, p. 59). Durante o período foi mantido o equilíbrio entre o lucro líquido das companhias e os impostos arrecadados pelo governo, com leves variações. Foram realizadas novas concessões em 1956 e 1957. Igualmente, nesse período, o complexo de Guayana entrou em funcionamento e a Venezuela se tornou exportadora de ferro, cujas divisas oriundas das exportações superariam, em 1955, as divisas obtidas com o café e o cacau (PODE, 1959, p. 5). No dia 23 de janeiro de 1958, ocorreu um levante militar combinado com uma insurreição popular que derrubou o regime de Pérez Jiménez.

O governo provisório realizou modificações na legislação visando ampliar a arrecadação fiscal petroleira. Enquanto em 1945, frente a um cenário de aumento dos preços do petróleo, foram realizados ajustes que permitissem manter a divisão *fifty-fifty* entre a arrecadação fiscal petroleira e o lucro das companhias, em 1959, o cenário era outro. Os preços do petróleo começavam a cair e tinham como consequência uma queda da arrecadação fiscal petroleira. Visando manter a arrecadação, o governo alterou a lei do imposto de renda, medida que permitiu ao governo manter sua arrecadação e transferir para as companhias as perdas oriundas da queda dos preços do petróleo.

Enquanto a arrecadação fiscal petroleira referente a 1957 foi 2,95 bilhões de bolívares, para o ano de 1958 foi de 2,99 bilhões. O que se modificou foi a distribuição do excedente petroleiro, pois as companhias tiveram seus lucros líquidos reduzidos de 2,77 bilhões de bolívares para 1,62 bilhões. Desta forma, o decreto do governo provisório modificou a relação entre Estado e companhias de 52/48 para 65/35. Esta seria uma primeira de uma série de medidas que modificaria o equilíbrio estabelecido na década de 1940 e reforçaria crescentemente o peso do Estado na arrecadação do excedente petroleiro em detrimento do lucro das companhias.

A política seguida pela AD no período foi sintetizada no pentágono petroleiro de Pérez Alfonzo, cujos vértices são: participação razoável entre Estado e companhias no excedente petroleiro, Comissão Coordenadora de Conservação e Comércio dos Hidrocarbonetos (CCCCH), suspensão de novas concessões, Corporação Venezuelana de Petróleo (CVP) e Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) (LANDER, 1997, p. 12).

A chamada participação razoável é um eufemismo para expressar a disputa entre o Estado e as companhias petroleiras pela apropriação do excedente petroleiro. Como vimos acima, o lucro excedente oriundo das condições diferenciais de fertilidade dos poços de petróleo pode ser apropriado pelos proprietários dessas condições naturais. Entretanto, essa situação não elimina a existência de uma disputa por essa apropriação, justamente a tensão constitutiva da história venezuelana no período concessionário, durante o qual, progressivamente, o Estado venezuelano irá aumentar sua capacidade para afirmar a condição de proprietário das jazidas e, assim, se apropriar de parcela crescente do excedente petroleiro.

O segundo item, a Comissão Coordenadora de Comércio e Conservação dos Hidrocarbonetos, é representativo do conjunto de instrumentos criado no âmbito do aparelho de Estado venezuelano para ampliar sua regulação do setor petroleiro, abarcando aspectos tanto da comercialização do petróleo extraído quanto da conservação das jazidas, garantindo que sua exploração seja feita respeitando os interesses do proprietário.

A Corporação Venezuelana do Petróleo foi a tentativa de criar uma janela estatal na atividade extrativa, permitindo começar a adquirir experiência, formando recursos humanos próprios e fornecendo informações adicionais para a regulação do setor petroleiro privado.

O último item, a criação da OPEP, ocorreu em 1960 e contou com a decisiva participação venezuelana. O governo venezuelano já havia estabelecido contatos com os países do Oriente Médio, local de maior crescimento da produção no pós-guerra, e visualizou ser decisivo que seus regimes fiscais estivessem equilibrados com o da Venezuela. A criação de uma organização comum dos exportadores de petróleo permitiria ampliar essa coordenação, fazendo frente de forma conjunta às companhias.

2.4 O auge petrolero da década de 1970 e a nacionalização do petróleo

O ano de 1970 marca o auge da produção petrolera da Venezuela com 3,7 milhões de barris diários. A maior parte das concessões foi realizada em 1943 para um período de 40 anos, e poderiam ser ampliadas após 20 anos, o que não estava nos planos do governo venezuelano em 1963. Frente a isso, as companhias buscaram tirar o máximo proveito das concessões existentes elevando a produção ao máximo e diminuindo significativamente seus investimentos. Assim, nos primeiros anos da década de 70, a produção venezuelana iniciou um declínio que só seria revertido em meados da década seguinte.

A aproximação do prazo de vencimento das concessões levou o governo venezuelano a contrarrestar a descapitalização da indústria petrolera por meio da *Ley de Bienes afectos a Reversión em las concesiones de hidrocarburos*, em julho de 1971. Novas leis estabeleceram o controle estatal do mercado interno de gás, em 1971, e posteriormente, de todos os hidrocarbonetos e seus derivados, em 1973.

Esses paulatinos avanços do Estado venezuelano sobre a indústria dos hidrocarbonetos presente no seu território deve ser compreendido como parte de um acúmulo de iniciativas no âmbito do país, mas, igualmente, pela ação conjunta dos membros da OPEP. O contexto político internacional apontava para um crescente fortalecimento dos países exportadores de petróleo, cuja liderança estava cada vez mais vinculada aos países árabes.

O novo marco dessa história foi a nacionalização do petróleo. Diferente de outras nacionalizações, como a mexicana com Cárdenas e a iraniana com Mossadegh, a mudança de propriedade não era uma mudança radical isolada, mas, sim, um elo numa cadeia de iniciativas. Para esse momento, as próprias companhias petroleras já passaram a vislumbrar que esta era a saída mais provável e buscaram se movimentar no sentido de preservar seus interesses nesta nova correlação de forças.

No primeiro ano do mandato de Carlos Andrés Pérez, da Ação Democrática, o Movimento Eleitoral do Povo (MEP), cisão da AD na década de 1960, apresentou um projeto de lei prevendo a nacionalização do petróleo. Para debater o tema, foi criada uma comissão presidencial que elaborou um projeto de lei. Marca desse projeto foi buscar garantir que a mudança de propriedade não alterasse a continuidade operativa

das companhias. A Petróleos de Venezuela S. A. foi criada como uma empresa pública de direito privado, regida pelo código comercial, e com o Estado venezuelano como seu único acionista. Sua estrutura refletiria ainda as características do período concessionário, ao organizar-se em companhias operadoras, vinculadas às principais companhias extratoras de petróleo até então (ESPINASA, 2006).

A apropriação da renda petroleira pelo Estado venezuelano foi mantida em termos semelhantes ao período anterior, mantendo, inclusive, o marco normativo estabelecido pela Reforma de 1943. Visando abrir espaço para a ampliação dos investimentos da PDVSA, a nova lei estabelecia uma diminuição da carga fiscal e o Estado venezuelano não utilizaria, nesses primeiros anos, sua condição de acionista único da indústria para auferir dividendos.

O pessoal das companhias era em sua maioria composto por venezuelanos em todos os níveis da indústria, inclusive em altos cargos gerenciais. Assim, a nacionalização que modificou por completo a propriedade da indústria petroleira, ao estatizá-la em sua totalidade, não implicou em mudanças significativas no comando das filiais operativas de PDVSA, com a manutenção dos gerentes das companhias nacionalizadas em seus postos.

Quadro 1. Nacionalização do Petróleo: concessionárias convertidas em filiais da PDVSA.

Concessionárias	Filiais operativas da PDVSA (1976)
Amoco	Amoven
Sinclair/ARCO	Bariven
Chevron	Boscanven
Texaco	Deltaven
Petrolera Las Mercedes*	Guariven
Creole Petroleum (Exxon)	Lagoven
Mobil	Llanoven
Shell	Maraven
Mene Grande Oil (Gulf Oil)	Meneven
Sun Oil	Palmaven
Phillips	Roqueven
Talon Petroleum*	Taloven
Petrolera Mito Juan*	Vistaven

*Empresas de capital privado venezuelano

Fonte: D'ORAZIO, 2007.

Esta divisão em tantas filiais foi rapidamente diminuída, e, já em 1978, só restavam quatro, e, em 1986, seriam reduzidas a três: Lagoven, Maraven e Corpoven. Por fim, a partir de 1998, a PDVSA passou a ter um novo desenho, não mais baseado nas distintas filiais operativas, mas nas áreas de atuação: PDVSA Petróleo e Gás, PDVSA Exploração e Produção e PDVSA Manufatura e Comercialização.

Os elevados preços do petróleo contribuíram para um salto na arrecadação fiscal petroleira nesse período, passando de 11,18 bilhões de bolívares, em 1973, para 36,44 bilhões em 1974. O governo de Carlos Andrés Pérez, em meio ao auge de recursos, propôs como horizonte a criação de uma *Gran Venezuela*, a ser viabilizada através de um conjunto de grandes projetos no setor não-petroleiro, no intuito de aproveitar a riqueza petroleira para desenvolver o país de forma acelerada. Para isso, o governo criou um vasto setor de empresas públicas e institutos autônomos.

O auge petroleiro foi seguido por um auge de investimentos tanto do setor público quanto do setor privado. Entretanto, em 1978, portanto, ainda com altos preços

do petróleo, o crescimento econômico venezuelano foi travado e iniciou-se um longo processo de estancamento.

A industrialização na Venezuela dependeu de um câmbio sobrevalorizado que permitia ao setor industrial importar bens de capital e insumos. A fim de proteger o mercado para o setor industrial instalado no país, foram estabelecidas uma série de barreiras alfandegárias, para-alfandegárias e administrativas visando impedir que o mesmo câmbio sobrevalorizado, que favorecia a importação de bens de capital e insumos, não expusesse a indústria à concorrência dos produtos importados.

A partir dos últimos anos da década de 1970, o mercado interno se revelou insuficiente para a capacidade produtiva acumulada. Após um auge de investimentos no contexto do *boom* petrolífero, ocorreu um colapso dos investimentos privados e um desequilíbrio agudo na relação capital/produto, ou seja, a proporção entre a capacidade produtiva acumulada em relação à sua realização na produção. A sobrevalorização do bolívar, que estimulava a acumulação de capital por conta das facilidades para importar máquinas e insumos, estabelecia uma barreira para que esta capacidade produtiva ampliada pudesse se voltar para o mercado externo (BAPTISTA, 2010). Neste período ocorreu uma intensa exportação de capitais do setor privado (MEDINA SMITH, 2004).

2.5 A Venezuela e a crise da dívida

Durante o período de auge dos preços do petróleo na década de 1970, a Venezuela, assim como outros países do então chamado Terceiro Mundo, ampliou sua dívida externa. Um texto de grande interesse para pensar esse período de crise se intitula *El verdadero origen de la deuda*. De autoria do economista e professor do Instituto de Estudos Superiores de Administração (IESA), à época, Miguel Rodríguez, este documento representou uma crítica da política econômica do governo de Luis Herrera Campíns, sucessor de Carlos Andrés Pérez e membro do partido Copei, e apontou o caminho para a retomada do crescimento econômico. Naquele momento, em meados da década de 1980, o peso crescente do serviço da dívida externa se fazia sentir nos países latinoamericanos e o autor buscou compreender a especificidade do caso venezuelano, diferente de forma decisiva dos demais países da região.

Contrapondo-se à leitura dominante do problema do endividamento externo venezuelano, o autor afirma:

La gran falacia en el caso de la deuda externa venezolana es el señalamiento de que el origen de nuestra deuda externa radicó en el exceso de gasto público y en especial el exceso de inversión en el sector de las empresas del estado no petroleras. Esto es totalmente incorrecto macroeconómicamente hablando, ya que la contrapartida de nuestra enorme deuda externa no son ni excesivas inversiones ni gasto público, sino activos denominados en dólares del sector privado en el exterior (RODRIGUEZ, 1984, p. 425).

Desta forma, o serviço da dívida externa não seria a necessária contraparte a investimentos e gastos públicos, mas nada mais do que “un mecanismo de redistribución regresiva del ingreso hacia los sectores más acaudalados que poseen activos financieros y no financieros en el exterior” (RODRÍGUEZ, 1984, p. 425)¹⁰. Apesar da dívida externa ser pública, serviu para financiar saídas de capital privado para o exterior na forma da aquisição de ativos financeiros e não financeiros. Isto é, o endividamento externo possibilitou a conversão dos excedentes acumulados em bolívares em aplicações em divisas no exterior.

Ao considerar os juros e rendimentos originados pela posse desses ativos, o autor calcula que a acumulação externa de ativos do setor privado é equivalente à dívida externa. Este resultado de endividamento público externo e acumulação externa de ativos do setor privado foi resultado, para Miguel Rodríguez, de erros na política econômica, sobretudo entre 1980 e 1981, entre os quais se destaca a manutenção de uma moeda sobrevalorizada no marco da livre convertibilidade. Ou seja, a taxa de câmbio permaneceu inalterada em termos nominais em meio a um aumento da inflação, aumentando de forma crescente sua sobrevalorização, sem nenhuma restrição relevante para a conversão de bolívares em dólares. As empresas superavitárias no país tendiam a remeter recursos ao exterior, respaldadas pelo aumento do endividamento externo público. Somado a isso, o autor destaca a disparidade existente no período entre as taxas de juros internacionais, em aumento, e a manutenção da taxa de juros na Venezuela, em níveis inferiores aos países centrais. Assim, a combinação entre um aumento das taxas de juros que carrega recursos para os países centrais, com um contexto interno de total liberdade para converter bolívares em dólares e câmbio fixo, em vias de

¹⁰ Como veremos mais adiante, o auge petrolífero dos anos 2000 também foi marcado por uma crescente fuga de divisas, apesar de um diferente regime cambial. Enquanto, nos anos 1970 tratou-se de um regime fixo e aberto, a partir de 2003 tratava-se de um regime em muitos momentos fixo, mas com controle de câmbio.

sobrevalorização, tendeu a tragar para fora a poupança privada. Durante um período, a própria presidência do Banco Central afirmava que tais saídas eram saudáveis, porque ajudavam a contrair a liquidez e, portanto, a controlar a inflação.

Em agosto de 1981, quando as taxas de juros se elevaram, os sinais de crise do mercado petrolífero levaram os capitais a ampliarem sua fuga, impulsionados pela clara sobrevalorização do bolívar. Um conjunto de variáveis deve ser levado em conta para explicar a fuga de capitais, entre os quais se destaca o regime cambial, entendido como o conjunto de mecanismos de acesso à moeda estrangeira. A expectativa de uma súbita desvalorização do bolívar aumenta à medida em que crescem os sinais de que não será possível ao governo sustentar este signo monetário sobrevalorizado, sobretudo, levando em conta que sua fonte de divisas, a exportação de petróleo, está escasseando. Esta fuga de capitais se acentuou no início de 1983 e, para fazer frente ao esgotamento das reservas internacionais, o governo realizou a desvalorização do bolívar e decretou um controle de câmbio.

Miguel Rodríguez reputa como erros de política econômica o fato dos venezuelanos terem sido, nas suas palavras, obrigados a poupar no exterior e se financiar no exterior. Enquanto os agentes superavitários passaram a poupar no exterior os agentes deficitários passaram a se endividar no exterior. Aqui, é interessante notar como, para além da política econômica conjuntural, processos de longa duração e de maior amplitude se expressam: respectivamente, o colapso da acumulação rentística de capital e a crise do capitalismo nos anos 1970.

Comparando o endividamento dos dois períodos, de Carlos Andrés Pérez (1974-1978) e Luís Herrera Campíns (1979-1982), o último guarda características distintas. O endividamento público líquido no período de CAP esteve próximo de zero, já que as empresas estatais não petrolíferas se endividaram no exterior, mas o Estado tinha no exterior o controle de ativos em valor equivalente, a uma taxa de rentabilidade superior. No período de Luís Herrera, o endividamento externo público e privado serviu para financiar a saída de capitais privados para o exterior.

Tabela 1. Evolução da Dívida Externa (1974-1982).

CUADRO 4
EVOLUCION DE LA DEUDA EXTERNA VENEZOLANA
PERIODOS: 1974-78 y 1979-82
(miles de millones de dólares; cifras aproximadas)

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
	Saldo Consolidado Cuenta Corriente	Deuda Total	Incremento Deuda Total	Incremento Deuda Pública	Incremento Total Activos Externos	Incremento Reservas + FIV	Incremento Act. Públicos	Incremento Act. Privados
1973		2.0	—	—	—	—	—	—
1974-78	0.05	15.2	13.2	10.0	13.25	5.8	4.0	3.7
1979-82	4.8	32.0	16.8	12.0	21.6	1.0*	-1.5	22.1

Fuente: Calculado a partir de datos del Informe Anual del BCV (varios años), y de Estadísticas del Banco Mundial.

(*) No toma en cuenta la revalorización del oro.

Fonte: RODRÍGUEZ, 1984, p. 428.

O quadro comparativo acima mostra que, no período 1974-1978, o aumento dos ativos privados no exterior é correspondente à dívida privada externa, enquanto no período seguinte, entre 1979 e 1982, há um enorme aumento de US\$ 22 bilhões de ativos privados no exterior, ao passo que a dívida privada só aumenta em US\$ 4,8 bilhões¹¹. É o endividamento público que financia essa diferença. Entre 1973 e 1982, a dívida externa venezuelana aumentou em 30 bilhões de dólares e, destes, cerca de 26 bilhões se transformaram em ativos privados, o restante financiou o aumento das reservas internacionais e dos ativos públicos no exterior.

Rodríguez defende que deveriam ter sido criadas as condições para que estes ativos pudessem ser acumulados dentro do país. Se premiou a especulação, e não a posse de ativos em empresas venezuelanas. Para isso, sua recomendação era criar as condições propícias à acumulação de capital em bolívares, visando repatriar divisas, ao oferecer-lhes condições mais vantajosas do que podiam obter nos depósitos em moedas estrangeiras. Ali moraria a esperança para a retomada do crescimento.

La razón por la que afirmamos que nuestras potencialidades de crecimiento son enormes en el corto y largo plazo es precisamente el hecho de que *la deuda externa venezolana es nula cuando unimos al sector público y al sector privado*. En otras palabras, el activo más importante con el que cuenta Venezuela para comenzar una vigorosa reactivación de su economía son precisamente las decenas de miles de millones de dólares que poseen nuestros compatriotas en el exterior. En mí no queda la menor duda de que dadas las condiciones propicias, esos venezolanos van a invertir en su país, que con la instrumentación de políticas apropiadas es capaz de ofrecer mejores retornos a la inversión fija y financiera que cualquier país del Atlántico Norte (RODRÍGUEZ, 1984, p. 429).

¹¹ No período, o total da dívida externa aumenta em US\$ 16,8 bilhões, sendo 12 bilhões do setor público (colunas 3 e 4).

Justamente, o processo de acumulação de capital na Venezuela foi propiciado por altas taxas de retorno para os capitais investidos no setor industrial. Este processo começou a colapsar quando estas taxas se tornaram declinantes, como consequência dos limites da demanda interna¹² e do fechamento do mercado externo. Essa incapacidade de absorção de capital estimula a fuga de capitais.

O autor advogava esse trânsito dos ativos dos venezuelanos em dólares para os ativos em bolívares. O caminho para isso seria o oferecimento de títulos públicos cuja remuneração fosse atrativa para realizar esse trânsito, estimada pelo autor em um retorno real de 5%. Rodriguez acrescenta que isso só seria possível no marco de uma política fiscal responsável que não levasse o governo a recorrer ao aumento da emissão monetária para pagar juros.

Defendia que o crescimento econômico viria do setor externo e, para isso, sugeria uma paridade competitiva para o setor de bens comercializáveis internacionais e outra mais elevada para o setor financeiro e turístico. Propôs um contraponto ao câmbio fixo e considerava que, por ter uma inflação mais elevada do que seus parceiros comerciais, a Venezuela deveria adotar o sistema de minidesvalorizações, conhecido como *crawling-peg* (realizar minidesvalorizações que igualem a inflação do país com a de seus principais parceiros comerciais).

A partir da década de 1980, a situação de um Estado rico e uma sociedade pobre se modificava. O contraponto na sociedade civil não seriam mais, ao menos por enquanto, as companhias petrolíferas internacionais, mas os capitalistas venezuelanos que afirmavam, falando de forma rigorosa, sua condição de capitalistas desde o exterior. Entretanto, e por mais aparentemente paradoxal que seja, é desta condição que os capitalistas venezuelanos podem exercer maior poder de influência sobre a política econômica. Frente a um Estado endividado no exterior, estes se apresentam como a chave para o pagamento destas dívidas. Entretanto, o preço do seu retorno é que lhe sejam garantidas condições de rentabilidade superior para seus capitais. O que Miguel Rodríguez propõe, e posteriormente irá buscar implementar, como Ministro-Chefe de Cordiplan¹³ do segundo governo de CAP, será um conjunto de políticas destinadas a aumentar a rentabilidade do capital em bolívares.

12 Fora do escopo da análise do autor citado, a ausência de demanda interna se relaciona estreitamente com o peso da superpopulação relativa. Retomaremos esse tema com mais detalhe no quarto capítulo.

13 Oficina Central de Coordinación y Planificación de la Presidencia de la República.

O colapso da acumulação rentística de capital na Venezuela tem como sua contraparte o auge da acumulação rentística de capital no exterior. Como já assinalamos, a acumulação rentística de capital é o processo no qual esta capacidade de pagamento no mercado mundial serve para potencializar a acumulação de capital. Tanto no primeiro quanto no segundo caso, a renda petroleira é a mesma, oriunda da propriedade sobre o petróleo venezuelano. Este contraponto, tão bem mostrado neste texto clássico de Miguel Rodríguez, é fundamental para compreender o novo balanço do poder entre Estado e os capitalistas venezuelanos. Frente a um Estado endividado e carente de dólares para sustentar seus crescentes compromissos externos, tanto oriundo da dívida externa quanto do crescente volume de importações em meio ao colapso da produção, os capitalistas venezuelanos, agora sim portadores da renda petroleira na forma de ativos no exterior, poderão impor suas condições e pressionar por uma mudança na política econômica que abra espaço para a acumulação de capital.

Entretanto, a implementação de tais políticas enfrentou inúmeras resistências devido ao seu enorme custo social. A outra cara do colapso da acumulação rentística de capital era a emergência da questão social, de parcelas crescentes da população expropriada que não conseguem vender sua força de trabalho e devem, no marco do capitalismo, resolver o acesso aos meios de subsistência por sua própria conta. O crescimento do desemprego e da economia informal são expressão do esgarçamento das relações sociais, no marco dos quais ocorre um processo de *buhonerización* da sociedade (DENIS, 2001). *Buhonero* é o termo utilizado na Venezuela para o camelô, a *buhonerización* da sociedade descreveria um aumento considerável da pobreza e da economia informal.

O empobrecimento da população da Venezuela, a partir da década de 1980, foi analisado por diferentes autores e pode ser observado por diversos ângulos. Tomando a cesta básica de alimentos como limite para a pobreza extrema e a cesta básica geral como limite para a pobreza, o aumento da pobreza na Venezuela é marcante. No primeiro semestre de 1979 atinge sua menor incidência: 9,53% das famílias se encontram na situação de pobreza. Ao longo da década de 80 há um aumento sustentado da pobreza, e a década finaliza com 70,56% de famílias na situação de pobreza, sendo que 29,16% estão em pobreza extrema. O quadro abaixo ilustra esta evolução:

Quadro 2. Taxas de incidência: pobreza geral e pobreza extrema.

TASAS DE INCIDENCIA: POBREZA GENERAL Y POBREZA EXTREMA

Semestres	Tasa de Incidencia (%)		Semestres	Tasa de Incidencia (%)	
	Pobreza Extrema	Pobreza General		Pobreza Extrema	Pobreza General
I76	4,81	14,36	II86	8,52	31,77
II76	3,77	13,42	I87	8,56	34,23
I77	3,29	12,66	II87	12,72	42,70
II77	2,42	11,30	I88	9,69	37,90
I78	2,33	10,66	II88	18,12	50,06
II78	2,30	10,30	I89	30,12	62,93
I79	2,21	9,53	II89	29,16	70,56
II79	2,40	11,20	I90	29,45	70,36
I80	2,55	11,85	II90	34,12	72,60
II80	2,43	12,09	I91	37,09	75,40
I81	2,71	13,06	II91	39,50	74,29
II81	2,60	13,36	I92	36,07	70,81
I82	2,83	14,19	II92	36,31	71,40
II82	2,58	13,71	I93	36,30	70,44
I83	2,87	15,33	II93	40,95	74,40
II83	3,30	16,69	I94	46,30	78,31
I84	4,05	17,42	II94	55,13	83,49
II84	5,49	21,59	I95	55,69	83,95
I85	6,83	26,37	II95	55,68	82,09
II85	7,09	29,00	I96	Nd	Nd
I86	7,26	29,58	II96	65,32	85,78

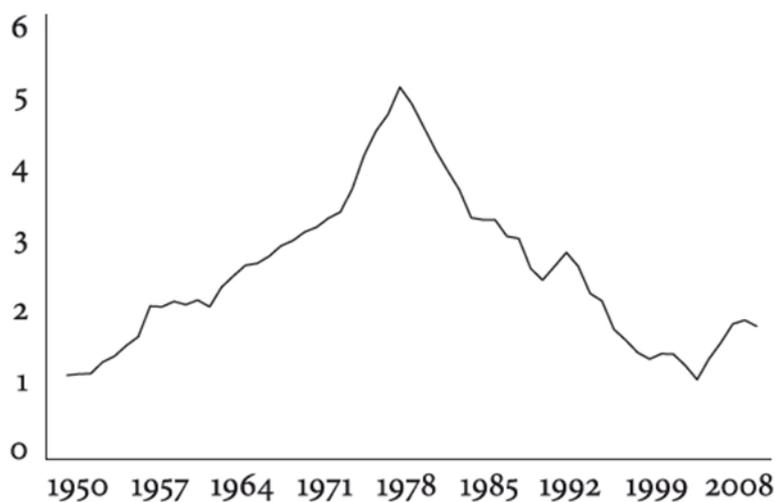
Fonte: SILVA; SCHLIESSER, 1998, p. 28.

Na década de 1990, o empobrecimento se eleva cada vez mais, atingindo, no segundo semestre de 1996, o insólito patamar de 85,78%, sendo que quase dois terços da população se encontram na pobreza extrema, sem recursos para comprar a cesta básica alimentária.

O salário real é igualmente atingido por essa situação. Os cálculos realizados por Asdrúbal Baptista apresentam uma queda igualmente marcada do salário real, conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo:

Figura 1. Evolução do salário real (1950-2008).

Salario real anual: Venezuela, 1950-2008
(Millones de bolívares de 1997)



Fonte: BAPTISTA, 2010, p. 222

A década de 1980 foi marcada pela transição de uma Venezuela em constante crescimento econômico para um prolongado estancamento. O país que, durante anos, teve uma renda per capita superior aos demais países da América Latina começa a emparelhar com seus vizinhos, passando a experimentar dificuldades semelhantes, como a crise da dívida e a miséria crescente, assim como as revoltas populares.

A AD voltou ao poder com Jaime Lusinchi para o período 1985-1989 e, nas eleições de 1988, Carlos Andrés Pérez apresentou novamente sua candidatura, sendo eleito com uma ampla votação.

O governo de Carlos Andrés Pérez incorporou na sua equipe muitos economistas oriundos do IESA, principal entidade de formação gerencial e empresarial do país. Se na sua primeira presidência em 1975 buscava lançar a Venezuela no caminho do desenvolvimento navegando no auge rentístico, sua nova presidência buscava trazê-la para a crua realidade do mercado mundial. Na década de 1970, a Gran Venezuela, agora, o Gran Viraje.

Nos seus primeiros dias de governo, em fevereiro de 1989, Carlos Andrés Pérez contraiu um empréstimo junto ao FMI e assinou uma carta de intenção com a previsão de um drástico ajuste macroeconômico, cujas principais medidas foram:

a) restricción del gasto fiscal; b) restricción de los niveles salariales; c) unificación del régimen cambiario con paridad unitaria y flotante; d) tasas de interés flexibles y aumento inmediato de los niveles de las tasas de interés reguladas, eliminación de los créditos a tasas preferenciales para la agricultura, establecimiento de las tasas de interés por el mercado tan pronto como fuera posible; e) reducción de los controles de precios; f) posposición de programas de inversión de baja prioridad; g) reducción de los subsidios; h) introducción de un impuesto sobre la venta; i) ajuste de las tarifas de los bienes y servicios públicos provistos por empresas estatales, incluyendo los precios de los productos petroleros en el mercado interno; j) reforma en el régimen comercial, incluyendo la eliminación de la mayor parte de las excepciones en las tarifas y liberalización de las importaciones; k) levantamiento a las restricciones de las transacciones internacionales, incluyendo la inversión extranjera y la repatriación de dividendos (LÓPEZ-MAYA, 2005, p. 26-27).

Essas medidas modificavam aspectos fundamentais da formação social venezuelana, afetando os mais diversos setores da sociedade. O caráter draconiano das medidas, diferente de acordos para empréstimos firmados anteriormente, refletiu a fraqueza de um Estado nacional, cujas reservas internacionais praticamente haviam se esgotado.

Algumas medidas tiveram um impacto mais imediato. O anúncio do fim do controle dos preços levou os comerciantes a reter as mercadorias esperando a liberação dos preços, ocasionando escassez e aumentando a tensão existente. O aumento do preço dos combustíveis e o consequente aumento das passagens de transporte coletivo detonaram uma onda de protestos que se transformaram em saques generalizados, especialmente em Caracas e na região metropolitana. Vale destacar que a Polícia Metropolitana se encontrava em greve, levando o governo a suspender as garantias constitucionais e convocar o Exército para uma massiva repressão, ocasionando centenas de mortos.

Referindo-se ao Caracazo, Fernando Coronil (2002) afirma que:

Estos acontecimientos marcaron una crisis del proyecto populista que había definido la relación entre pueblo y Estado desde 1936. Con el giro hacia las políticas del libre mercado y el desmantelamiento del desarrollismo populista, el discurso dominante comenzó a presentar al pueblo no ya como el virtuoso cimiento de la democracia, sino como una masa turbulenta y parásita a la que el Estado tenía que disciplinar y el mercado tornar productiva. Desde la perspectiva de los sectores populares, por otro lado, la elite se definía de manera creciente como “cogollo” corrupto, que había privatizado la nación y atropellado al pueblo (p. 418)

O Caracazo se torna dessa maneira uma das expressões mais evidentes da profunda crise vivida pela Venezuela.

2.6 PDVSA em meio à crise

A década de 1990 marca o auge da autonomia da PDVSA. Como vimos anteriormente, a nacionalização da indústria petroléira trouxe poucas alterações na estrutura da indústria petroléira e na sua relação com o Estado. A PDVSA foi convertida em uma *holding* que detinha o controle de diversas empresas operadoras, encarregadas de extrair o petróleo, e que refletiam a estrutura do período concessionário. A arrecadação fiscal petroléira foi mantida em grande linhas, seguindo o marco estabelecido pela reforma de 1943 e atualizado pelos sucessivos aumentos da carga fiscal sobre a indústria ao longo dos anos.

Pela primeira vez, a indústria petroléira não seria mais propriedade estrangeira, frente à qual o Estado venezuelano ergueria paulatinamente seu direito a receber uma remuneração pela propriedade do subsolo, e sim uma indústria nacional, cujo único acionista era o Estado venezuelano. A partir desse momento, os interesses reconhecidos como nacionais não estariam somente na esfera rentística do negócio petroléiro, mas, igualmente, em sua esfera produtiva. Expressão primeira dessa nova situação será a brecha fiscal aberta pelo Estado venezuelano para que a PDVSA pudesse incrementar seus investimentos por meio da diminuição dos valores fiscais de exportação. A nacionalização foi precedida pela diminuição dos investimentos das transnacionais e um esgotamento crescente das áreas petroléiras tradicionais, demandando novos investimentos para manter e elevar a produção de petróleo.

A diminuição da carga fiscal após 1976 permitiu à PDVSA acumular cerca de US\$5,5 bilhões em um fundo para futuros investimentos. Um momento marcante para sua história foi quando o governo de Luís Herrera Campíns determinou que seu fundo de investimentos fosse convertido em reservas internacionais do BCV, visando contrarrestar a diminuição destas. A partir de 1983, a PDVSA iniciaria um processo de internacionalização, destinando uma proporção crescente dos seus recursos para a compra de ativos no exterior, em especial de refinarias (MOMMER, 2010b). Em suma, a tendência à fuga de capitais também atinge o setor público mais dinâmico.

Em 1990, a PDVSA elaborou seu plano de expansão e estabeleceu ambiciosas metas de longo prazo. É um marco importante por vários motivos. Trata-se de um fortalecimento da empresa petroleira como lugar privilegiado para a elaboração da política petroleira, tendo em vista sua estratégia de expansão de longo prazo do setor, prevendo dobrar a produção no ano 2000. Para isso, a PDVSA promoveu a modificação do marco regulatório, buscando viabilizar as condições para sua estratégia de expansão, pois, até então, o conjunto de regras sob as quais a atividade petroleira se desenvolvera estava assentado na busca por uma crescente participação fiscal do Estado.

Assim, ao longo dos anos 90, algumas modificações importantes seriam realizadas, visando estimular o aumento da produção. A carga fiscal petroleira foi reduzida mediante a redução adicional e posterior eliminação, em 1993, dos valores fiscais de exportação. O setor petroleiro foi aberto para o investimento de empresas transnacionais mediante três figuras jurídicas: os contratos operativos, as associações estratégicas e os contratos de exploração a risco e lucros compartilhados (LANDER, 1997). Os primeiros estavam destinados a campos petroleiros marginais e visavam atrair investimentos estrangeiros para reativá-los. As associações estratégicas eram destinadas à exploração do petróleo extrapesado da Faixa do Orinoco. Por fim, os contratos de exploração a risco e lucros compartilhados se destinavam à produção nas áreas tradicionais, óleos convencionais com altas e médias gradações.

Com suas peculiaridades, as diferentes modalidades da abertura petroleira se caracterizaram por uma liberalização do marco regulatório, isto é, por uma ampliação dos direitos de acesso do capital petroleiro ao recurso natural, em detrimento da arrecadação fiscal e da soberania jurídica do Estado-proprietário. Além disso, na maior parte dos contratos estabelecidos com as transnacionais petroleiras, a participação da PDVSA era minoritária.

Esse conjunto de mudanças promoveu uma modificação do regime petroleiro conformado a partir da nacionalização e, em alguma medida, pela própria reforma de 1943. Isto é, as regras e os atores relevantes relacionados ao negócio petroleiro passaram por profundas modificações. A história da Venezuela petroleira, até este momento, esteve baseada em uma crescente afirmação da propriedade nacional sobre o subsolo, da soberania jurídica do Estado venezuelano e da maximização da renda petroleira. A década de 1990 assistiu a uma liberalização desse regime, reduzindo a renda petroleira apropriada pelo Estado pela via fiscal e abrindo a indústria petroleira

novamente para as transnacionais. Como vimos, a abertura pressupõe o estabelecimento das mudanças necessárias para garantir a rentabilidade de tais investimentos, em detrimento da arrecadação fiscal petroleira.

O resultado dessa nova estratégia pode ser visto sob dois prismas: produtivo e rentístico. Considerando o período posterior à nacionalização, após a abertura petroleira, a produção diária de petróleo atingiu seu pico em 1997, alcançando a marca de 3,5 milhões de barris diários, um aumento de 50% comparado a 1990, na qual eram extraídos 2,3 milhões por dia. Igualmente relevante foi o aumento do peso da empresa nacional de petróleo na economia do país. O aumento real dos gastos operacionais da PDVSA eleva seu peso no PIB de 4,2% para 7,1% e, quando somados aos investimentos, os gastos totais passam de 8% a 14% (ESPINASA, 2006).

Entretanto, a arrecadação fiscal petroleira sofreu, durante o mesmo período, uma importante diminuição, passando de cerca de 60% do ingresso bruto da PDVSA para menos de 40% (MOMMER, 2003).

Enquanto a PDVSA vivia seu momento de auge como empresa, a contribuição fiscal do setor petroleiro atingia seu menor patamar desde a década de 1950 (MOMMER, 2003). Isto é, o vínculo rentístico, característica marcante da Venezuela petroleira e sobre o qual estava assentado seu regime político e sua estrutura econômica, se enfraquecia em prol da expansão da PDVSA como corporação global de energia. Enquanto o setor petroleiro crescia, o resto do país alcançava níveis nunca vistos de pobreza e miséria. Essa percepção será traduzida nas eleições de 1998 pelo movimento bolivariano.

2.7 A retomada do nacionalismo petroleiro

Em 1998, ocorreram eleições presidenciais em meio a uma queda dos preços do petróleo para patamares inferiores aos da década de 1970 em termos reais. A crise social venezuelana se acentuou e fortaleceu candidaturas não vinculadas ao regime político existente, como a de Hugo Chávez.

Na formulação do movimento bolivariano há uma contraposição entre equilíbrios macroeconômicos e equilíbrios macrosociais (CHÁVEZ, 1998). Enquanto

os reformadores neoliberais da década de 1990 enfatizavam a necessidade de ajuste em nome dos equilíbrios macroeconômicos, o movimento bolivariano ancorou seu projeto na questão social emergente a partir da crise do capitalismo rentístico. Uma crise que atingia as instâncias de intermediação existentes entre os setores populares e o regime político, levando a um aumento da abstenção e ao rechaço do sistema político.

Frente a esta situação, o movimento bolivariano consegue se configurar como uma alternativa, buscando justamente retomar elementos da hegemonia em crise e do nacionalismo petroleiro para reconfigurar seu alcance e significado. Os mesmos parâmetros que haviam servido para tecer a hegemonia dos dominantes se tornariam parâmetros para a construção da hegemonia dos dominados. A renda petroleira deveria ser ampliada e deveria servir para pagar a dívida social.

As formulações do movimento bolivariano apontam para uma mudança da estratégia de controle do petróleo, apostando na ampliação da arrecadação fiscal petroleira e incidindo sobre os custos operativos da PDVSA e seus planos de expansão. Entre as propostas apresentadas se destacam:

- reducción del nivel de costos de Petróleos de Venezuela (PDVSA), en 15% sobre el costo de producción por barril.
 - incremento en 10% del aporte fiscal de PDVSA al fisco Nacional, por vía de la restitución parcial del valor fiscal de exportación.
 - Redimensionamiento del plan de inversiones de PDVSA
- [...] En resumen, estas medidas de racionalización del gasto, los costos, los aportes y los planes de PDVSA generarían, a corto plazo, un total aproximado de 2.600 a 3.000 millones de dólares anuales, con los cuales se financiaría, en parte, el modelo de desarrollo expresado en la Agenda Alternativa Bolivariana (CHÁVEZ, 2007, p. 126-7).

Desde o primeiro momento, a relação entre o novo governo e a PDVSA seria tensa. A retomada do nacionalismo petroleiro, isto é, a estratégia de maximização da renda petroleira e sua distribuição pelo Estado, aumentava a tradicional tensão existente no setor petroleiro, entre o proprietário do recurso natural e a empresa extratora.

Essa tensão se manifestou em um conjunto de nós críticos, tendo como eixo articulador a busca do governo em ampliar seu controle da indústria petroleira para salvar o país e a busca dos gerentes de garantir a margem de autonomia conquistada na década de 1990 (MOMMER, 2010b). Em um primeiro momento, a tensão entre os gerentes e o governo irá se manifestar pelas nomeações para a presidência e para a junta

diretiva da empresa. As mudanças legais a partir de 2001 contribuirão para ampliar esses enfrentamentos, conduzindo ao conflito aberto.

Entre estes nós, destacam-se:

a) *Peso dos royalties no marco fiscal regulatório*: a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos promoveu uma modificação da incidência da carga fiscal sobre a PDVSA. Os *royalties* foram ampliados de 16,6% para 30% e o imposto sobre a renda foi reduzido de 67,7 para 50%. Enquanto os *royalties* são calculados, levando em conta volumes e preços e deduzindo o percentual correspondente, o imposto sobre a renda incide sobre o lucro bruto, deduzidos os custos. Durante o período da abertura petrolífera, os novos contratos buscavam limitar os *royalties* e direcionar a carga fiscal em impostos que incidissem sobre o superávit operacional das empresas. É interessante acompanhar a argumentação de Ramón Espinasa (2006) neste sentido, economista-chefe da PDVSA durante a década de 1990, para quem os *royalties* representam uma barreira para a produção, pois são um custo adicional. Desta forma, reduzem a margem de rentabilidade dos projetos, limitando a expansão do setor. Para uma estratégia de ampliação da produção sustentada e com jazidas com custos crescentes de produção, a proposta mais adequada seria reduzir a carga impositiva na forma de custos fixos por barril, como os *royalties*, em prol de uma carga fiscal mais flexível que incida somente sobre o excedente petrolífero. É um marco fiscal que não limita a produção por conta de baixos preços ou altos custos. Na visão de uma empresa global que busca expandir sua produção e ocupar novos mercados é uma estratégia coerente. Entretanto, tem como consequência uma redução da arrecadação fiscal petrolífera¹⁴.

b) *Relação com a OPEP*: um dos primeiros objetivos do novo governo foi fortalecer a OPEP e estabelecer acordos entre os membros da organização para aumentar os preços do petróleo, então em seus patamares mais baixos em termos reais, desde a década de 1970. Para isso foram estabelecidas cotas de produção que contribuíram para elevar os preços.

14 “Consistente con su oferta electoral el gobierno asumió como objetivo inicial bajar a toda costa los gastos de Pdvsa. El gobierno quería tener acceso directo a los recursos financieros de Pdvsa para ponerlos al servicio de su proyecto político, sin tener que pasar por la burocracia del resto del sector público. Como se verá más adelante, sobre todo en los primeros años, esto sería a expensas del gasto de Pdvsa. La lógica populista para justificar la reducción del gasto de Pdvsa fue el destino que se le daría a este gasto por parte del gobierno en planes de asistencia social de distinto tipo. Planes, quizás loables, pero que no tienen base lógica de comparación con la inversión para mantener la producción de petróleo.” (ESPINASA, 2006, p. 161).

c) *Gastos e investimentos da PDVSA versus arrecadação fiscal petroleira*: em um contexto de aumento dos preços do petróleo, a disputa pela apropriação entre o Estado e a empresa petroleira continuaria, tanto antes quanto depois das mudanças legais com a reforma petroleira de 2001.

Como é possível verificar, a Reforma de 2001 tem vários traços em comum com a Reforma de 1943, ao se dar em um contexto no qual, por diversos caminhos, o marco legal se encontrava modificado pela Abertura Petroleira.

d) *Nomeação da presidência e junta diretiva da PDVSA*: Entre o final de 2001 e o início de 2003, ocorreria uma aguda disputa pelo poder na Venezuela, que teve como seu eixo a empresa nacional de petróleo. Um conjunto de leis habilitantes, entre as quais estava a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos, acirrou os ânimos entre o governo Chávez e a oposição encabeçada, nesse momento, sobretudo, pela Fedecamaras, principal organização empresarial do país. Igualmente, a partir desse momento, começava a ganhar força a organização dos gerentes da indústria petroleira, que passaram a se mobilizar tanto contra o novo marco regulatório quanto, principalmente, contra a nomeação de uma nova junta diretiva para a PDVSA, no início de 2002. Para presidir PDVSA foi nomeado Gastón Parra Luzardo, um crítico de longa data da abertura petroleira à participação privada.

2.8 O golpe de abril de 2002

Esse quadro contribuiu para que, no final de 2001, se iniciasse um período de intensos enfrentamentos entre o governo e as diversas forças da oposição, entre as quais se destacariam os gerentes da PDVSA por meio de sua associação *Gente del Petroleo*. Um dos marcos dessa confrontação foi o golpe de abril de 2002, quando o governo Chávez foi temporariamente derrubado. A concentração opositora foi realizada nos arredores da sede da PDVSA, epicentro da crise vivida pelo país nos dias de abril, e dali seguiu para o palácio de Miraflores.

No retorno de Chávez à presidência, o governo bolivariano buscou um compromisso com os gerentes da PDVSA, revendo a demissão de seus principais representantes e nomeando uma junta diretiva que expressasse a tentativa de mediação em curso. Entretanto nos meses seguintes a tensão existente voltou a eclodir em novas

manifestações e paralisações que culminaram entre o final de 2002 e o início de 2003 na paralisação petroleira e empresarial (LANDER, 2004). Seu desfecho foi a demissão de cerca da metade dos empregados da PDVSA, entre os quais mais de 80% dos seus quadros gerenciais e profissionais.

O início do ano de 2003 foi marcado por mudanças significativas no processo bolivariano, visíveis na própria conjuntura, mas que, ao longo do tempo, consolidaram um novo momento para o processo bolivariano. A partir desse momento, o governo bolivariano passou a controlar de forma estreita a PDVSA. Talvez uma das medidas mais ilustrativas desta nova situação é que nos anos seguintes o cargo de Ministério de Energia e Minas e a presidência da PDVSA seriam ocupados pela mesma pessoa. Inicia-se, igualmente, um aumento sustentado dos preços do petróleo até o ano de 2008, quando sofreu uma queda seguida de uma recuperação, mantida até o ano de 2014.

Outro elemento decisivo foi a instauração do controle de câmbio a partir de fevereiro de 2003. Nos primeiros meses do ano, em meio à paralisação petroleira, ocorreu um aumento da saída de divisas que levou o governo a instaurar um controle de câmbio. Desde então, o acesso às divisas passaria pela Cadivi (Comissão de Administração de Divisas), outro traço marcante após 2003.

Dessa forma, podemos concluir que o governo Chávez passa a controlar duas dimensões decisivas para a distribuição da renda petroleira: a empresa nacional de petróleo e o acesso às divisas. Buscaremos debater no próximo capítulo justamente os mecanismos para aferir esse processo de distribuição a partir de 2003.

CAPÍTULO 3. A distribuição da renda petroleira no Processo Bolivariano entre 2003 e 2012

No presente capítulo, nos dedicaremos a analisar o processo de distribuição da renda petroleira a partir de 2003. Como vimos no capítulo precedente, o ano de 2003 marca o desenlace das disputas ao redor do setor petroleiro e coincide com o início de um aumento dos preços do petróleo.

Para realizar essa análise em um primeiro momento nos deteremos sobre o próprio setor petroleiro venezuelano no qual discutiremos suas variáveis mais importantes para situar o processo de extração, exportação e consumo interno do petróleo. Na seção seguinte, discutiremos algumas metodologias de medição da renda petroleira. Por fim, apresentaremos os principais mecanismos de distribuição interna da renda petroleira.

3.1 Extração e Exportação de Petróleo

O período analisado tem como um dos seus traços mais marcantes a elevação sustentada do preço do petróleo no mercado mundial, proporcionando um aumento no valor das exportações petroleiras venezuelanas, passando de 22 bilhões de dólares, em 2003, para 93,98 bilhões, em 2012 (PODE 2013; 2006). O volume exportado não teve grandes alterações, iniciando o período em 2,5 milhões de barris diários (MBD) e chegando, em 2012, a 2,4 MBD, uma pequena oscilação para baixo. Como veremos mais em detalhe, na composição da cesta de exportação houve um incremento do petróleo mais pesado e ocorreu uma diminuição da exportação de óleos brutos mais leves e de produtos refinados. Desta forma, o aumento de 3,4 vezes das exportações em dólares constantes não esteve relacionado nem a um aumento do volume de exportações, nem devido à qualidade dos bens exportados, mas, sim, à elevação do preço da cesta de exportação petroleira da Venezuela, de uma média anual de 23,29 dólares em 2003 o barril para 103,42 em 2012.

Ao longo desta seção vamos responder a um conjunto de questões que nos permitem uma visão mais detalhada das exportações de petróleo. Vamos começar pela análise da produção do petróleo ou, dito de forma mais precisa, a produção de sua extração, tendo em vista que o petróleo como tal não é produzido, precisão cara aos teóricos da renda da terra.

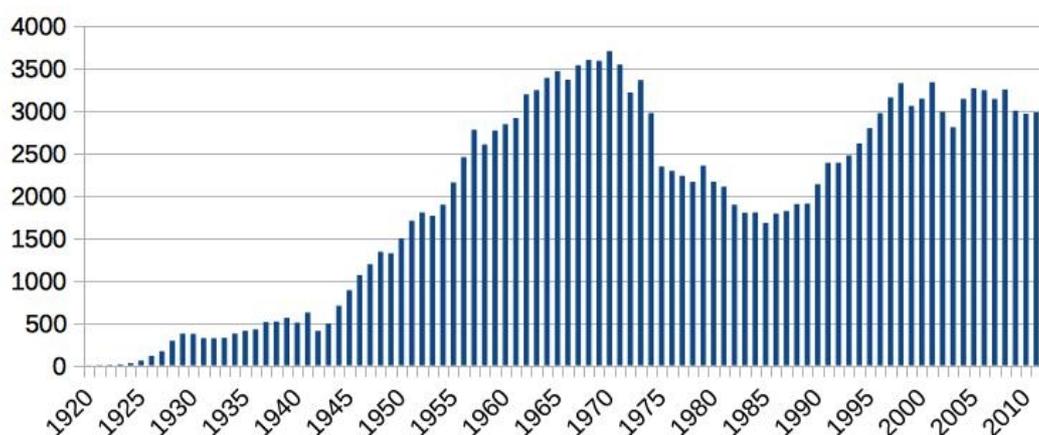
3.1.1 Extração de Petróleo

Como já analisamos anteriormente, a Venezuela passou a exportar os primeiros barris de petróleo no ano de 1917 e, ao cabo de dez anos, se constituiu no maior exportador de petróleo do mundo, posto mantido até 1970, ocupado desde então pela Arábia Saudita. É digno de nota a especificidade do caso venezuelano, o primeiro país no qual o petróleo passou a assumir uma importância tão grande que levou o país a ser identificado como uma *nação petroleira*. Até então, outros países já haviam explorado mais intensamente o petróleo, com notável destaque para os Estados Unidos, mas a Venezuela foi o primeiro a ter seu destino e sua identidade vinculados de maneira tão explícitas ao petróleo. Seguiu-se uma história comum na qual a identidade nacional passa a ser marcada pela mercadoria de exportação, o que não deixa de ser uma evidência da permanência, sob outras formas, da relação colonial. No próximo capítulo, aprofundaremos essa reflexão ao discutir a abordagem de Fernando Coronil sobre as “sociedades exportadoras de natureza” (2002).

Figura 2. Produção de petróleo na Venezuela (1920-2012)

Produção de Petróleo na Venezuela

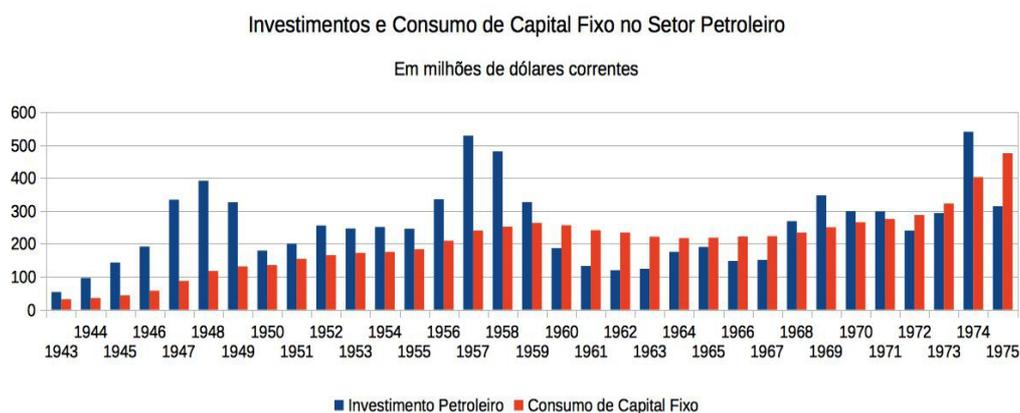
Em Milhares de Barris Diários (MBD)



Fonte: BAPTISTA, 2015.

O gráfico acima nos permite visualizar desde os primórdios da extração em larga escala de petróleo na Venezuela, quando se consolida, no final da década de 1920, como o maior exportador de petróleo, ultrapassando o México em 1928. A crise de 1929 e seus desdobramentos se farão sentir por algum tempo na indústria petrolífera, entretanto, em meados da década de 1930, novos investimentos incrementam a produção. A Lei de Hidrocarbonetos de 1943 cria um marco normativo unificado para o setor petrolífero, ampliando a apropriação do Estado da renda petrolífera, através de aumentos dos *royalties* e dos impostos. Em contrapartida, proporciona às empresas petrolíferas um horizonte de longo prazo ao estabelecer uma legislação comum e a duração das concessões em 40 anos. Tal fato, associado ao aumento da demanda por petróleo no mundo, contribuiu para a ampliação dos investimentos e da produção.

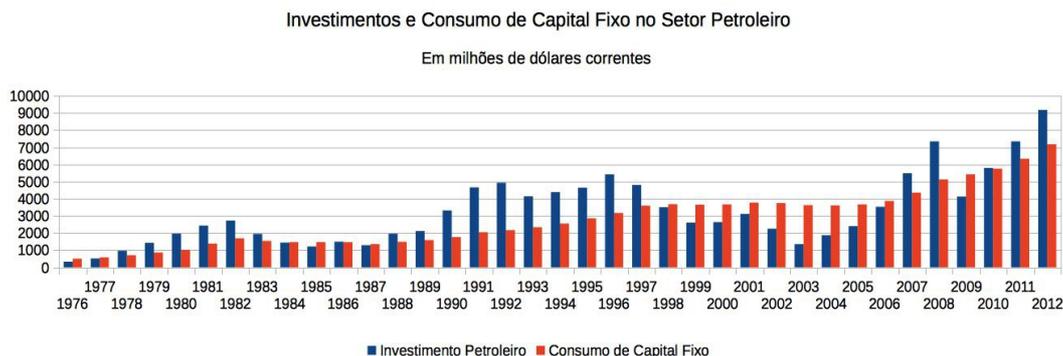
O período aberto pela Lei de Hidrocarbonetos de 1943 será seguido pelo aumento dos investimentos no setor e no volume de petróleo extraído. Cabe aqui distinguir esses processos. Sobre os investimentos, a evolução do acervo de capital do setor petrolífero será dividida em dois períodos. Entre 1943 e 1959, um aumento sustentado dos investimentos; após essa data, até a nacionalização, as companhias petrolíferas suspenderiam os novos investimentos. Pelo lado da produção, o aumento seguirá até 1970, quando o volume de barris extraídos começa a cair. Cerca de dez anos após virtualmente cessarem os novos investimentos no país, as companhias ainda puderam seguir expandindo a produção.

Figura 3. Investimentos e consumo de capital fixo no setor petrolífero (1943-1975)

Fonte: BAPTISTA, 2015.

Com a nacionalização do setor petrolífero e o estabelecimento do monopólio estatal da extração, refino e comercialização do petróleo, os novos investimentos passaram a ser de responsabilidade da empresa nacional de petróleo, que recebeu espaço fiscal para ampliá-los, impulsionando novamente o aumento do acervo de capital e detendo a queda da produção. A crise da Venezuela nos anos 1980, bem como o estabelecimento de cotas da OPEP diminuíram a produção de petróleo e congelaram, por alguns anos, novos investimentos no setor.

Figura 4. Investimentos e consumo de capital fixo no setor petrolífero (1976-2012)



Fonte: BAPTISTA, 2015.

O novo impulso dessa vez viria de uma diminuição adicional da arrecadação fiscal sobre o setor petrolero e do retorno das transnacionais do petróleo, por meio da política de Abertura Petrolera, a partir de 1990. Durante esse período, ocorreu um aumento tanto dos investimentos quanto da produção, tanto em áreas tradicionais quanto na Faixa do Orinoco. O início dos anos 2000 foi marcado pela redução dos investimentos e por um conjunto de disputas políticas, nas quais a PDVSA e o marco regulatório do setor petrolero estiveram no centro do conflito. A partir de 2005, há uma estabilização do setor, visível tanto na PDVSA, quando o governo estabelece um controle mais estreito sobre a companhia a partir do desenlace da paralisação petrolera no início de 2003, quanto no setor privado, com o qual são acordadas as migrações para as empresas mistas entre 2006 e 2008, adaptando estas companhias ao novo marco da Lei de Hidrocarbonetos de 2001. Igualmente no ano de 2005 foi lançado o *Plano Siembra Petrolera* que visou ampliar a extração diária de petróleo em mais de 2,5 milhões de barris diários, objetivando passar dos 3,25 MBD de 2005 para 5,8 MBD em 2012. Nos anos subsequentes, ocorreu um aumento dos investimentos, tanto próprios da PDVSA quanto das petroleras associadas nas empresas mistas, entretanto, ao invés de aumentar, a produção se reduziu para 2,9 MBD em 2012.

3.1.2 O papel das transnacionais petroleras

O setor petrolero nacionalizado viu-se, a partir do aprofundamento da crise da Venezuela, na década de 1980, entre duas questões. Por um lado, qual deve ser o papel das transnacionais petroleras e, por outro, qual deve ser a contribuição fiscal de

PDVSA. O caminho da *Abertura Petroleira* apostava em uma liberalização do setor, isto é, reduzir o peso da arrecadação fiscal petroleira, principal expressão da propriedade petroleira exercida pelo Estado venezuelano, visando ampliar os investimentos no próprio setor. Além da dimensão fiscal, a liberalização abriria espaço para o retorno ao país das transnacionais. O projeto bolivariano estabeleceu uma crítica a essas políticas, retomando os ingredientes do nacionalismo petroleiro e tensionando a estratégia de acumulação globalizada de capital no próprio setor petroleiro, com uma estratégia centrada na maximização da renda petroleira captada pelo Estado (RIBEIRO, 2009). Como veremos em mais detalhe adiante, sua estratégia passou por ampliar o peso dos *royalties* na arrecadação fiscal petroleira, estabelecendo, desta forma, um piso para a participação fiscal por barril. O que se verá após a implementação da Lei Orgânica de Hidrocarbonetos é que, além da contribuição fiscal em sentido estrito, mais recursos da PDVSA serão arrecadados pelo Estado pela criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FONDEN) e pela atribuição à própria empresa petroleira da realização de funções estatais nas áreas sociais. Entretanto, essa mudança não previa reverter a participação das companhias petroleiras transnacionais no setor petroleiro venezuelano, mas modificar o marco regulatório no qual se dava essa participação. Assim, o retorno das empresas transnacionais com a *Abertura Petroleira* não foi questionado e passaria a ser realizado em novas bases, não mais sob as diversas modalidades presentes na *Abertura*, mas, sim, sob o esquema das empresas mistas.

Creio que é válido traçar um paralelo com a reforma de 1943. Os novos contratos firmados com as empresas petroleiras privadas na década de 1990 foram feitos em vários formatos, por meio de uma interpretação ampliada do marco normativo vigente, criando uma variedade de situações e diversos questionamentos de sua legalidade. Chama atenção, igualmente, a flexibilização da arrecadação fiscal petroleira, bem como da soberania jurídica ao, respectivamente, reduzir a contribuição fiscal sobre os contratos firmados no contexto da Abertura e deslocar para a arbitragem internacional eventuais disputas. A Reforma Petroleira de 2001 propunha transitar para um modelo único, o das empresas mistas, por meio de uma legislação que revogava as leis anteriores, entre as quais, a Lei de Hidrocarbonetos de 1943 e a Lei de Nacionalização de 1975. Em troca de um aumento da arrecadação fiscal petroleira e da participação majoritária da PDVSA nas novas empresas mistas, a nova lei proporciona

contratos de longa duração, bem como um marco jurídico comum e sem questionamentos, lembrando, nesse sentido, a Reforma de 1943.

Como pode ser notado, com a Reforma Petroleira de 2001, as empresas petroleiras privadas não só permanecem com um papel ativo, como sua participação deixa de ser uma exceção para compor de pleno direito um lugar no setor petroleiro venezuelano.

3.1.3 Quem está produzindo o petróleo?

A partir de 1976, a extração de petróleo passou a ser realizada pela recém-criada empresa nacional de petróleo, a Petróleos da Venezuela, S.A, situação que permaneceu inalterada até o início da década de 1990, com a política de Abertura Petroleira. A partir desse momento as empresas petroleiras privadas retornaram à atividade de extração de petróleo, inicialmente, por meio de convênios operativos e, posteriormente, por meio das associações estratégicas. Tais figuras estavam previstas na Lei Orgânica que Reserva ao Estado a Indústria e o Comércio de Hidrocarbonetos, a Lei de Nacionalização de 1975. No artigo 5º da Lei estava prevista a possibilidade de participação privada de forma bastante limitada:

Artículo 5º El Estado ejercerá las actividades señaladas en el artículo 1º de la presente Ley directamente por el Ejecutivo Nacional o por medio de entes de su propiedad, pudiendo celebrar los *convénios operativos* necesarios para la mejor realización de sus funciones, sin que en ningún caso estas gestiones afecten la esencia misma de las actividades atribuidas.

En casos especiales y cuando así convenga al interés público el Ejecutivo Nacional o los referidos entes podrán, en el ejercicio de cualquiera de las señaladas actividades, celebrar *convénios de asociación* con entes privados con una participación tal que garantice el control por parte del Estado y con una duración determinada. Para la celebración de tales convenios se requerirá la previa autorización de las Cámaras en sesión conjunta, dentro de las condiciones que fijen, una vez que hayan sido debidamente informadoras por el Ejecutivo Nacional de todas las circunstancias pertinentes (LOREICH, 1975, art. 5º, grifo meu).

De acordo com a Lei de Nacionalização, a reserva ao Estado das atividades petroleiras previa, excepcionalmente, a participação de entes privados no setor. Os convênios operativos são a modalidade mais delimitada, na qual empresas privadas

podem ser contratadas para realizar atividades específicas no setor. Já os convênios de associação, chamados durante a Abertura Petroleira de associações estratégicas, tem um alcance mais amplo, estabelecendo parcerias com o setor privado para desenvolver as atividades do setor petroleiro, devendo garantir, entretanto, o controle estatal da atividade e necessitando, para tanto, de uma autorização legislativa.

Essas possibilidades não foram utilizadas nos primeiros anos após a nacionalização, sendo estabelecidos tão somente convênios visando a comercialização do petróleo exportado e a assistência técnica do setor. Somente a partir da década de 1990, no marco da *Abertura Petroleira*, o referido artigo da Lei de Nacionalização foi utilizado para promover o retorno das empresas petroleiras privadas ao coração do setor petroleiro venezuelano.

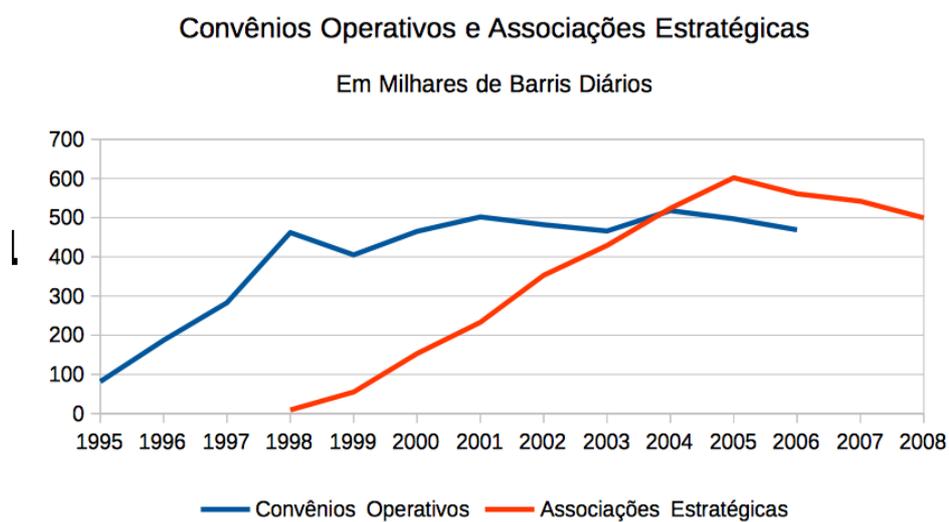
É interessante notar como as estatísticas do Ministério de Energia e Minas até 1998 não indicavam a produção petroleira dos convênios operativos, tendo em vista que a produção se apresentava como simples contratos de serviço firmados entre a PDVSA e empresas privadas para terceirizar a extração de petróleo. Com o governo de Hugo Chávez e a chegada ao Ministério de setores críticos à Abertura Petroleira, as estatísticas passaram, a partir de 1999, a discriminar a produção dos convênios operativos, inclusive de anos anteriores. Com essas informações, podemos avaliar a evolução do chamado esforço próprio da PDVSA e das diversas modalidades de participação privada na extração de petróleo.

Antes da chegada do governo Chávez, ocorreram três rodadas de licitações dos convênios operativos (1992, 1993, 1997) e uma atribuição direta (1995). Essas rodadas de licitações foram suspensas durante o governo Chávez, mas a maior parte da produção dos convênios operativos ocorreu após a posse do novo governo, em 1999. A mesma situação pode ser verificada no caso das associações estratégicas, cujos primeiros barris começaram a ser extraídos em 1998.

A nova Lei de Hidrocarbonetos de 2001 estabeleceu as empresas mistas como a nova modalidade para a participação privada na extração de petróleo. Esse novo dispositivo, apesar de revogar as leis anteriores ainda vigentes, não incidia sobre os contratos firmados anteriormente. Entretanto, o governo buscou realizar uma transição entre os contratos da Abertura Petroleira e as novas modalidades previstas na LOH, processo que culminará - em relação aos convênios operativos em março de 2006 e em 2008 - com as associações estratégicas da Faixa do Orinoco. O gráfico abaixo apresenta

a produção petrolífera dos convênios operativos e das associações estratégicas até a sua dissolução (PODE, 1999; 2006; 2013).

Figura 5. Convênios operativos e associações estratégicas



Fonte: PODE, 2006; PODE, 2013.

O Informe Anual da PDVSA de 2006 (p. 44) detalha a transição dos convênios operativos para as empresas mistas.

Quadro 3: Empresas mistas criadas a partir da migração dos convênios operativos.

Campos	Empresa Mixta	Fecha de Constitución	Fecha de Decreto de Transferencia	Participación de PDVSA (%)	Participación de Socio (%)	Accionista Minoritario	País
Mene Grande Quiriquire	Petroquiriquire, S.A.	21/08/2006	29/09/2006	60,00	40,00	Repsol Repsol	España España
Caracoles Intercampo N.	Petrolera Sino-Venezolana, S.A.	28/11/2006	29/01/2007	75,00	25,00	CNPC CNPC	China China
Falcón Este Falcón Oeste	Petrocumarebo, S.A.	24/10/2006	24/11/2006	60,00	40,00	VOG VOG	Venezuela Venezuela
Ambrosio Pedernales	Petrowarao, S.A.	09/08/2006	29/09/2006	60,00	40,00	Perenco Perenco	Francia Francia
Cabimas	Petrocabimas, S.A.	02/10/2006	24/11/2006	60,00	40,00	Suelopetrol	Venezuela
Kaki	Petrolera Kaki, S.A.	28/11/2006	29/01/2007	60,00	40,00	Inemaka	Venezuela
Casma-Anaco	Petrocuragua, S.A.	18/10/2006	24/11/2006	60,00	40,00	Open	Venezuela
Colón	Baripetrol, S.A.	09/08/2006	29/09/2006	60,00	40,00	Tecpetrol	Argentina
Onado	Petronado, S.A.	15/09/2006	24/11/2006	60,00	40,00	CGC	Argentina
Oritupano-Leona	Petroritupano, S.A.	04/09/2006	29/09/2006	60,00	40,00	Petrobras	Brasil
La Concepción	Petrowayu, S.A.	04/09/2006	29/09/2006	60,00	40,00	Petrobras	Brasil
Acema	Petroven-Bras, S.A.	04/09/2006	29/09/2006	60,00	40,00	Petrobras	Brasil
Mata	Petrokariña, S.A.	31/08/2006	24/11/2006	60,00	40,00	Petrobras	Brasil
Boscán	Petroboscán, S.A.	11/08/2006	29/09/2006	60,00	40,00	Chevron	EE.UU.
LI-852	Petroindependiente, S.A.	11/08/2006	29/09/2006	74,80	25,20	Chevron	EE.UU.
Monagas Sur	Petrodelta S.A	03/10/2007	23/10/2007	60,00	40,00	Harvest. V.	EE.UU.
Gua. Oriental	Petroguárico, S.A.	25/10/2006	24/11/2006	60,00	40,00	Teikoku	Japón
Dzo	Petroperijá, S.A.	21/09/2006	24/11/2006	60,00	40,00	BP	Reino Unido
Boquerón	Boquerón, S.A.	11/10/2006	24/11/2006	60,00	40,00	BP	Reino Unido
B-2x 70/80	Lagopetrol S.A.	05/12/2007	11/01/2007	69,00	31,00	Hocol	Reino Unido
Urdaneta Oeste	Petroregional del Lago, S.A.	10/08/2006	29/09/2006	60,00	40,00	Shell	Reino Unido
PROMEDIO DE PARTICIPACIÓN				61,85	38,15		

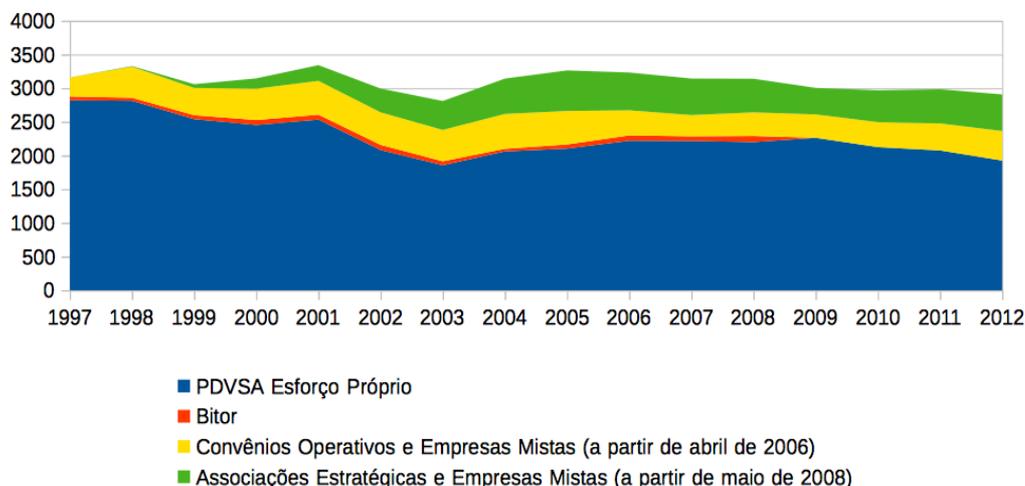
Fonte: PDVSA, 2007, p. 54.

No gráfico abaixo, apresento a evolução entre 1997 e 2012 da produção de petróleo na Venezuela, distribuída de acordo com quem a realiza. A área dos convênios operativos foi substituída a partir de abril de 2006 pelas Empresas Mistas nas áreas tradicionais. A área das associações estratégicas na Faixa do Orinoco foi substituída em junho de 2008 pelas empresas mistas. E Bitor, a filial da PDVSA responsável pela produção de Orimúlsion, foi incorporada na produção própria da companhia e posteriormente fechada.

Figura 6: Extração de petróleo por modalidade (1997-2012).

Extração de petróleo por modalidade

Em Milhares de Barris Diários



Fonte: PODE 2013; 2006.

Como é possível verificar, uma parcela importante do petróleo venezuelano passou a ser extraído com a participação de empresas petroleiras privadas. As modalidades previstas na Abertura Petroleira estiveram vigentes até 2006 e 2008, respectivamente para os casos dos convênios operativos e das associações estratégicas. A partir desse período, ocorreu uma migração desses contratos para o modelo de empresas mistas, previstas Lei Orgânica de Hidrocarbonetos de 2001.

Artículo 22. Las actividades primarias indicadas en el artículo 9 de esta Ley, serán realizadas por el Estado, ya directamente por el Ejecutivo Nacional o mediante empresas de su exclusiva propiedad. Igualmente, podrá hacerlo mediante empresas donde tenga control de sus decisiones, por mantener una participación mayor del cincuenta por ciento (50%) del capital social, las cuales a los efectos de esta Ley se denominan empresas mixtas. Las empresas que se dediquen a la realización de actividades primarias serán empresas operadoras.

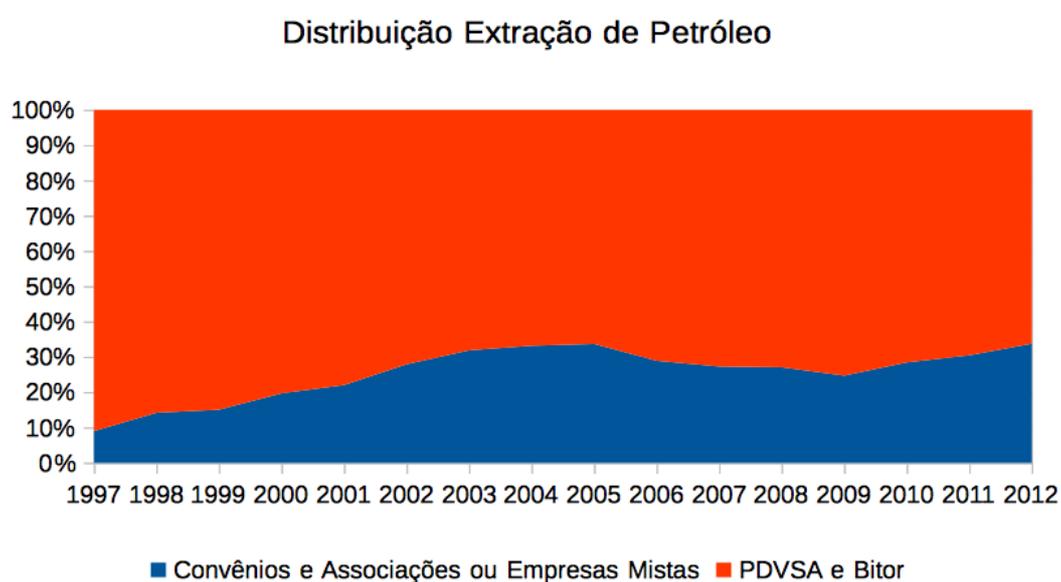
A participação estatal nas novas empresas mistas criadas no processo de migração foi de, no mínimo, 60%, propriedade exercida por intermédio da Corporação Venezuelana de Petróleo, filial da PDVSA.

Ao final do período analisado, em 2012, o esforço próprio da PDVSA abarcava cerca de 2/3 do petróleo extraído, enquanto o 1/3 restante se dividia entre as empresas mistas das áreas tradicionais (provenientes dos convênios operativos) e as empresas mistas da Faixa do Orinoco (provenientes das associações estratégicas). Dessas

empresas mistas, o Estado venezuelano detinha, em média, pouco mais de 60% de suas respectivas ações.

Podemos concluir que a participação privada engloba um percentual relevante da atividade extrativa na Venezuela mesmo que, como consequência da implementação dos dispositivos da Lei de Hidrocarbonetos, essa participação ocorra em empresas mistas de maioria acionária do Estado venezuelano. O quadro abaixo ilustra essa nova situação.

Figura 7. Distribuição da extração de petróleo (1997-2012).



F

Fonte: PODE, 2006; 2013.

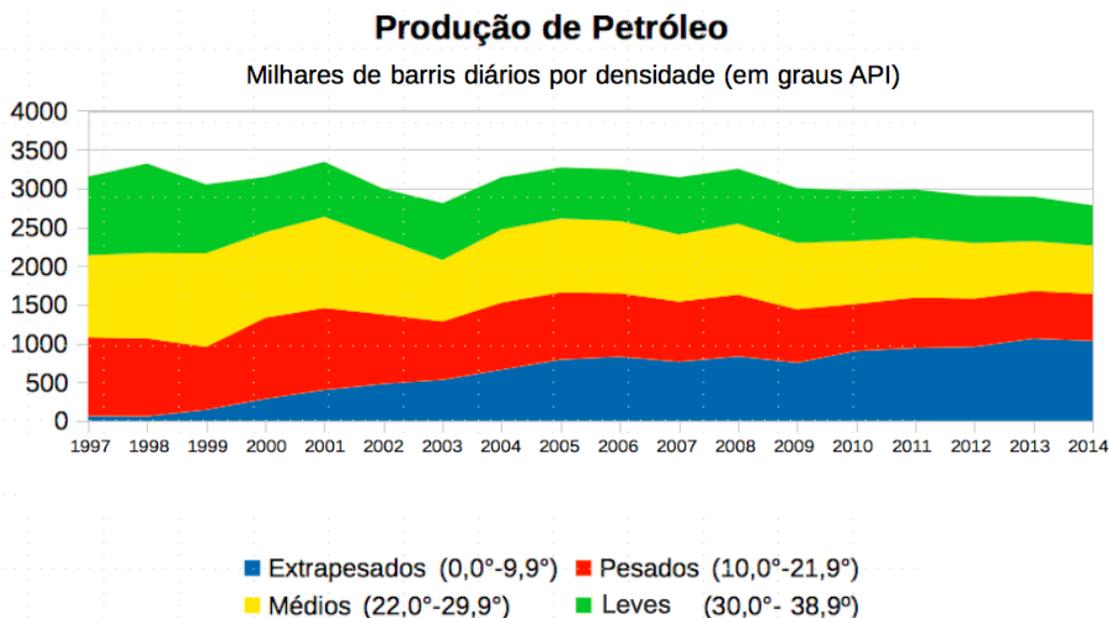
3.1.4 Que tipo de petróleo está sendo produzido?

Outra tendência importante a ser analisada é o tipo de petróleo extraído, de acordo com sua densidade. Como é possível ver no gráfico seguinte, o final da década de 1990 é marcado pela entrada em cena do petróleo extrapesado, isto é, mais denso do que a água, presente em quantidades massivas na Faixa do Orinoco, imenso reservatório com mais de um trilhão de barris de petróleo, cuja estimativa atual de recuperação é de 270 bilhões de barris de petróleo. Assim como outras jazidas de petróleo, sua existência já era conhecida e se estimava que abrigava grandes quantidades de petróleo. Entretanto, a passagem desses *recursos* a *reservas* depende de sua viabilidade

econômica, uma estreita articulação entre o desenvolvimento tecnológico do setor e os preços. No caso da Faixa do Orinoco, a dificuldade se encontra na alta densidade do petróleo ali localizado, demandando um processo de melhoramento ou de mesclá-lo com outros óleos para tornar viável sua comercialização.

A primeira exploração sistemática da Faixa do Orinoco iniciou com o projeto da Orimulsión, produto obtido da mescla do óleo extrapesado com água e destinado a fornecer um combustível para as usinas termoelétricas de geração de energia, atuando como substituto do carvão. Isso implicava definir o reservatório de hidrocarbonetos como a Faixa Bituminosa do Orinoco, daí o nome da filial da PDVSA criada para realizar sua exploração, a Bitúmenes del Orinoco, S.A. Essa mudança respondia, ainda, à demanda da executiva da PDVSA de seguir o desenvolvimento de reservas em um contexto de cotas de produção da OPEP, que limitava, portanto, a exportação de petróleo. Definir os hidrocarbonetos da Faixa como betume buscava situá-los fora dos limites da cota. Setores do governo Chávez passaram a questionar a continuidade do projeto da Orimulsion, questionando a viabilidade de um negócio no qual, em suas palavras, o petróleo passava a ser vendido a preço de carvão (MOMMER, 2002; BOUÉ, 2002). Isto é, buscava-se comercializá-lo como um substituto do carvão em usinas termoelétricas, a um preço, portanto, inferior, que poderia ser alcançado se fosse destinado ao mercado petrolífero. Neste caso, deveria ser mesclado com outros óleos menos densos ou passar por um processo de melhoramento. Assim, uma parcela dos investimentos das transnacionais na Faixa do Orinoco incluía, além da extração do petróleo, a instalação de melhoradores visando tornar viável sua comercialização.

Figura 8: Produção de petróleo por densidade.

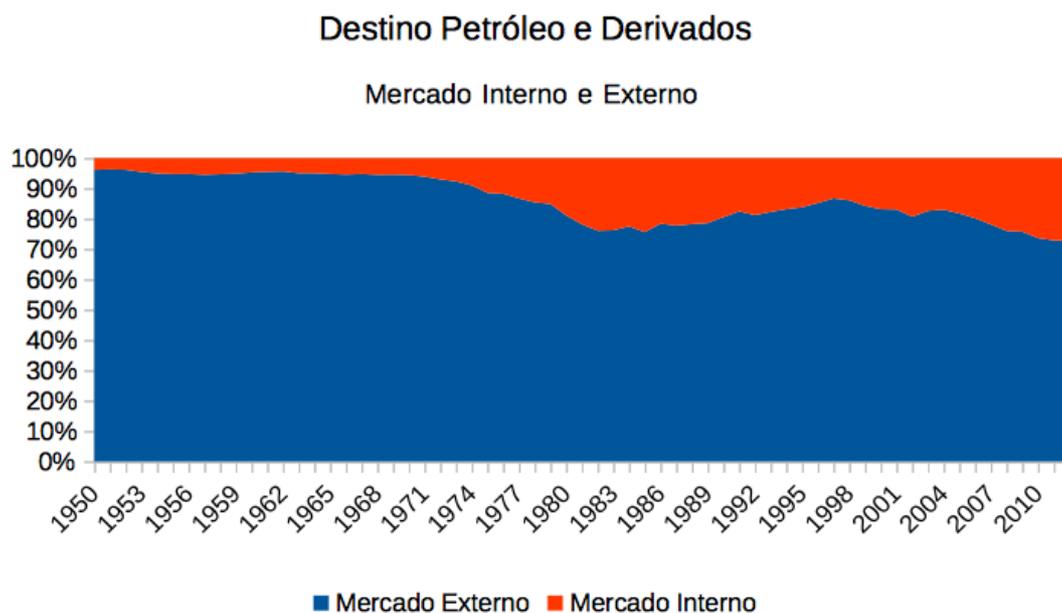


Fonte: PODE, 2006; 2013; 2014.

Um traço, portanto, notável do petróleo venezuelano é a ampliação dos custos para sua extração e, no caso do petróleo extrapesado, de melhoramento para viabilizar sua comercialização. O petróleo comercializado tem, nas palavras de Baptista, duas caras, uma produtiva e outra rentística. Na primeira, está presente o esforço produtivo necessário para extraí-lo, enquanto na segunda, reside o exercício da propriedade sobre uma parcela monopolizável da natureza. Após cem anos de atividade extrativa em seu território, os campos de petróleo convencionais tendem a ampliar seus custos de extração e, junto com isso, uma parcela crescente da atividade se desloca para as novas áreas de petróleo extrapesado. Assim, o aumento do esforço produtivo necessário para extrair petróleo leva a uma ampliação da sua dimensão produtiva, mesmo que seu crescimento possa ser compensado por um aumento dos preços do petróleo.

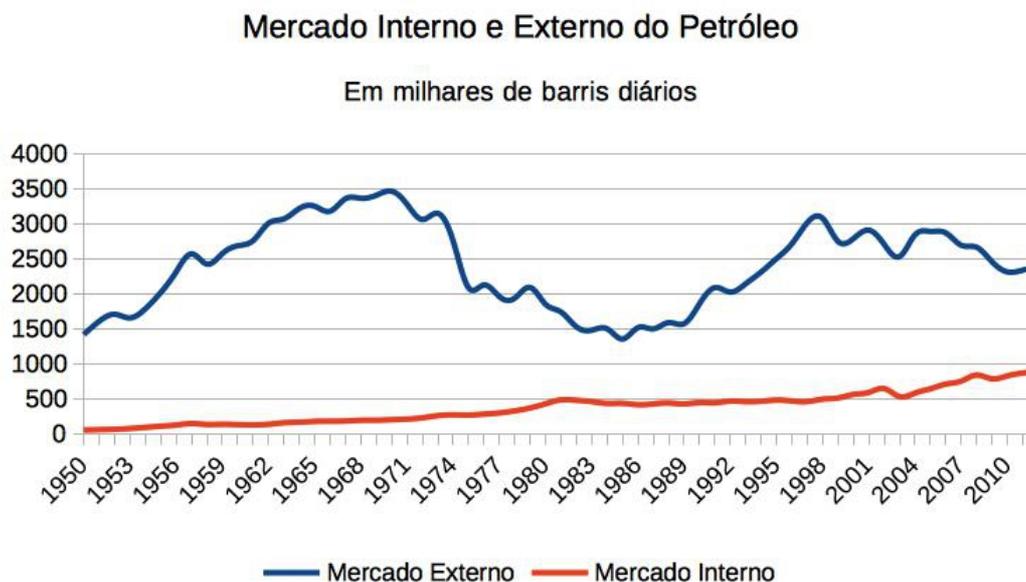
3.1.5 Qual o destino do petróleo?

O petróleo extraído na Venezuela se destina à venda no mercado interno e no mercado externo. Apresentamos abaixo o gráfico que permite identificar a proporção de ambos, desde 1950.

Figura 9: Destino do petróleo e derivados (1950-2012).

Fonte: BAPTISTA, 2015.

Em 1950, menos de 4% do petróleo extraído da Venezuela era destinado ao mercado interno, cerca de 60 mil barris diários de derivados. Essa proporção vai se incrementar tanto pelo constante aumento do consumo quanto, eventualmente, pelas quedas nas exportações, como pode ser visualizado no gráfico abaixo.

Figura 10: Mercado interno e externo do petróleo (1950-2012).

F

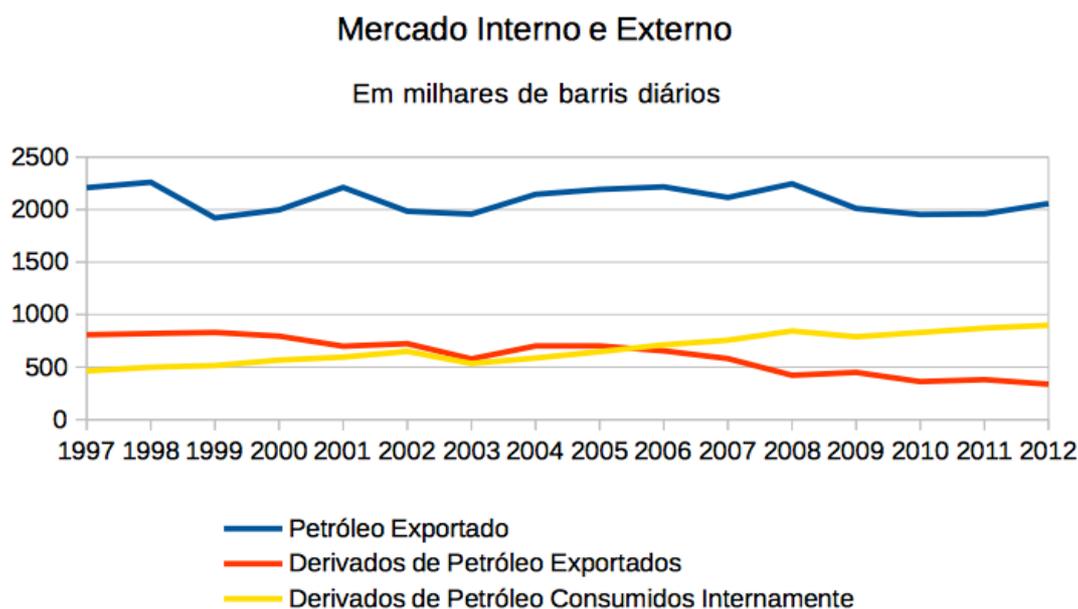
onte: BAPTISTA, 2015.

Como já analisamos acima, os anos finais do período concessionário marcam o auge das exportações petrolíferas, mas, na década de 1960, os investimentos das petrolíferas já haviam sido reduzidos. Assim, na década de 1970, há uma queda na extração de petróleo que se reflete em uma diminuição das exportações sem afetar o consumo interno, que segue incrementando-se. Os aumentos da extração na década de 1990 ampliam novamente o peso das exportações. Na década seguinte, após o início do governo Chávez, há uma estabilização do volume extraído com um aumento acentuado do consumo interno, modificando novamente a proporção entre o mercado externo e interno que passa de 86/14, em 1998, para 73/27, em 2012.

No detalhe apresentado no gráfico abaixo, enfocando o período de 1997 a 2012, podemos ver como as maiores alterações nas exportações se concentram nos produtos refinados derivados do petróleo, os quais diminuem em detrimento do consumo interno. Em 1998, eram exportados 819 mil barris diários de derivados e 499 MBD eram consumidos internamente; números que, em 2012, se invertem para, respectivamente, 337 MBD exportados e 899 MBD consumidos internamente. Portanto, uma característica do período mais recente da história da Venezuela é que o consumo interno de derivados de petróleo aumentou de forma mais acelerada, utilizando mais de um

quarto do total de petróleo extraído. Tais números serão ainda mais importantes quando analisarmos a diferença de preço pelos quais tais produtos são vendidos.

Figura 11. Mercado interno e externo do petróleo (1997-2012).



Fonte: BAPTISTA, 2015.

Como um dos fatores que contribuíram para o incremento do consumo mais destacados está o crescimento entre 2000 e 2011 do parque automotor da Venezuela de 2,492 milhões de veículos para 5,016 milhões, dobrando o número de veículos em circulação no país (INE, 2011).

Durante o período estudado, outra mudança significativa ocorreu no destino das exportações petroleiras da Venezuela. Em 1997, 63% das exportações de petróleo e produtos eram destinadas diretamente aos Estados Unidos, um volume total de 1.900 MBD (PODE, 2001). Já em 2012, esse volume havia diminuído para 518 MBD, o que representou 22% das exportações petroleiras totais. Por outro lado, aumentaram as exportações para a Ásia, com destaque para a China e para a Índia, cujos envios de petróleo eram irrelevantes em 1997 e chegaram, em 2012, a 551 MBD, 23% do total¹⁵.

¹⁵ Deve-se avaliar melhor as exportações destinadas às pequenas ilhas do Caribe, como Curaçau, Bonaire e Ilhas Virgens, onde se localizam grandes refinarias destinadas à exportação.

3.1.6 Qual o preço do petróleo?

O preço internacional do petróleo é uma variável determinante para a formação social venezuelana. Além de determinante tal variável é, sobretudo, independente. Ainda que, em sua ação conjunta com os demais países exportadores de petróleo, através da OPEP, a Venezuela possa interferir neste cenário, tal influência é limitada por um conjunto de outros fatores. O sustentado aumento dos preços do petróleo a partir de 2003, junto com outras matérias-primas, será um dos traços mais relevantes para caracterizar o período em estudo.

Resta discutir os determinantes para o estabelecimento dos preços do petróleo na conjuntura específica dos primeiros anos do século XXI. Diversos analistas destacam o crescimento e a demanda chinesa como centrais. Durante esse período, a China viveu um crescimento acelerado e uma parcela crescente de sua população passou a viver nas cidades, intensificando a sua demanda de energia.

O novo patamar dos preços do petróleo amplia a margem de manobra dos proprietários de recursos naturais frente ao capital extrator para apropriar-se de uma renda da terra petroleira crescente. Considerando que os preços de mercado ampliam sua brecha dos preços de produção em determinadas regiões, abre-se espaço para uma renda maior. Tal situação se traduz em novos marcos regulatórios que ampliam o poder do polo proprietário, oposto ao movimento registrado nos anos 90, de liberalização, isto é, de ampliação do poder das concessionárias. O ciclo de governos de esquerda na América do Sul foi marcado de forma decisiva por essa conjuntura.

Um olhar mais cauteloso sobre os dados de produção e consumo mundiais de petróleo no período estudado, apresenta dois elementos importantes. Pelo lado do consumo, o efeito China ou efeito Leste asiático, pois envolve um aumento de consumo de outros países, como a Índia, entre outros de uma parcela do globo que concentra metade da população mundial. Seu sustentado crescimento econômico está associado a processos de industrialização e urbanização, com o conseqüente aumento do consumo per capita de energia. A demanda de petróleo oriunda dessa parte do mundo cresceu de forma sustentada ao longo do período estudado, contribuindo de forma marcante para o aumento dos preços do petróleo. Entre 2005 e 2015, o consumo da Ásia do Pacífico, aumentou de 24,57 milhões de barris diários para 32,44 milhões, um aumento de 7,87

milhões que representa 76,59% do aumento do consumo mundial de petróleo, sendo que, somente a China, responde por 49,29% (BRITISH PETROLEUM, 2016).

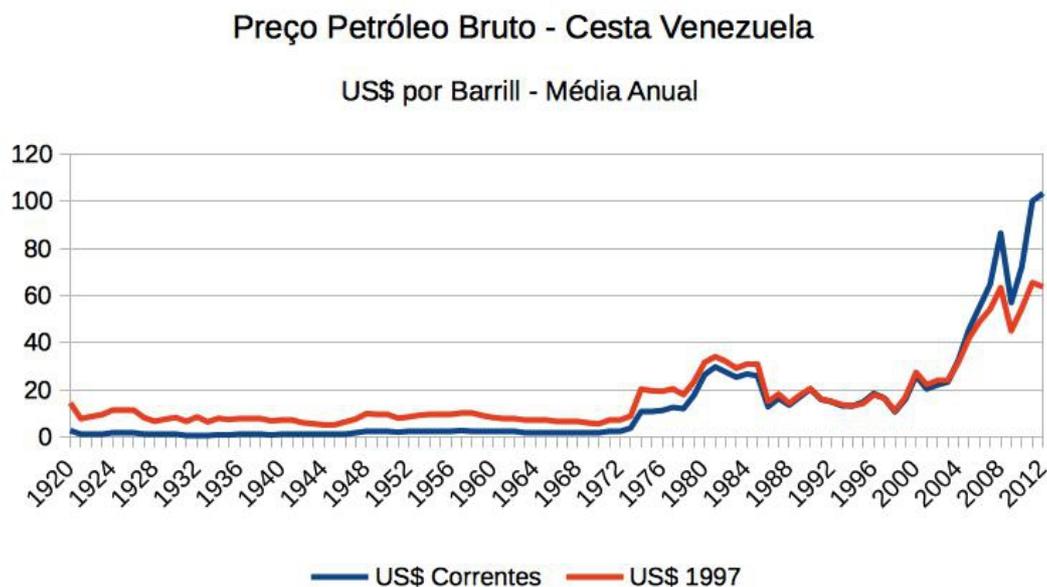
O aumento da demanda foi um dos fatores determinantes para o aumento dos preços e contribuiu, por sua vez, para ampliar a oferta, para a qual cumpriu papel determinante justamente o mais antigo produtor de petróleo: os Estados Unidos. Estes conseguiram aumentar sua produção entre 2011 e 2015 de 7,85 milhões de barris diários para 12,7 milhões, um aumento de 62% de sua já vasta produção. Isso se expressa no impacto do aumento da oferta global de petróleo no período: quase dois terços (64,05%) do aumento da oferta são oriundos dos aumentos da extração no território dos EUA¹⁶.

O novo patamar de preços atingido no período permitiu financiar investimentos dos chamados petróleos não convencionais, com custos maiores. Por exemplo, as areias betuminosas de Alberta, no Canadá, se tornaram economicamente viáveis, mesmo com custos elevados para seu processamento. Os aumentos da produção estadunidense provieram de novas técnicas chamadas de *fracking*¹⁷. O período de altos preços permitiu um ciclo de investimentos no setor que se refletiu em uma ampliação da oferta global. O novo balanço entre produção e consumo nos Estados Unidos reflete essa mudança: a partir desse momento, a proporção de barris produzidos em relação aos barris consumidos se elevou de 41,59% para 65,5%, entre 2011 e 2015, diminuindo, desta forma, sua dependência do petróleo importado.

Os Estados Unidos cumprem um papel decisivo no mercado petrolífero mundial, tanto na oferta quanto na demanda, e o patamar de preços se relaciona à necessidade de manter a vantagem geopolítica estratégica de produzir parcela importante do petróleo consumido em seu próprio território.

16 Os dados proporcionados pela British Petroleum incluem na produção de petróleo os chamados petróleos não convencionais e os líquidos de gás natural. No consumo, incluem não só o consumo de derivados do petróleo, mas, igualmente, os biocombustíveis e derivados do gás e do carvão.

17 O *fracking* é uma técnica de extração de petróleo que aumenta o aproveitamento do poço pela injeção de grandes quantidades de água e areia. Isso permite a fragmentação de rochas menos porosas, permitindo recuperar uma maior quantidade de petróleo da jazida (SILVA, 2016).

Figura 12: Preço Petróleo Bruto – Cesta Venezuela (1920-2012)

Fonte: BAPTISTA, 2015.

3.2 As medições da renda petroleira: algumas proposições

Conforme debatemos, anteriormente a renda da terra é oriunda do diferencial de produtividade proporcionado pelo exercício da propriedade sobre condições naturais não-reprodutíveis. A renda da terra petroleira é calculada pela diferença entre o preço de mercado e o preço de produção, composto pelos custos de produção e um lucro normal (BAPTISTA, 2010). A seguir, apresentaremos como o cálculo da renda petroleira foi realizado na Venezuela, tomando três fontes: a publicação anual do Ministério responsável pelo setor petroleiro, Petróleo e Outros Dados Estatísticos (PODE); o livro de Asdrúbal Baptista “*Os números do Petróleo*” (2015a); e, por fim, os cálculos realizados por Juan Kornblitt e Fernando Dachevsky (2015).

3.2.1 As medições do PODE a partir de 2006

Petróleo e Outros Dados Estatísticos (PODE) é publicado desde 1960 e compila um conjunto de informações úteis à análise do setor petrolífero venezuelano. A partir da edição de 2006, incorporou em sua metodologia a renda petrolífera como categoria necessária para abarcar a especificidade da economia venezuelana. Essa nova contabilidade nacional esteve relacionada à presença no ministério, na condição de Vice-Ministro de Hidrocarbonetos, de Bernard Mommer, autor, junto com Asdrúbal Baptista, de uma proposta de incorporação do petróleo nas contas nacionais, na década de 1980 (BAPTISTA; MOMMER, 1986). O PODE de 2006 é a incorporação dessa proposição nas contas nacionais oficiais por meio de uma “redefinición de la sección correspondiente a la economía nacional consiste en la introducción de una variable adicional y ésta es el petróleo como recurso natural y fuente rentística internacional.” (PODE, 2006, p. 38).

O primeiro passo, nesse sentido, foi estabelecer a parcela do superávit operacional do setor petrolífero que compõe o lucro normal e aquela que corresponde à renda petrolífera internacional. Para isso, a metodologia proposta pelo PODE é considerar o excedente de exploração do setor não-petrolífero como referência para o estabelecimento do lucro normal, sendo a diferença definida como renda petrolífera.

Tabela 2. PIB Setores Petrolífero e Não-Petrolífero de 2006.

PIB Setores Petrolífero e Não-Petrolífero de 2006

<i>Em milhões de BsF.</i>	Setor Não-Petrolífero	Setor Petrolífero
Remuneração dos assalariados	107.696	9.787
Excedente de exploração líquido	64.879	112.797
Rendimento misto líquido	43.773	
Consumo de capital fixo	14.727	5.575
PIB a custo de fatores	231.073	128.160
Impostos sobre a produção/subsídios	36.506	402
PIB a preço de mercado	267.579	128.561
Excedente de exploração líquido/PIB a custo de fatores	28,00%	88,00%

Fonte: PODE, 2006.

Esse procedimento visa identificar a dimensão rentística do setor petrolífero, parcela que não é, a rigor, produzida, mas captada, através do exercício da propriedade sobre o recurso natural. Para o ano de 2006, o setor petrolífero é dividido entre o produto petrolífero não-rentístico e a renda petrolífera internacional. Como veremos mais adiante,

o estabelecimento do preço de produção por meio da definição do lucro normal será um elemento de controvérsia entre os autores que se dispuseram a medir a renda petroleira.

A metodologia presente no PODE de 2006 contempla, ainda, o cálculo do subsídio existente para o mercado interno de derivados de petróleo. O setor petroleiro é dividido entre um mercado externo e um mercado interno. Visto em seu conjunto, como afirmado anteriormente, seu excedente de exploração é muito elevado, entretanto, esse provém fundamentalmente das vendas para o mercado externo. O mercado interno, ao contrário, não só não proporciona uma margem extraordinária ao setor - como o preço de realização da cesta petroleira -, como sequer cobre o preço de produção. Por esse mecanismo, o setor petroleiro proporciona um subsídio ao setor não petroleiro no mercado interno de derivados de petróleo, ao estabelecer um preço de comercialização abaixo dos custos necessários para produzi-lo.

Tomando o ano de 2006 como exemplo, quando o preço de produção da cesta interna de derivados de petróleo foi estimado em 30 BsF. por barril, contabilizando os custos e um lucro normal, enquanto seu preço de venda foi de 15,27 BsF, proporcionando um subsídio de cerca de 14,83 BsF por barril. Somando o conjunto do mercado interno, o subsídio total nesse ano foi de 2,63 bilhões de BsF. Na edição de 2006 do PODE, são apresentados os dados desde 1997, permitindo aos autores indicar um aumento sustentado dos subsídios ao mercado interno, absorvido pelo próprio setor petroleiro. Como podemos verificar no gráfico abaixo, em 1997, o preço de venda no mercado interno era levemente inferior ao preço de produção, brecha que irá aumentar ao longo dos anos seguintes. Agregando as edições posteriores do PODE, evidenciamos que essa tendência se acentuou ainda mais em anos subsequentes.

Figura 13: Subsídios nos derivados do petróleo no mercado interno.



Fonte: PODE, 2006, 2013 e 2014.

No gráfico, identificamos a evolução dos preços de produção da cesta de derivados no mercado interno, dividido entre a parcela paga pelos consumidores e o subsídio necessário para cobrir os custos do setor.

Calculados o excedente de exploração normal do setor petrolífero e o subsídio existente ao mercado interno de derivados de petróleo, o PODE apresenta seu cálculo da renda petrolífera para o período.

Tabela 3: PIB Petrolífero Não-Rentístico e Renda Petrolífera Internacional de 2006.

PIB Petrolífero Não-Rentístico e Renda Petrolífera Internacional de 2006

Em milhões de BsF	
Remuneração dos assalariados	9.787
Excedente de exploração normal	5.997
Consumo de capital fixo	5.575
PIB Petrolífero Não-Rentístico a custo de fatores (PIBPnr c.d.f.)	21.360
Excedente de exploração líquido	112.797
Impostos indiretos sobre a produção/subsídios	-2.650
Renda petrolífera internacional (RPI)	109.449
RPI/PIBPnr c.d.f.	512,00%
Outros impostos sobre a produção	402
PIB petrolífero (não rentístico)	21.761
PIB petrolífero (BCV)	128.561

Fonte: PODE, 2011.

Dessa forma, o PIB petroleiro calculado em termos tradicionais é abordado sob um novo enfoque, dividindo entre o produto não-rentístico do setor, a renda petroleira internacional e o subsídios ao setor não-petroleiro.

De acuerdo con lo expuesto, el PIBPnr [Producto Interno Bruto Petroleiro Não Rentístico] es la suma del consumo de capital fijo, sueldos y salarios y el excedente de explotación normal. Este rubro representa el verdadero PIB petrolero, en el estricto sentido de que la cuantiosa retribución patrimonial internacional causada por la propiedad sobre el recurso natural no se produce ni por el trabajo ni por el capital (PODE, 2006, p. 43).

Mais adiante, nessa edição do PODE uma nova faceta do problema é abordada, ao calcular em termos constantes as dimensões do setor petroleiro, agora divididas entre o produto não-rentístico e a renda petroleira internacional. O ano de 1997 é utilizado como ano-base, a estimação de inflação é diferenciada: enquanto para o PIB não-rentístico é utilizado o índice de preços ao consumidor, calculado pelo BCV, para a renda petroleira internacional é utilizado o índice de inflação das exportações dos Estados Unidos.

3.2.2 As medições de Asdrúbal Baptista em *Los Números del Petróleo*

Em 2015, Asdrúbal Baptista lançou uma nova versão da sua medição da economia nacional, intitulada “*Los números del petróleo*” (2015). Na sua introdução, publicada em um volume separado (BAPTISTA, 2016), o autor explica alguns dos principais desafios para a medição da economia venezuelana, considerando a centralidade ocupada pelo petróleo, bem como sua especificidade. Assim como no PODE, o cerne da questão está em separar do excedente de exploração do setor petroleiro a parcela que se relaciona efetivamente à atividade produtiva do petróleo, daquela associada à remuneração da propriedade sobre o petróleo. A referida introdução é de grande interesse, pois, além de situar de forma mais ampla a questão, no âmbito do debate sobre contas nacionais, apresenta algumas alternativas para o estabelecimento do lucro normal do setor petroleiro.

O ponto de partida novamente radica em reconhecer a diferença entre a taxa de rentabilidade do setor petroleiro e do setor não-petroleiro. Como já fora indicado no

PODE, o diferencial de rentabilidade entre os setores, de forma marcante e duradoura, está relacionado à presença da renda petroleira internacional. Entretanto, o PODE trabalha com o excedente líquido de exploração em relação ao PIB do setor, enquanto Baptista trabalha com a taxa de rentabilidade calculada pelo excedente líquido de exploração em relação ao acervo de capital fixo a custos de reposição.

Baptista (2016) resume, assim, a crucial tarefa de separação de componentes do setor petroleiro apresentados de maneira indistinta na contabilidade nacional convencional:

En el excedente de explotación que reportan las cuentas nacionales de la economía venezolana se encuentra confundidos, por consiguiente, dos elementos que es preciso separar. El primero de ellos emerge de la actividad productiva de extracción y refinación, y, por ende, es un ingreso ahí generado. Su origen se asocia con la propiedad sobre el capital en cuanto objeto producido y útil para producir. El segundo remunera la propiedad sobre el recurso petrolífero natural, que *senso strictu* no es producido, pero que el mercado mundial dota de valor mercantil. Este último, en consecuencia, no es un ingreso vinculado con la actividad productiva interna, sino que proviene más bien desde fuera de la economía nacional, y hablando con rigor, de acuerdo con los cánones convencionales de la contabilidad social, no forma parte del PIB generado dentro del sector (p. 165).

Desta forma, o autor estabelece em termos conceituais o fundamento dessa diferença e indica, posteriormente, caminhos metodológicos para realizar sua medição. O desafio é definir critérios para estabelecer a rentabilidade normal do capital fixo petroleiro e, desta forma, distingui-la da remuneração relacionada à propriedade do petróleo.

Os caminhos metodológicos propostos pelo autor para o estabelecimento da taxa de rentabilidade normal do setor petroleiro se dividem em tomar como referência o mercado mundial do petróleo ou o setor não-petroleiro da economia venezuelana. Esses caminhos, por sua vez, comportam algumas opções, como veremos a seguir. Apresentaremos aqui as alternativas oferecidas pelo autor na introdução e efetivamente utilizadas na base de dados de “*Los números del petróleo*” (BAPTISTA, 2015; 2016).

Para o mercado mundial o ponto de referência é a economia petroleira dos Estados Unidos, tanto um grande produtor quanto um grande importador de petróleo, o lugar da mais antiga extração em larga escala de petróleo. A produção de petróleo nos EUA tem ainda uma característica importante: trata-se das jazidas que requerem o

maior esforço produtivo para a extração de petróleo, constituindo para o setor, as menos férteis do mercado mundial, elemento decisivo para a definição dos preços de mercado.

Em sua primeira via metodológica para o cálculo da renda petroleira, Baptista propõe utilizar a taxa bruta de lucro¹⁸ do setor petroleiro nos Estados Unidos como referência para estabelecer o lucro normal do setor petroleiro na Venezuela. Para o ano de 2012, considerando um acervo de capital petroleiro a preços de reposição em 498,83 bilhões de BsF¹⁹ e uma taxa de lucro bruta do setor petroleiro nos Estados Unidos de 14,58%, o excedente de exploração normal é de BsF 72,72 bilhões. Este, por sua vez, é descontado do excedente de exploração convencional de 341,75 bilhões, restando na condição de renda petroleira internacional, 269,03 bilhões.

Quadro 4. Cálculo da renda petroleira em 2012. Taxa de lucro bruto do setor petroleiro nos EUA.

Em milhares de BsF.	
Acervo líquido de capital fixo	498.839.681
Excedente Bruto de Exploração	341.753.877
Taxa de rentabilidade	14,58%
Lucro Bruto	72.717.210
Renda Internacional do Petróleo	269.036.667

Fonte: BAPTISTA, 2015.

A segunda alternativa apresentada por Asdrúbal Bapista é tomar o setor não-petroleiro da Venezuela como referência para os cálculos da renda petroleira. A justificativa é a tendência à igualação das taxas de lucro, a qual o setor petroleiro não deveria escapar, senão pela presença da renda petroleira internacional. O autor realiza medições a partir de dois parâmetros: a taxa de excedente do setor não-petroleiro e a taxa de lucro líquida do setor não petroleiro.

A taxa de excedente é resultado da divisão do excedente líquido de exploração pela soma da massa salarial e do consumo de capital fixo. Ao identificar essa taxa no setor não-petroleiro, ela é aplicada para o setor petroleiro com o objetivo de separar a renda petroleira do excedente de exploração normal. Vejamos em mais detalhes uma

¹⁸ Isto é, sem descontar o consumo de capital fixo.

¹⁹ BsF = Bolívar Fuerte. É a designação da moeda venezuelana a partir da reforma de 2008 que dividiu por 1000 o Bolívar (Bs). Vale notar, em contraste com a realidade brasileira, que ao longo do século XX, não ocorreu nenhuma reforma monetária desse estilo na Venezuela.

primeira comparação entre os setores petrolíferos e não-petrolíferos medidos de forma convencional no ano de 2012:

Quadro 5. Setores petrolífero e não-petrolífero em 2012.

Em milhares de BsF.	Não Petrolífero	Petrolífero
Massa Salarial	684.640.382	30.815.604
Consumo de Capital Fixo	118.534.146	48.108.395
Excedente Líquido de Exploração	298.885.868	293.645.482
Taxa de Excedente	37,21%	372,06%

Fonte: BAPTISTA, 2015.

Aqui, fica evidente a diferença entre os dois setores, visível na discrepância existente entre suas taxas de excedente. Para o ano de 2012, a situação é especialmente ilustrativa, pois o excedente líquido de exploração dos setores petrolífero e não-petrolífero tem valores equivalentes, mas, para obtê-lo, foi necessário incluir volumes de trabalho e de capital radicalmente distintos. O setor petrolífero necessitou cerca de 4% da massa salarial da economia venezuelana e quase 30% de seu consumo de capital fixo. Podem ser assim visualizados, dois traços marcantes da economia petrolífera: o excedente do setor não provém em sua maioria de processos produtivos gestados em seu interior e tal setor se caracteriza por uma composição orgânica elevada.

Visando separar do excedente líquido de exploração a renda petrolífera, Baptista aplica a taxa de excedente do setor não-petrolífero ao setor petrolífero.

Quadro 6. Cálculo da renda petrolífera de 2012. Taxa de excedente do setor não-petrolífero da Venezuela.

Em milhares de BsF.	Petrolífero
Massa Salarial	30.815.604
Consumo de Capital Fixo	48.108.395
Excedente Líquido de Exploração	29.370.040
Taxa de Excedente	37,21%
Renda Internacional do Petróleo	264.275.442

Fonte: BAPTISTA, 2015.

Dessa forma, o excedente líquido de exploração propriamente dito passa a ser de 29,37 bilhões BsF, enquanto o restante, 264,26 bilhões, é a remuneração relacionada à propriedade sobre o petróleo.

Outra alternativa metodológica, ainda utilizando como referência o setor não-petrolero, é tomar a taxa de rentabilidade do setor, isto é, o quociente entre o excedente de exploração e o acervo de capital, procedimento similar ao realizado com o setor petrolero dos Estados Unidos. Para isso, é necessário estimar o acervo de capital dos setores petrolero e não-petrolero utilizando critérios estatísticos similares. Tal procedimento não deixa de ter dificuldades, em especial para períodos mais recuados, fazendo com que a medição mais recente apresentada por Baptista inicie em 1950.

Quadro 7. Taxa de lucro líquido dos setores não-petrolero e petrolero na Venezuela em 2012.

Em milhares de BsF.	Não Petrolero	Petrolero
Acervo líquido de capital fixo	3.357.098.379	498.839.681
Excedente Líquido de Exploração	298.885.868	293.645.482
Taxa de Rentabilidade	8,90%	58,87%

Fonte: BAPTISTA, 2015.

Ao aplicar a taxa de rentabilidade do setor não petrolero para o setor petrolero, este obtém o seguinte resultado:

Quadro 8. Cálculo da renda petrolera de 2012. Taxa de lucro líquido do setor não-petrolero da Venezuela.

Em milhares de BsF.	Petrolero
Acervo líquido de capital fixo	498.839.681
Excedente Líquido de Exploração	44.412.202
Taxa de Rentabilidade	8,90%
Renda Internacional do Petróleo	249.233.280

Fonte: BAPTISTA, 2015.

Até o presente momento, o autor buscou os critérios para separar, no excedente de exploração propriamente dito, a renda petrolera internacional. Dessa forma, traça-se

uma distinção entre o petróleo como resultado de processo produtivo e como resultado do exercício de propriedade no mercado mundial. Entretanto, ao abordar o setor petrolífero, os mercados internos e externos são apresentados de forma indiferenciada.

O desenvolvimento do capitalismo na Venezuela implicou um aumento de seu consumo de derivados de petróleo, fazendo com que uma parcela crescente da sua produção petrolífera seja destinada ao mercado interno. Nos primeiros anos do século XXI, essa tendência foi mantida e se acentuou a diferença entre o preço de venda dos derivados de petróleo e seu preço de produção, proporcionando um crescente subsídio do setor petrolífero ao setor não-petrolífero. Assim, duas tendências tornam importante essa distinção, o aumento da importância do mercado interno de derivados de petróleo e o maior subsídio recebido por esse setor.

Para separar o mercado externo do mercado interno, Baptista identifica o tamanho desses mercados e separa o PIB do setor petrolífero e seus componentes, em seus percentuais correspondentes.

Quadro 9: Mercado interno e mercado externo do setor petrolífero na Venezuela em 2012.

2012, em milhares de BsF.	Interno	Externo	Total
PIB Setor Petrolífero	107.325.811	265.243.670	372.569.481
Massa salarial	8.877.028	21.938.576	30.815.604
Excedente bruto de exploração	98.448.783	243.305.094	341.753.877
Consumo de Capital Fixo	13.858.549	34.249.846	48.108.395
Excedente líquido de exploração	84.590.234	209.055.248	293.645.482

Fonte: BAPTISTA, 2015.

A partir dessa divisão, utiliza o procedimento descrito anteriormente para calcular o excedente normal de exploração de cada um dos setores.

Quadro 10: Preço de produção do mercado interno e mercado externo do setor petrolífero em 2012.

2012, em milhares de BsF.	Interno	Externo	Total
PIB Setor Petrolífero	107.325.811	265.243.670	372.569.481
Massa salarial	8.877.028	21.938.576	30.815.604
Consumo de Capital Fixo	13.858.549	34.249.846	48.108.395
Taxa de Excedente do Setor Não-Petrolífero	37,21%	37,21%	37,21%
Excedente normal de exploração	8.460.605,30	20.909.434,62	29.370.039,92
Renda Petrolífera Internacional	76.129.628,70	188.145.813,38	264.275.442,08

Fonte: BAPTISTA, 2015.

A soma, portanto, dos custos salariais e de consumo do capital fixo ao excedente normal de exploração conformam o preço de produção do mercado doméstico do petróleo, um total de 32,2 bilhões de BsF. Entretanto, as vendas do mercado interno são de BsF. 7,5 bilhões (PODE, 2013, p. 121), o que denota a existência de um subsídio ao mercado interno da ordem de BsF. 25,7 bilhões. Assim, o mercado interno venezuelano não só não proporciona renda petrolífera, como uma parcela da renda petrolífera obtida no mercado internacional deve ser utilizada para subsidiar a brecha existente entre o preço de venda no mercado interno e o preço de produção.

Até o presente momento, os cálculos aqui apresentados foram em valores correntes, tendo em vista que estávamos interessados, sobretudo, em compreender a relação entre os componentes da economia venezuelana, tendo em vista sua condição petrolífera. Entretanto, uma análise que abarque um período mais amplo se encontra diante da questão dos critérios de ajuste para calcular os números da economia em preços constantes, possibilitando, assim, uma apreciação de suas transformações ao longo do tempo.

Como afirma Baptista (2016):

En general, los deflatores del PIB reflejan el costo de producción de los bienes. Y este último [...] puede extraerse del precio al cual los bienes se intercambian, es decir, de su precio de mercado. Téngase presente, además, que la teoría económica tras la contabilidad social supone que en la formación de este precio de mercado, estrictamente hablando, no cumple papel determinante alguno la remuneración de la propiedad territorial (p. 179).

Entretanto, para uma economia marcada pela presença do petróleo, esse critério apresenta limitações, tendo em vista que, justamente, existe uma distância importante entre preços e custos. O que caracteriza o setor petrolífero é precisamente o fato que a

variação nos seus preços não guarda uma relação estreita com a variação dos custos, diferença essa relacionada à remuneração associada à propriedade sobre o petróleo como objeto natural.

Dessa forma, se, para calcular em valores constantes o PIB não rentístico, as pautas convencionais de medição da contabilidade nacional podem ser mobilizadas, para o cálculo deflacionado da renda petroleira internacional, esta deverá se guiar por outros parâmetros. Tendo em vista que a renda não é estritamente produzida, e sim captada, Baptista irá utilizar as variações na capacidade de compra resultante dessa renda internacional, isto é, das variações de sua capacidade de ser trocada por bens e serviços importados pela Venezuela.

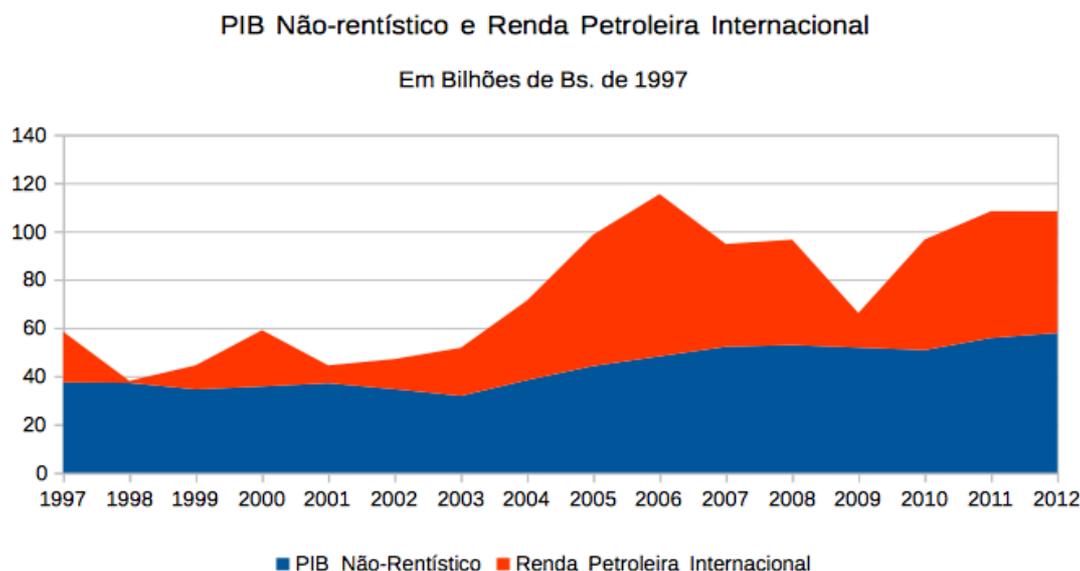
O resultado dessa medição é relevante, pois aumenta de forma significativa o peso da renda petroleira internacional na economia venezuelana, nos aproximando da decisiva questão das diferenças entre a capacidade de compra interna e externa da renda petroleira internacional. Para o ano de 2012, enquanto, a preços correntes, a renda petroleira internacional representa cerca de 20% do PIB não rentístico, quando calculada a preços constantes de 1997, com a metodologia apresentada acima, esse percentual se eleva para perto de 90% do PIB não rentístico, chegando próximo de equiparar, em um ano de elevados preços do petróleo, a parcela produzida do PIB convencional da Venezuela com a parcela captada no âmbito do mercado mundial, pelo exercício da propriedade sobre o petróleo.

Tabela 4. PIB Não-Rentístico e renda petroleira internacional, a preços corrente e constante.

2012, em milhares de BsF.	Correntes	1997
Produto Interno Bruto Normal [não-rentístico]	1.344.839.595	57.832.422
Renta Internacional do Petróleo	264.275.442	50.392.048
Ingresso total da Venezuela	1.609.115.036	108.224.471
Renda/PIB normal [não rentístico] (%)	19,70%	87,10%

Fonte: BAPTISTA, 2015.

O período entre 1997 e 2012, com a referida medição, é representado no gráfico abaixo:

Figura 14: PIB não-rentístico e renda petroleira internacional (1997 - 2012).

Fonte: BAPTISTA, 2015.

Como fica evidenciado a partir dos dados proporcionados por Asdrubal Baptista, o período em estudo, entre 2003 e 2012, é marcado por um aumento significativo da importância da renda petroleira internacional, equiparando-se em muitos momentos ao PIB não-rentístico do país.

3.2.3 As medições da renda petroleira por Juan Kornbhlitt e Fernando Dachevsky

A medição da renda petroleira na Venezuela foi objeto igualmente das investigações de Juan Kornbhlitt e Fernando Dachevsky (KORNBHLITT; DACHEVSKY, 2010; DACHEVSKY, 2011; KORNBHLITT 2015). Esses investigadores se basearam no aporte de Juan Iñigo Carrera, inicialmente aplicado para o caso Argentino (IÑIGO CARRERA, 2007; 2017). A especificidade da contribuição desses autores é a importância atribuída à sobrevalorização da moeda como um mecanismo de distribuição da renda petroleira. Criticam Baptista e Mommer por, apesar de reconhecerem a sobrevalorização, não tirarem plenas conclusões desse fenômeno em suas medições, ao não computarem o quanto essa sobrevalorização reduz a renda petroleira apropriada pelo Estado na sua condição de proprietário e é distribuída para os

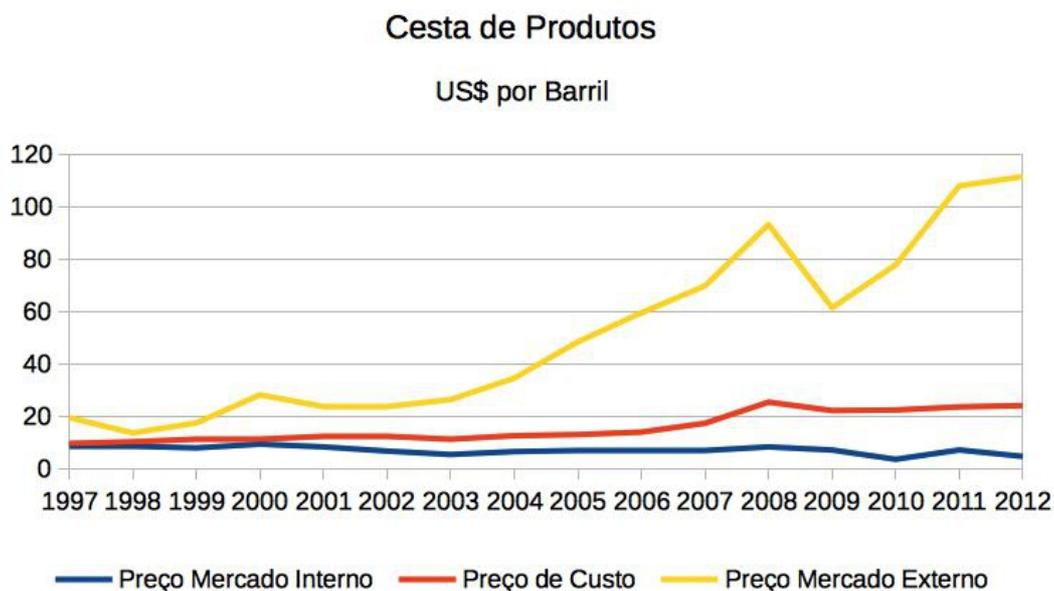
importadores e exportadores de capital. Isto é, antes mesmo de ser apropriada e distribuída pelo gasto público, a sobrevalorização cambial subtrairia uma parte da renda petroleira, direcionando-a para os setores que dela mais diretamente se beneficiam (KORNBLHITT; DACHEVSKY, 2010, p. 159).

A fórmula para o cálculo da renda petroleira utilizada pelos autores se aproxima de uma das alternativas apresentadas por Baptista, ao levar em conta a taxa de lucro do setor não-petroleiro. É calculada pelo quociente entre o lucro e o capital total adiantado. Aqui, uma primeira diferença assinalada é que este cálculo leva em conta o conjunto do capital adiantado, e não somente o capital fixo, envolvendo, portanto, o capital circulante, tanto constante quanto variável. Outro elemento adicional dos autores em sua medição é considerar a taxa de lucro potencial, isto é, considerando a venda do petróleo a preços internacionais. Portanto, a grande diferença existente na Venezuela entre o preço interno dos combustíveis e seu preço de venda internacional passa a ser levada em conta.

$$R_t = KTA_r (t_{gr} - t_{gn})$$

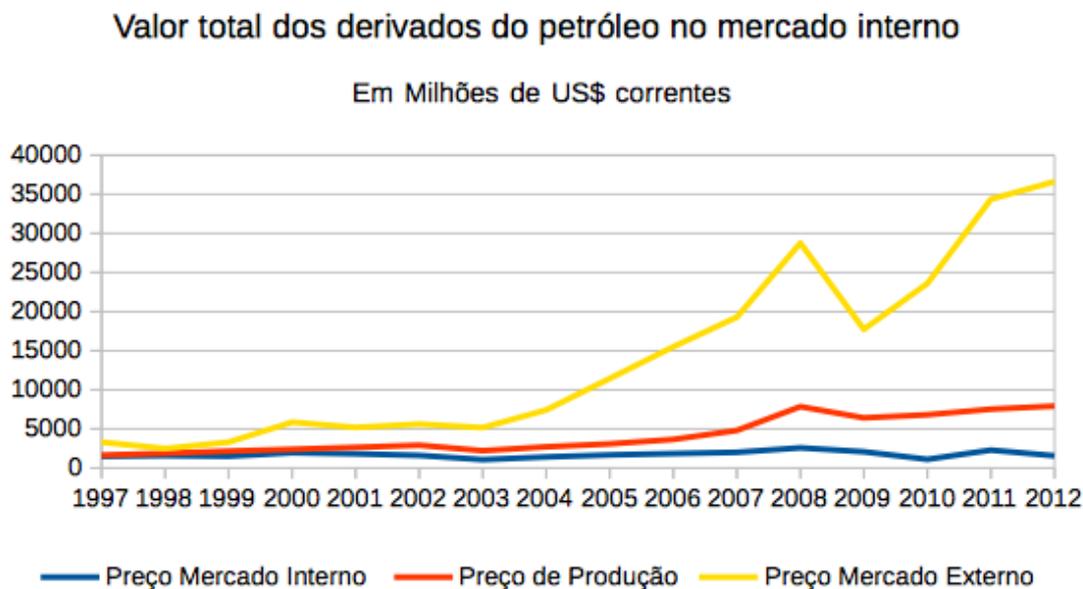
A renda (R_t) é calculada multiplicando o capital total adiantado do setor petroleiro (KTA_r) pela diferença entre a taxa de lucro potencial do setor petroleiro (t_{gr}) e a taxa de lucro do setor manufatureiro (t_{gn}).

Para exemplificar algumas consequências dessa proposta de medição, apresentamos abaixo os preços em dólares dos derivados do petróleo no mercado externo, no mercado interno e seu preço de custo.

Figura 15: Preços dos derivados do petróleo (1997-2012).

Fonte: Para o preço do mercado interno e preço de custo: PODE, 2006; PODE, 2013. Para o preço da cesta de exportação de derivados de petróleo: BAPTISTA, 2015.

Como é possível verificar, o preço do mercado interno se distancia crescentemente do preço de custo e do preço de venda no mercado internacional. Na gráfico abaixo, multiplicamos o consumo interno de derivados de petróleo pelos preços informados acima. Dessa forma, é possível mensurar o que as diferenças verificadas representam no total.

Figura 16: Valor total dos derivados do petróleo no mercado interno (1997-2012).

Fonte: Para o preço do mercado interno e preço de custo: PODE, 2006; PODE, 2013. Para o preço da cesta de exportação de derivados de petróleo: BAPTISTA, 2015.

Assim, para o ano de 2012, no qual culmina a diferença entre o preço de venda interno dos derivados de petróleo e seu preço de venda internacional, quando multiplicamos os 328 milhões de barris consumidos internamente (896 mil barris diários - MBD) por, respectivamente, seu preço de venda interno, seu preço de custo e seu preço de venda internacional, temos os seguintes resultados: US\$ 1,6 bilhões, US\$ 7,9 bilhões e US\$ 36,6 bilhões.

A metodologia proposta por Kornblitt e Dachevksy mediria, portanto, o setor petrolífero, não pelo seu preço de venda efetiva no mercado interno, mas, sim, pelo seu preço no mercado externo, acrescentando, desta forma, cerca de US\$ 35 bilhões de dólares que compõem integralmente a renda petrolífera²⁰.

O cálculo apresentado acima omite, ainda, um aspecto adicional, tratado igualmente pelos autores, a questão da sobrevalorização da moeda. Ao informar os

²⁰ Nos cálculos do subsídio ao mercado interno do PODE e de Baptista opta-se por fazê-lo em relação ao preço de produção. Mommer e Rodríguez (2016) argumentam que a cobrança dos consumidores internos equivaleria a impostos. "Sin embargo, proposiciones semejantes tienen que encarar una realidad incontrovertible: que los consumidores nacionales no tienen por qué pagar por el recurso natural nacional, del cual son propietarios. El hecho es que no importa el precio que los consumidores nacionales puedan pagar, nunca pagarán por el recurso natural; siempre pagarán, en cambio, directa o indirectamente, los costos de producción. Más allá de éstos, lo que hayan de pagar serán siempre simplemente impuestos." (p. 9).

preços internos e de custo, é realizada a conversão em dólares de preços expressos inicialmente em bolívares. Tal conversão é realizada de acordo com a taxa de câmbio oficial, que poderá estar abaixo ou acima do câmbio de paridade. Para o período estudado, esteve crescentemente sobrevalorizado.

A conversão em bolívares dessa massa de renda implica um dos desafios de sua medição. Tendo em vista que a taxa de câmbio pela qual será realizada é um elemento decisivo, os autores buscam estimar o câmbio de paridade para, daí, realizar essa conversão. Isso permitirá avaliar a valoração da taxa de câmbio vigente em relação ao câmbio de paridade. Nos deteremos mais adiante nesta questão.

3.3. Os mecanismos internos de distribuição da renda petroleira

O que pode a renda petroleira? Sem dúvida, muitas coisas. Pode, considerada sua magnitude, comprar tudo aquilo que o mercado mundial oferece. Mas, nada mais do que isso. Ao longo da história centenária da Venezuela petroleira, a aposta em seu poder transformador nem sempre levou em conta esse traço constitutivo.

Em texto recente, Alí Rodríguez e Bernard Mommer (2017), personagens centrais da política petroleira do chavismo, realizaram um balanço dos cem anos de exportação de petróleo na Venezuela e apontam medidas para enfrentar a crise vivida pelo país nos últimos anos. O seguinte parágrafo merece uma especial atenção:

Pero ha de saberse que una renta de la tierra internacional, de por sí, no conoce otros destinos que no sean, o bien el consumo – productivo o no – de bienes importados; o bien su acumulación en las reservas internacionales del Banco Central de Venezuela; o bien su salida como capital-dinero por parte del sector privado. Esto se explica porque ella no representa otra cosa que una capacidad de importar sin contraprestación por parte de la economía productiva nacional (RODRÍGUEZ; MOMMER, 2017, p. 2).

Nestas poucas palavras, os autores resumem uma ideia central cuja simplicidade a faz, por vezes, passar despercebida. Quando falamos em renda petroleira internacional e apontamos os múltiplos destinos desejados, se perde, muitas vezes, de vista suas características próprias, isto é, as possibilidades e limites nela inscritos, devido à sua própria natureza.

A famosa pergunta, *¿donde están los reales?*, já tem aqui a pauta para sua resposta. Assim, deixando de lado um acompanhamento da renda pelos caminhos percorridos na economia venezuelana, a afirmação dos autores nos leva a procurá-la nas entradas e saídas de divisas do país. Por esse caminho, encontrar o destino da renda petroleira se torna uma tarefa mais delimitada, deixando por certo em aberto, a decisiva questão de explicar essa troca de mãos da renda, dependente de seus efeitos na economia interna da Venezuela.

Isso é verdade, evidentemente, para qualquer exportação. A diferença é que a exportação petroleira tem uma contrapartida produtiva da economia nacional menor do que o poder de compra recebido no mercado internacional. Aqui, justamente, mora o cerne da questão da renda petroleira: na diferença entre o preço de produção interno e seu preço no mercado mundial, diferença essa perene e de grande magnitude, associada ao exercício da propriedade sobre as jazidas de petróleo no âmbito do mercado mundial.

Em entrevista realizada em 2015, Asdrúbal Baptista igualmente contribui para situar a questão de maneira direta:

¿Qué es la renta? La remuneración que, como propietario de un medio de producción no producido, de un recurso natural, se obtiene por el hecho mismo de su propiedad. Es el ejercicio nulo y simple de la propiedad. Tú le cobras al mercado mundial por esto. Para ir al punto: el mercado mundial te lo paga, te lo paga en capacidad de compra mundial. ¿Y en qué se expresa la capacidad de compra del mercado mundial? Visto con ojos nacionales: en la capacidad de importar. No hay otra cosa que hacer. Otra pregunta sería ¿qué se va a importar? ¿Qué se puede hacer con la renta internacional del petróleo?

[...]

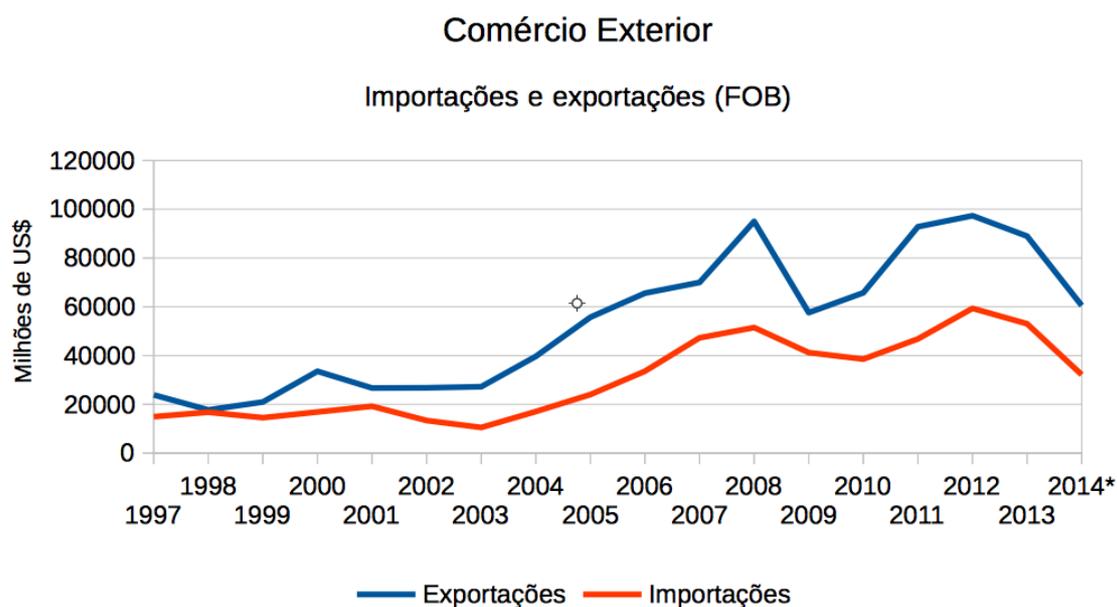
[Entrevistador]¿Es tan difícil hacer un programa económico que en vez de exacerbar la importación, y con ello satisfacer las demandas de consumo de la población, también promueva la producción nacional?

Entonces importas maquinarias, tecnología o importas sabios, pero tienes que importar. No hay manera, sin importar. Puedes hacer la segunda cosa: “Yo no importo bienes, importo papeles de negocios” y todo lo dejas afuera. Estás importando de todas formas. Es que no hay opción para una economía rentista sino importar. De manera que toda política económica comienza con la aceptación de esta premisa de las premisas (BAPTISTA, 2015b).

Resta saber quem se apropriará dessa capacidade de pagamento no âmbito do mercado mundial proporcionada pela renda petroleira.

Um ponto de partida para essa análise são os números do BCV. Vamos apresentá-los passo-a-passo. No período no qual enfocamos a pesquisa, podemos verificar o aumento significativo das importações, acompanhando os aumentos das exportações.

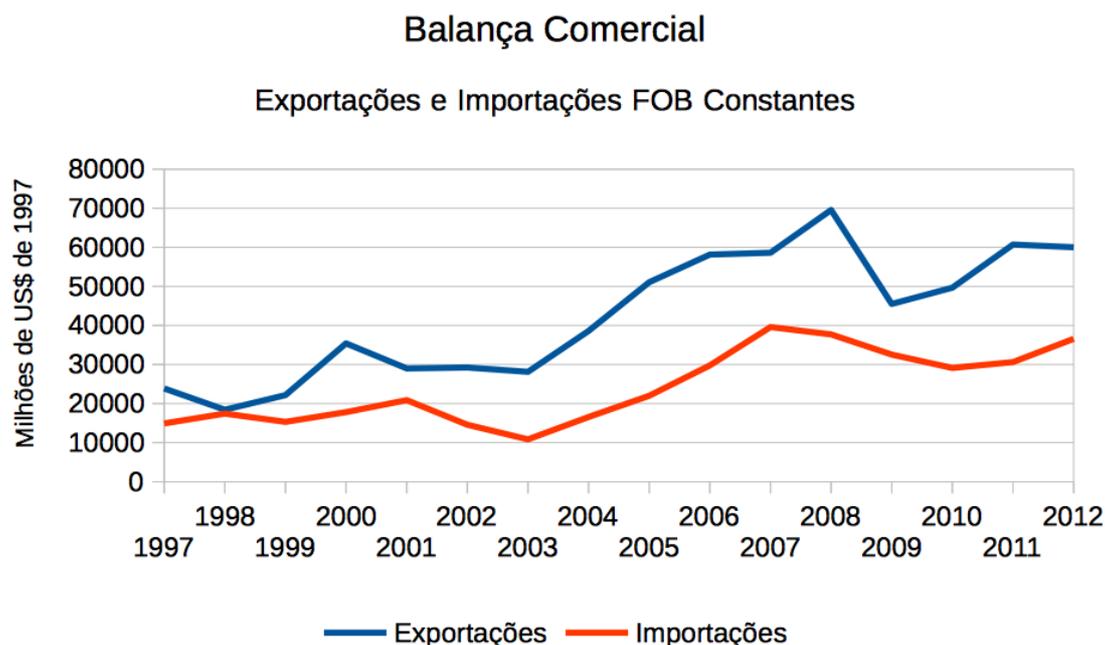
Figura 17: Exportações e importações da Venezuela entre 1997 e 2014 em preços correntes.



Fonte: INE.

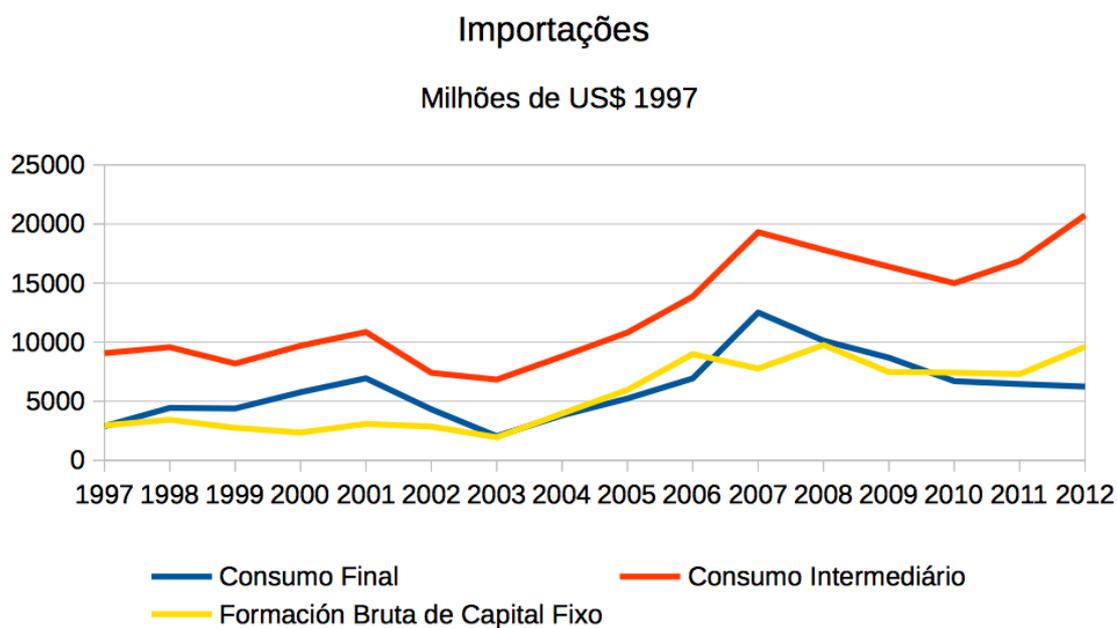
Como é possível verificar no quadro com valores constantes, após as importações atingirem seu piso no ano de 2003, inicia-se uma recuperação que culminará em 2012, quando atingem cerca de 60 bilhões de dólares em dólares. Esses dados podem ser melhor calibrados calculados em dólares constantes de 1997. Assim, utilizamos aqui o deflator apresentado por Baptista (2015), que leva em conta a inflação dos parceiros comerciais da Venezuela.

Figura 18: Exportações e importações da Venezuela entre 1997 e 2012 em preços constantes.



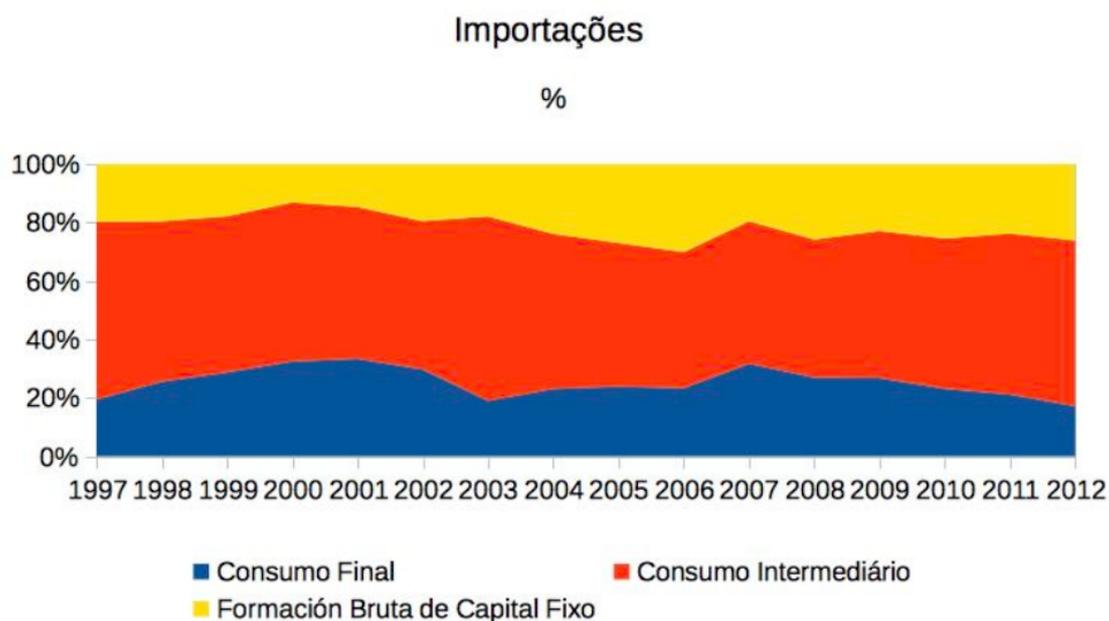
Fonte: INE; BAPTISTA, 2015.

Conforme mencionado anteriormente, resta saber em que se concentraram essas importações, iniciando pela divisão entre bens de consumo, insumos e formação bruta de capital fixo. É interessante notar que a imagem corrente do aumento das importações aponta para um grande afluxo de bens de consumo, expressão do desperdício, como mencionado pelo entrevistador na citação acima. Entretanto, a maior parte das importações serão destinadas para a compra de insumos e bens de capital, aportando tais componentes para a produção nacional. Como buscaremos demonstrar mais adiante, essa contribuição permitirá uma ampliação da margem de lucro do setor manufatureiro ao elevar o componente importado de seu processo produtivo. Apresentamos aqui os dados em dólares constantes de 1997.

Figura 19: Importações por destino (1997-2012).

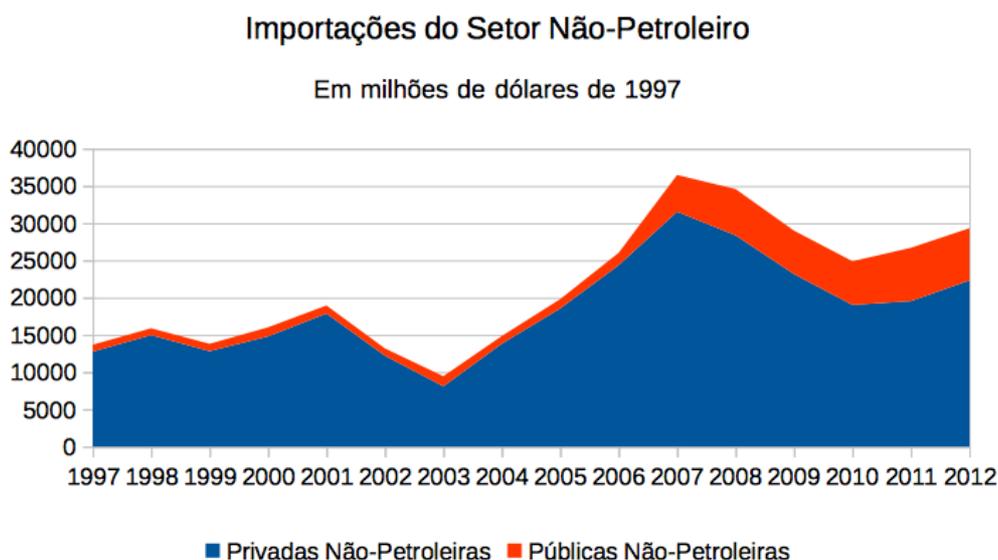
Fonte: BCV.

Os dados acima evidenciam uma proporção no período de 2003 a 2012, em que pouco mais da metade é destinada a insumos, isto é, produtos consumidos no próprio processo de produção, e o restante se divide entre bens de consumo final e bens de capital. Destaca-se que cerca de 75% das importações se destinam para as empresas instaladas no território nacional, nacionais e estrangeiras, abastecendo-as com insumos, máquinas e equipamentos. No gráfico abaixo, é apresentada a proporção na qual se divide a importação:

Figura 20: Distribuição das importações por destino (1997-2012).

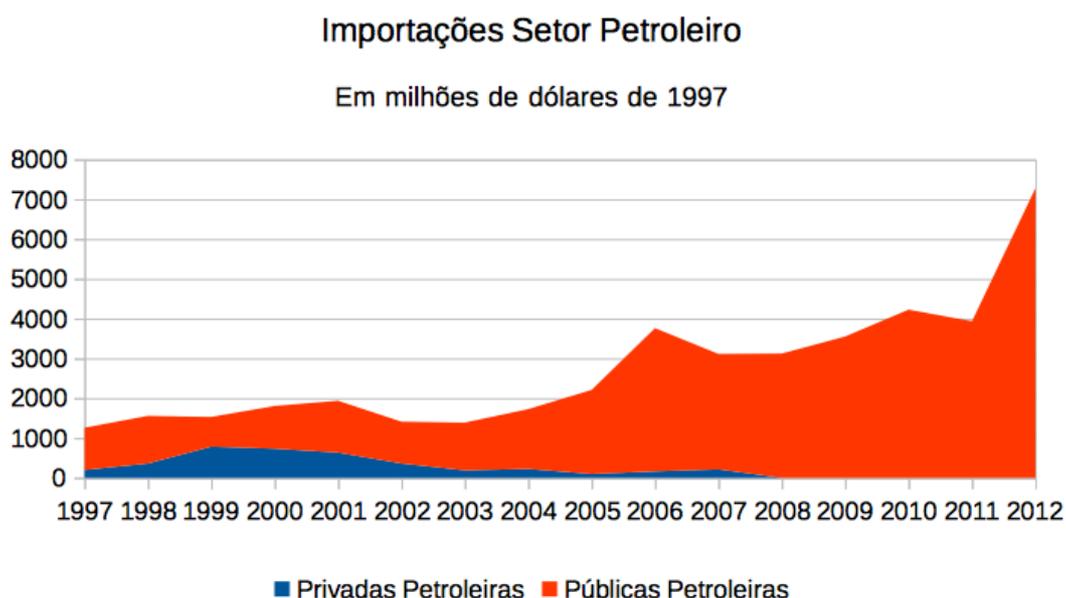
Fonte: BCV.

Para o período em estudo, entre 2003 e 2012, é possível verificar um aumento mais pronunciado das importações de bens finais até 2007, seguido por uma queda associada à diminuição dos preços internacionais do petróleo. Destaca-se que a importação de bens finais não se recupera em termos reais após 2010, distanciando-se das importações destinadas às empresas.

Figura 21: Importações do setor não-petroleiro (1997-2012).

Fonte: BCV.

Outra distinção a ser feita é entre o setor petroleiro e não-petroleiro, especialmente em relação ao peso das importações públicas e privadas. Conforme os gráficos abaixo, é possível identificar que, a partir de 2007, o setor público passa a ampliar sua participação nas importações do setor não-petroleiro.

Figura 22: Importações do setor petroleiro (1997-2012).

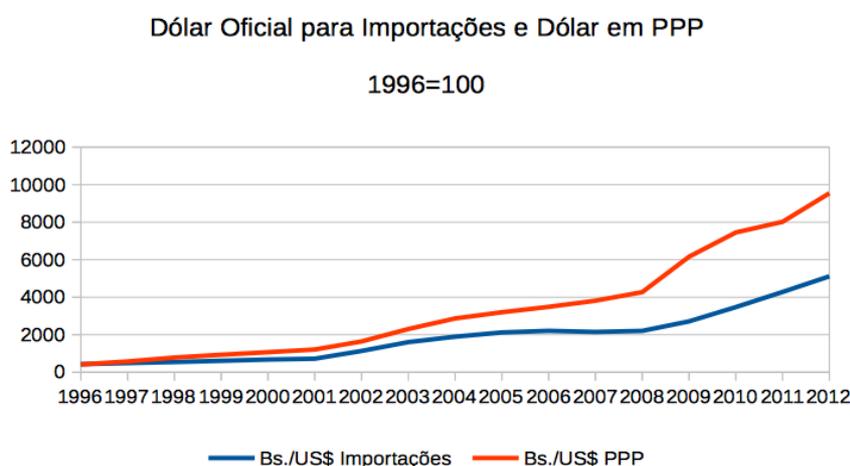
Fonte: BCV.

É igualmente a partir do ano de 2007, no qual são realizadas as últimas importações petroleiras do setor privado, o momento em que é concluído o processo de migração das associações na Faixa do Orinoco para as empresas mistas. Vale destacar que o setor privado ampliou sua participação nas importações petroleiras no contexto da implementação dos projetos da Abertura Petroleiro, chegando, inclusive, a superar o setor público no ano de 1999. De 2008 em diante, a participação privada ocorreria tão somente no marco das empresas mistas, na qual a PDVSA detém a maioria acionária por meio da CVP.

A partir da análise das importações, nos dedicaremos, a seguir, à decisiva questão da sobrevalorização do bolívar, isto é, a diferença entre seu poder de compra no mercado interno e no mercado externo. Destaca-se que a tendência no período foi uma acentuação dessa diferença, em prol de uma sobrevalorização do bolívar em relação ao dólar. O período analisado tem como um de seus marcos iniciais o controle de câmbio e de uma definição administrativa da taxa de conversão entre dólares e bolívares, estabelecida nos sucessivos convênios cambiais.

Para uma primeira aproximação em relação a essa diferença, vamos apresentar a medição da taxa de câmbio em paridade de poder de compra (PPP, Purchasing Power Parity). No gráfico abaixo, a comparamos com a taxa de câmbio média das importações tomando como ponto de partida o ano de 1996, no qual essas duas taxas estavam bastante próximas. A escala de medição é pelos bolívares anteriores à reforma monetária de 2008 que dividiu por mil a unidade monetária, instituindo o Bolívar Fuerte.

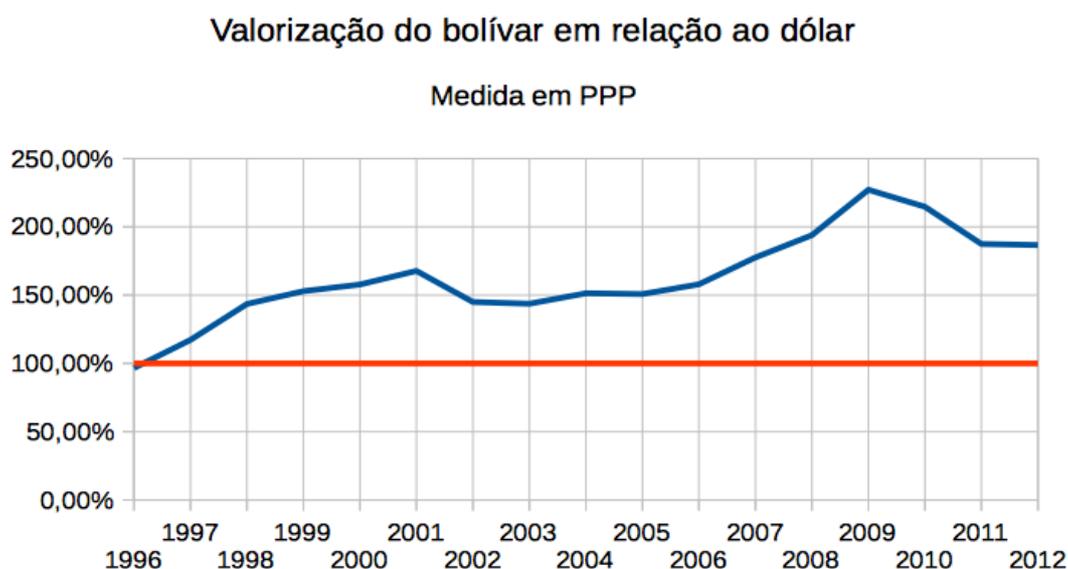
Figura 23: Dólar oficial para importações e dólar em PPP.



Fonte: BAPTISTA, 2015.

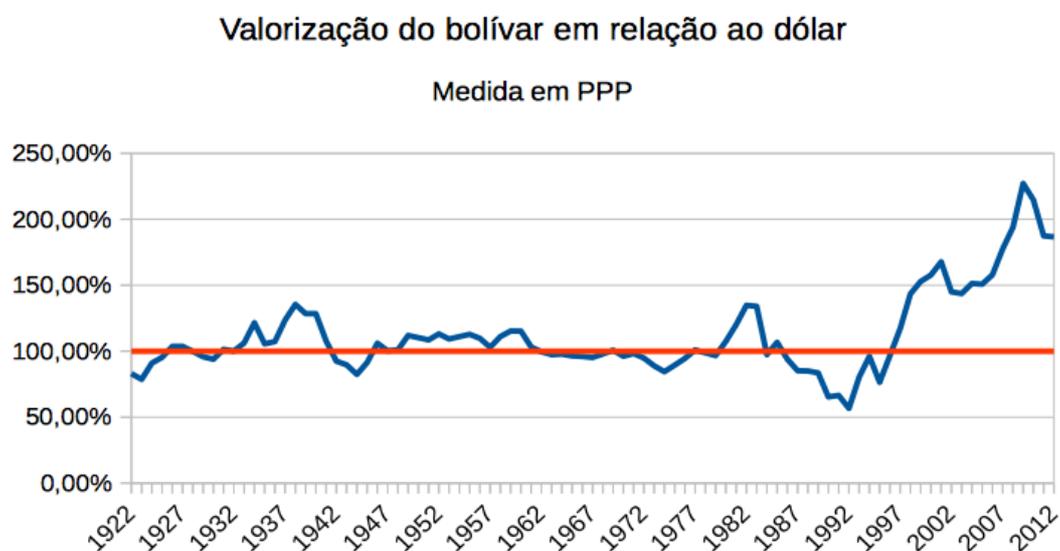
O gráfico abaixo permite uma análise mais detida sobre o grau de sobrevalorização medido em PPP. Entre o início do governo Chávez e 2005, a sobrevalorização manteve-se em cerca de 50%. O controle de câmbio instituído em 2003, nos dois anos seguintes, teve reajustes na taxa de conversão entre bolívares e dólares. Já entre 2005 e 2010, esta permaneceu congelada em Bs. 2.150 (BsF. 2,15, a partir de 2008), contribuindo para, em um contexto no qual a inflação venezuelana era significativamente mais elevada que a inflação de seus principais parceiros comerciais, um incremento da sobrevalorização do bolívar. Esse incremento arrefeceria com as desvalorizações e os novos tipos de câmbio, no qual passaram a ser realizadas as importações, se estabilizando próximo a 100%.

Figura 24: Valorização do Bolívar em relação ao dólar (1996 - 2012).



Fonte: BAPTISTA, 2015.

Situando em uma escala de tempo mais vasta, utilizamos a serie disponível para localizar na história mais ampla da Venezuela petroleira essa questão.

Figura 25: Valorização do Bolívar em relação ao dólar (1922 – 2012).

Fonte: BAPTISTA, 2015.

Iñigo Carrera (2007) critica a utilização do método da paridade de poder de compra, pois este compara o poder de compra das moedas em seus respectivos espaços nacionais em relação a uma determinada cesta de bens, não realizando, portanto, uma comparação entre os respectivos poderes de compra no âmbito do mercado mundial.

Sin embargo, este método no pone en relación directa la capacidad de cada moneda para representar valor hacia fuera y hacia dentro de su ámbito nacional, sino que pone directamente en relación las capacidades de cada moneda para representar valor hacia dentro de su propio ámbito nacional. Al considerar el poder adquisitivo que tiene cada moneda respecto de sus precios internos como si fuera expresión de su capacidad para representar valor en el mercado mundial, se pasa por alto que dichos precios se encuentran afectados por la misma valuación relativa de la moneda nacional vigente para las transacciones internacionales. [...] El método en cuestión, también llamado de paridad absoluta de poder adquisitivo, permite la comparación de, por ejemplo, salarios reales nacionales, pero resulta inválido para registrar el efecto del tipo de cambio vigente como vehículo de la apropiación de riqueza social (IÑIGO CARRERA, 2007, p. 31-32).

A proposta de cômputo realizada por Iñigo Carrera em sua pesquisa sobre a Argentina e, posteriormente aplicada para a Venezuela por Kornbhlitt e Dachevsky, se baseia na paridade relativa de poder de compra. O procedimento utilizado passa por tomar um ano base em que não existam fontes de sobre ou subvalorização da moeda nacional em relação ao dólar. A partir daí, sua evolução é acompanhada pelo índice de

preços ao consumidor e a produtividade de ambos os países. Abaixo, a formalização da metodologia proposta:

Figura 26: Fórmula de cálculo da paridade relativa do poder de compra.

$$TCP_i = TCC_b \cdot \frac{\frac{IPCV_i}{IPCUSA_i} \frac{IPTUSA_i}{IPTV_i}}{\frac{IPCV_b}{IPCUSA_b} \frac{IPTUSA_b}{IPTV_b}}$$

Fonte: IÑIGO CARRERA, 2007, p. 34.

TCP(i): Tipo de câmbio de paridade no ano corrente

TCC(b): Tipo de câmbio comercial do ano base

IPCV: Índice de preços ao consumidor na Venezuela. IPCV(i) no ano corrente e IPCV(b) no ano base.

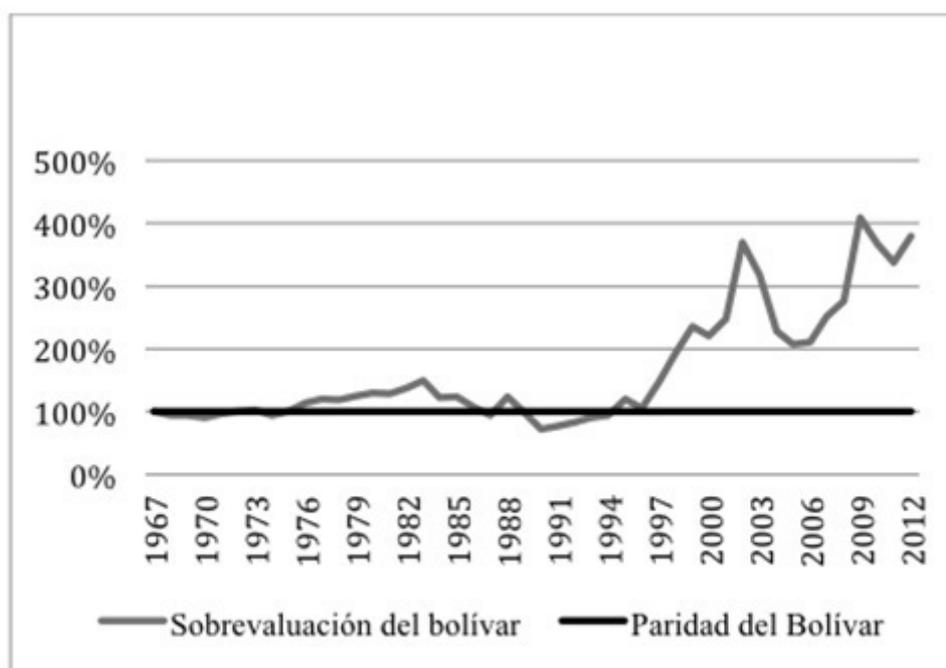
IPCUSA: Índice de preços ao consumidor nos EUA. IPCUSA(i) no ano corrente e IPCUSA(b) no ano base.

IPTV: Índice de Produtividade do Trabalho na Indústria Manufatureira na Venezuela (PIB manufatureiro/quantidade de trabalhadores). IPTV(i) no ano corrente e IPT(b) no ano base.

IPTUSA: Índice de Produtividade do Trabalho na Indústria Manufatureira nos Estados Unidos (PIB manufatureiro/quantidade de trabalhadores). IPTV(i) no ano corrente e IPT(b) no ano base.

Para o caso venezuelano, os estudos de Kornbhlitt realizam uma análise da paridade do bolívar com a metodologia citada anteriormente. O gráfico abaixo apresenta o resultado de suas estimações, tomando o ano de 1967 como ano-base.

Figura 27: Valorização do bolívar em relação à taxa de câmbio de paridade (1967 – 2012). 1967 = 100.



Fonte: KORNBHLITT, 2015, p. 15.

Tanto no caso argentino quanto no caso venezuelano o traço distintivo é a existência de uma recorrente sobrevalorização da moeda, que se acentua fortemente nos últimos anos para o caso venezuelano.

A sobrevalorização é um mecanismo pelo qual o setor exportador petrolífero, principal fonte de divisas, entrega, no ato de conversão de divisas em bolívares, um poder de compra no mercado externo maior do que o recebido no mercado interno. Tal mecanismo é decisivo para explicar a distribuição da renda petrolífera, cuja medição apresenta desafios importantes. A sobrevalorização, por certo, apresenta limites em casos de livre convertibilidade das divisas, seja em regimes de câmbio fixo, seja flutuante.

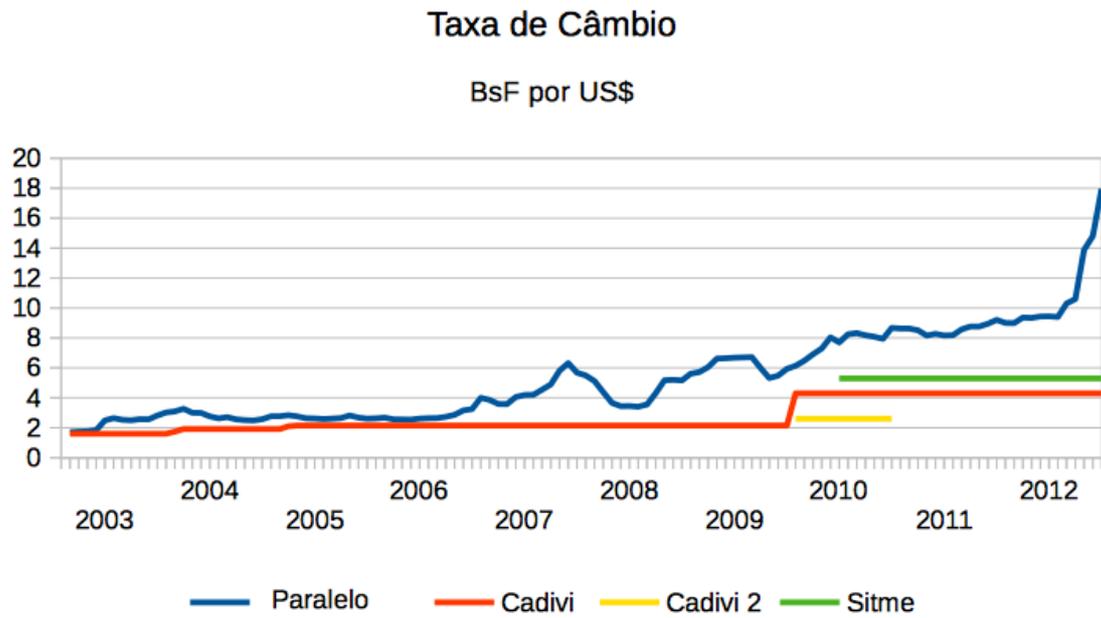
Para o caso da Venezuela, basta citar, como exemplo do primeiro caso, o período anterior ao chamado *Viernes Negro*, em fevereiro de 1983, quando a taxa de câmbio era de 4,30 bolívares por dólar, em um contexto de um crescente diferencial inflacionário entre a Venezuela e seus principais parceiros comerciais, notadamente os Estados Unidos, bem como um diferencial da taxa de juros. Naquele contexto, de câmbio fixo e livre convertibilidade, os setores que detinham excedentes em bolívares buscaram

convertê-los em dólares, ocasionando uma massiva fuga de capitais. Mesmo em um contexto ainda de altos preços do petróleo, houve uma crise do balanço de pagamentos que forçou o governo a decretar uma desvalorização do bolívar e instituir um controle de câmbio. Por outro lado, a sobrevalorização em um contexto de câmbio flutuante e livre convertibilidade tende a ser controlada pela demanda crescente de divisas que pressiona a taxa de câmbio.

A instituição de um controle de câmbio a partir de 2003 estabeleceu um novo mecanismo de acesso às divisas e a definição administrativa da taxa de câmbio. Assim, os pedidos de divisas passaram a ser feitos por meio da Comissão de Administração de Divisas (CADIVI) e regulados, inclusive a taxa de câmbio, por meio de sucessivos convênios cambiais. Como já indicamos anteriormente, fevereiro de 2003 representou um momento decisivo para a Venezuela bolivariana. Pois, a partir desse momento, o governo estabeleceu seu controle sobre a principal fonte de divisas, a PDVSA, bem como sobre os mecanismos de acesso às divisas, por meio do controle de câmbio.

No gráfico abaixo, apresentamos as variações mensais das taxas de câmbio oficiais entre 2003 e 2012. Ao longo desse período, a tendência foi manter a taxa de câmbio sobrevalorizada, corrigida, eventualmente, por meio de desvalorizações. No gráfico abaixo, podemos acompanhar com mais detalhes a evolução da taxa de câmbio no período estudado.

Figura 28: Taxa de câmbio (2003 – 2012).



Fonte: BCV.

Em fevereiro de 2003, foi instituído o controle de câmbio e, já a partir desse momento, se formava uma taxa de câmbio paralela (Taxa de Câmbio Não Oficial do

gráfico), vinculada especialmente ao chamado *dólar permuta*. Em seus primeiros dois anos, a taxa de câmbio oficial (Cadivi) foi ajustada, no início de 2004 e de 2005, estabilizando-se em Bs. 2.150,00 (ou BsF. 2,15 a partir de 2008) até janeiro de 2010. Nesse momento, ocorreu um ajuste diferenciado da taxa oficial de câmbio: para importações prioritárias (alimentos, medicamentos etc.) foi estabelecida a taxa de BsF. 2,6 (Cadivi 2); as demais divisas seriam vendidas a BsF. 4,6. Tal distinção ocorreu até o final do ano, quando a taxa de Cadivi foi unificada.

No ano de 2010, ocorreu outra modificação importante pela implementação do Sistema de Transações com Títulos em Moeda Estrangeira (SITME). Como afirmamos anteriormente, até essa data a cotação paralela estava vinculada à permuta de títulos venezuelanos em moeda estrangeira. Entretanto, como explica Tomás Centeno, ocorreu uma bolha com tais títulos, que gerou uma força centrífuga que esteve na raiz da crise bancária de 2009 (CENTENO, 2016). Com a alteração na Lei Contra Ilícitos Cambiários, essa prática passou a ser proibida e houve uma centralização no Banco Central por meio do Sitme do intercâmbio de títulos. O BCV seria responsável por definir os títulos que poderiam ser intercambiados, bem como a taxa na qual o fariam.

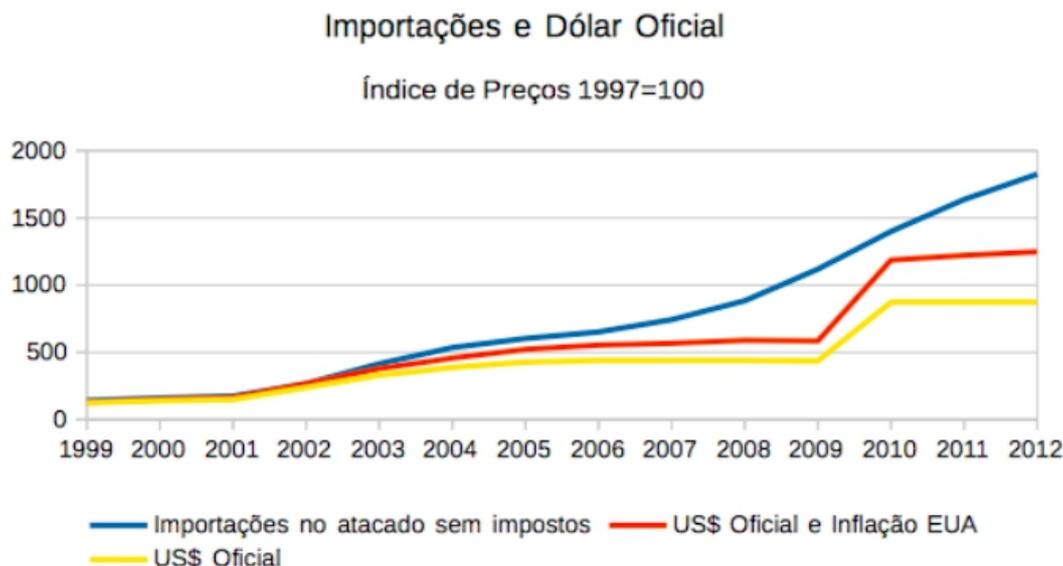
A taxa de câmbio será um elemento decisivo para estabelecer o acesso a uma capacidade de compra no mercado externo, fundamental para abordarmos a distribuição da renda petroleira.

Seguindo as pistas do artigo de Baptista (2004), podemos afirmar que a chave para compreender a distribuição da renda petroleira está na evolução diferencial dos preços. Os preços das mercadorias importadas, tendo em vista a crescente sobrevalorização do bolívar, aumentam no mercado interno venezuelano mais lentamente do que os preços dos produtos nacionais. Como já vimos anteriormente, as importações não-petroleiras são realizadas em sua grande maioria por empresas privadas e se dividem em bens terminados, em insumos e em bens de capital.

Inicialmente, abordaremos o setor importador em sentido estrito, isto é, as empresas especializadas em importar bens terminados e revendê-los no mercado nacional. De acordo com os dados do BCV, cerca de 30% das importações entre 2003 e 2012 foram de bens finais. Analisando a evolução do preço dos bens finais importados, medidos em dólares, e a evolução de seu preço no mercado interno em bolívares é possível identificar a margem obtida especificamente pelo setor importador destinada, em parte, aos custos inerentes à atividade e, em parte, ao lucro próprio desse setor.

Tomamos como referência o ano de 1997 e analisamos a evolução diferencial dos preços ao longo do período.

Figura 29: Evolução do índice de preços dos produtos importados no mercado interno e da taxa de câmbio oficial (1999-2012).



F

onte: BCV.

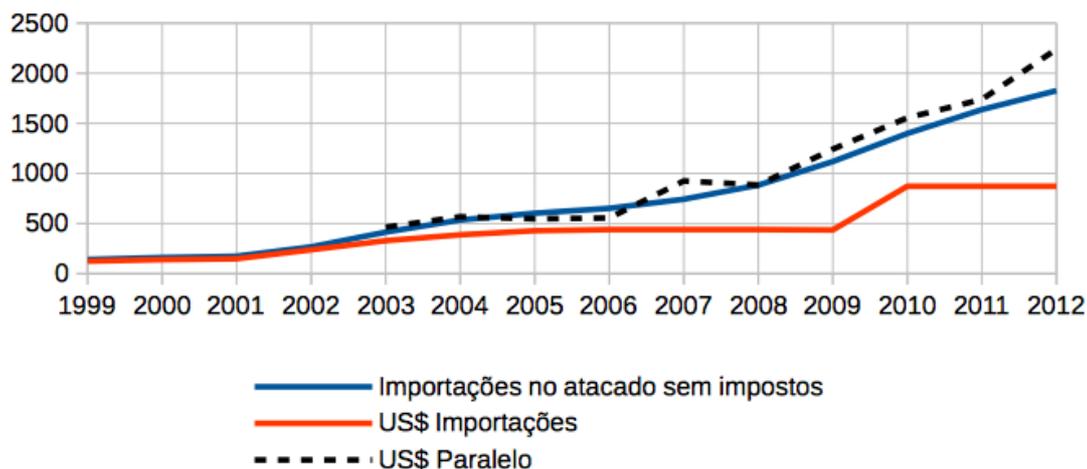
Como é possível verificar, os preços de venda de produtos importados aumentam mais rapidamente do que o dólar oficial. Isto é, o preço de venda no mercado interno dos produtos tende a crescer mais rapidamente do que seu preço de importação em dólares oficiais.

Quando correlacionamos o preço de venda no mercado interno dos produtos importados com o dólar paralelo vemos como suas evoluções são muito mais próximas. Como podemos ver no gráfico abaixo, é possível identificar uma correlação entre os preços de importados e o mercado paralelo de divisas.

Figura 30: Evolução dos preços das importações no mercado interno e da taxa de câmbio oficial e paralela (1999 - 2012).

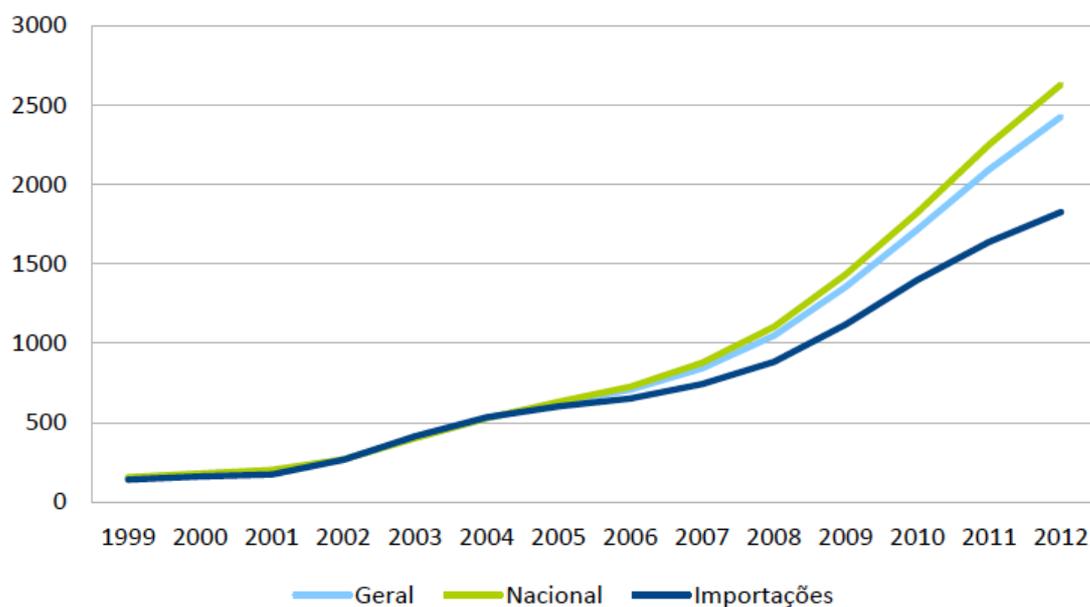
Preço Importações e Dólar Oficial e Paralelo

1997=100



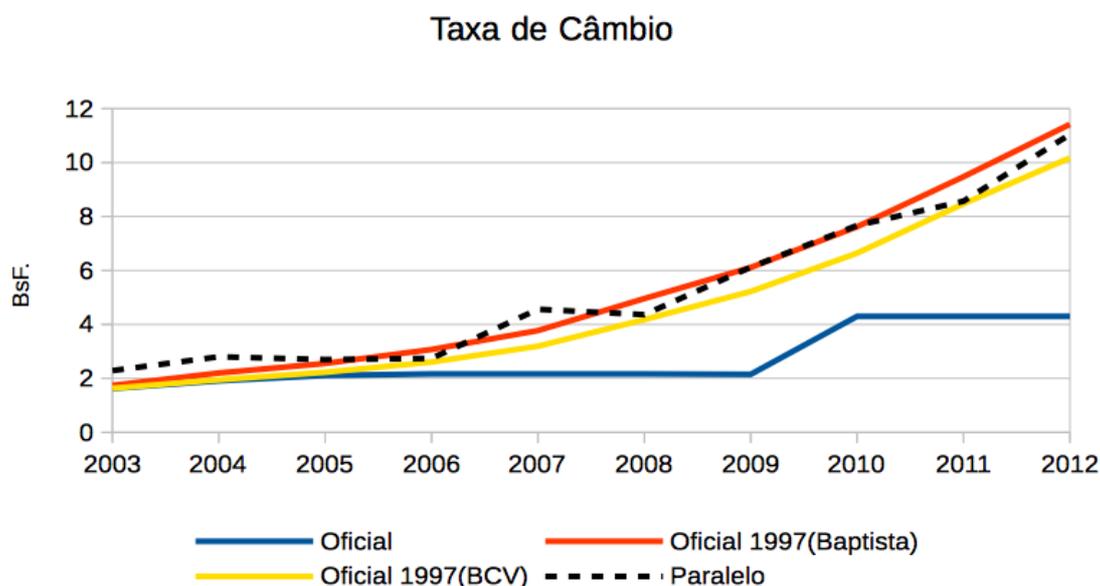
Fonte: BCV.

Entretanto, a maior parte das importações, mais de dois terços, é destinada às empresas que produzem bens e serviços na Venezuela. Tais importações visam obter insumos ou bens de capital necessários ao processo produtivo. Considerando a composição do setor manufatureiro venezuelano, uma parcela considerável do capital constante é importado, sendo que, no caso do capital fixo, a sua quase totalidade. Assim, um componente central na estrutura de custos tem a evolução dos preços bastante diferente dos preços pelos quais são vendidas as mercadorias assim produzidas. Como é possível verificar no gráfico abaixo, o preço dos produtos nacionais aumenta mais rapidamente do que as importações. Isso permite que, ao importar insumos e bens de capital para o processo produtivo, as empresas possam obter uma elevada margem de lucro.

Figura 31: Evolução do índice de preços dos produtos importados no mercado interno (1999 – 2012).

Fonte: BCV; Baptista, 2015.

No gráfico abaixo, articulamos variáveis que, até o momento, havíamos tratado de forma separada. Tomando 1997 como ano-base, apresentamos um índice com a evolução do preço das importações no atacado e a taxa de câmbio das importações e, a partir de 2003, do dólar paralelo.

Figura 32: Evolução das taxas de câmbio (2003 – 2012).

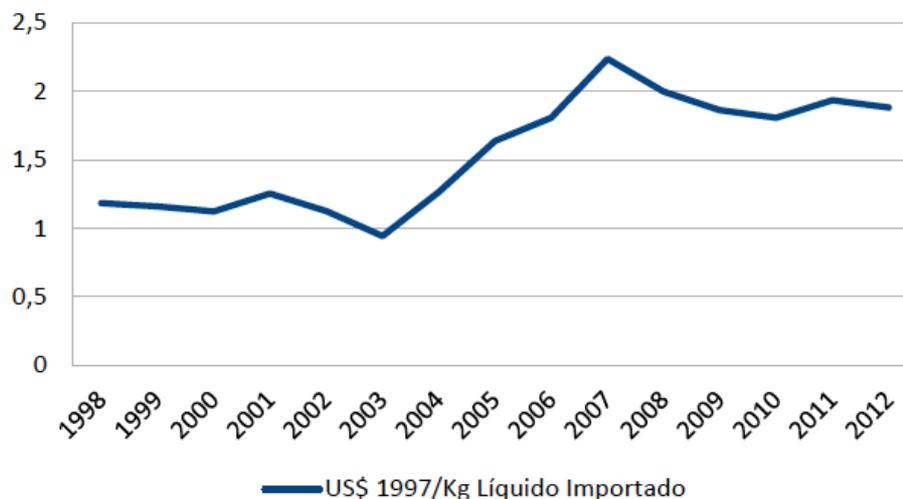
Fonte: BAPTISTA, 2015; BCV.

Assim, em um contexto de aumento do poder aquisitivo interno, se tornou bastante vantajosa a importação de mercadorias com um dólar oficial controlado, seja bens terminados ou bens destinados ao processo produtivo. A margem de lucro obtida se explica em grande medida pela existência de uma renda petroleira internacional capaz de sustentar uma taxa de câmbio crescentemente sobrevalorizada. Tal mecanismo contribuiu para que uma parcela significativa da renda fosse apropriada como lucro excedente pelas empresas instaladas no país.

3.4 A questão do superfaturamento de importações

Um dos mecanismos para a exportação de capitais, que permite saltar o controle de câmbio, é o superfaturamento de importações. Por esse mecanismo, a empresa importadora obtém dólares para adquirir determinada quantidade de certa mercadoria e apresenta a fatura correspondente. Entretanto, a mercadoria efetivamente importada difere do indicado na fatura pela sua quantidade e/ou qualidade, permitindo ao importador manter no exterior um excedente em dólares dessa transação. Esse mecanismo é facilitado quando tais transações ocorrem entre filiais de uma mesma empresa, como, por exemplo, entre as filiais de transnacionais que operam no país e suas casas matrizes.

Há evidentes dificuldades para realizar um estudo mais detido sobre essa questão, entretanto, podemos indicar que, a partir do controle de câmbio, há um aumento no preço em dólares constantes com relação ao total em peso (tonelagem) das mercadorias importadas. Tal mensuração está longe de ser conclusiva, mas indica a necessidade de investigações mais aprofundadas sobre o tema.

Figura 33: Volume Físico de Importações por Dólar.**Fonte:**

INE.

Destaco a investigação realizada por Manuel Sutherland (2015; 2016) sobre a importação de medicamentos e insumos para o setor farmacêutico. Por se tratar da análise de um único produto, permite comparações mais acuradas. De acordo com o autor, em 2003, o quilo importado no capítulo referente a medicamentos e seus insumos custou US\$1,96, enquanto em 2012, ascendeu para US\$ 61,24 o quilo. Uma investigação mais específica permitiria avaliar os preços internacionais do setor, entretanto, fica indicado que há um aumento muito superior à inflação do setor.

3.5 O mercado interno da gasolina

Como vimos anteriormente, os primeiros anos do século XXI se caracterizam por um aumento do percentual do petróleo extraído destinado ao mercado interno. Tal tendência pode ser verificada ao longo da história da Venezuela petrolífera, mas ganha um especial impulso no período mais recente. Entre as causas desse aumento, podemos novamente destacar o aumento do poder aquisitivo registrado no período e um correspondente aumento da compra de veículos. O elemento a ser destacado é que o preço da gasolina se manteve congelado durante todo esse período, necessitando de uma crescente transferência de recursos obtidos no mercado externo para subsidiar o

mercado interno. O preço da gasolina estava em Bs.70 (BsF 0,07) e assim se manteve durante todo o governo Chávez.

Essa situação chegaria a um extremo quando o preço de venda no mercado interno não permitia sequer cobrir a margem de comercialização. A partir desse momento, foi necessário cobrar preços negativos na porta das refinarias para que os impostos e a margem de comercialização pudessem se adequar ao preço de venda estipulado. No ano de 2012, por exemplo, o preço da gasolina na porta das refinarias foi de 7 centavos de bolívar negativos, enquanto o preço para o consumidor final seria de 7 a 10 centavos de bolívar, de acordo com o tipo de gasolina. Recordando que a taxa de câmbio oficial estava, neste momento, em BsF 4,3 por dólar e no mercado paralelo, na média do ano de 2012, esteve em BsF 11.

Tabela 5. Preços Derivados do Petróleo no Mercado Interno (2012).

2012	Preço Refinaria	Imposto	Margem de Comercialização	Preço Consumidor
BsF/Litro				
Gasolina 91 octanos	-0,07	0,02	0,12	0,07
Gasolina 95 octanos	-0,07	0,03	0,14	0,10
Diesel	-0,09	0,01	0,12	0,05

Fonte: PODE, 2012.

Essa situação está presente no mercado interno como um todo. É necessário destacar que, se o mercado interno ocupa um lugar residual em termos do preço das vendas, passa a ter uma importância crescente quanto ao volume, passando de 14%, em 1998, para 27% em 2012. Assim, uma parcela não desprezível do petróleo venezuelano é entregue gratuitamente. A gratuidade não se limita somente à renda petroleira, nem tampouco ao preço de produção, mas abarca, inclusive, parte da margem de comercialização. Assim, o restante do setor petroleiro deverá destinar uma parte do excedente para cobrir os custos da produção voltada ao mercado interno.

O chamado contrabando de extração é um dos mecanismos que lembra, de forma cabal, a existência do mercado mundial na formação do preço dos derivados do petróleo. Ao passar a fronteira da Venezuela e ser vendido em seus países vizinhos - Colômbia, Brasil e as ilhas do Caribe -, o preço internacional reaparece em toda sua força como ponto de referência para as transações. A escala na qual ocorre também é

variável: da passagem na fronteira, carregando um galão de gasolina, para o contrabando realizado pela via marítima, envolvendo sujeitos sociais muito diversos. Estima-se que a maior parte do contrabando ocorra pela via marítima e cause perdas da ordem de 2 bilhões de dólares anuais (MOMMER; RODRÍGUEZ, 2017, p. 8).

3.5 Algumas conclusões

Levando em consideração os dados disponíveis do Banco Central da Venezuela, entre 2004 e 2012 ingressaram na Venezuela 667 bilhões de dólares correntes em exportações petroleiras.

Acompanhando novamente a conta em divisas do BCV, é possível verificar que a maior parte da saída de divisas se destinou ao setor privado para a importação e para a exportação de capitais. Como já afirmamos anteriormente, a existência de uma perene e crescente sobrevalorização da moeda implicou em uma transferência de capacidade de pagamento do setor exportador, predominantemente público, para o setor importador, predominantemente privado.

A persistente inflação registrada na Venezuela, durante esse período, permitiu que a maior parte da renda petroleira fosse apropriada como lucro extraordinário do setor privado ao conseguir apropriar-se de insumos e bens de capital relativamente baratos, e vender produtos relativamente mais caros internamente. Tal característica já havia sido analisada anteriormente por Baptista e Mommer:

La renta petrolera entra en circulación por medio del gasto público, creándose así una demanda adicional. Pero, como la renta es asimilable, en esencia, a una transferencia unilateral proveniente del exterior, la demanda de bienes nacionales tiende a superar permanentemente la oferta. Esta situación brinda a los capitalistas la oportunidad de aumentar los precios de sus productos y, por ende, sus tasas de beneficio. En consecuencia, en Venezuela el capital acusa tasas de beneficio excepcionalmente altas, en comparación con países normales que no disfrutan de una renta internacional de la tierra, lo que Baptista demuestra estadísticamente para el sector manufacturero. Los capitalistas realizan las ganancias adicionales así obtenidas importando, ante todo, bienes de capital (MOMMER, 1990, p. 4).

Entretanto, a existência de altas taxas de lucro não potencializou a formação bruta de capital na Venezuela, pois, parte significativa desse lucro não foi reinvestida produtivamente no país.

Aqui, a outra face do auge importador. Conforme demonstrado, há evidências significativas que, frente à sobrevalorização do bolívar e o controle de câmbio, a exportação de capitais iria ocorrer por meio do superfaturamento de importações. Dessa forma, uma parcela dos dólares destinada a importações poderia ser mantida em contas no exterior, ao importar uma quantidade menor de bens ou de qualidade inferior ao faturado.

Algumas questões podem ser colocadas a partir dessa situação. Há um maior controle estatal sobre a renda petroleira? Esse é um debate sujeito a controvérsias. Por um lado, há um aumento da participação do governo no excedente petroleiro, por diversos mecanismos: pela via fiscal, transferência do financiamento e gestão de políticas públicas para a PDVSA e pela criação de fundos para destinar o excedente petroleiro (Fonden e outros). Entretanto, o fato da taxa de câmbio estabelecida estar crescentemente sobreapreciada faz com que haja um intercâmbio desigual entre os poderes de compra dos dólares do setor exportador público e os bolívares do setor importador privado.

Aqui vale retomar alguns apontamentos feitos por Fernando Coronil (2002) para pensar o Estado Mágico venezuelano.

El Estado venezolano se ha presentado como el hacedor de milagros que podía convertir su dominio de la naturaleza en fuente de progreso histórico. Pero debido en buena medida al hecho de que mucho de su poder se deriva de los poderes del dinero proveniente del petróleo en vez de ser producto de su dominación de la naturaleza, el Estado se ha visto limitado a producir actos de magia en vez de milagros (p. 431)

E o dinheiro do petróleo, essa capacidade de pagamento no âmbito do mercado externo, terá mecanismos de distribuição que vão além das rubricas orçamentárias para as quais é destinada a arrecadação fiscal (e quase-fiscal) petroleira. Entre as quais, se destaca a capacidade das empresas em atuação no território venezuelano de converterem a renda petroleira internacional em um lucro excedente acumulado no exterior.

CAPÍTULO 4 - Processo Bolivariano na Venezuela Petroleira: mudanças e permanências de uma formação social

No presente capítulo, vamos buscar situar o período em estudo, o Processo Bolivariano, no quadro mais amplo da Venezuela petroleira. Consideramos que essa vinculação é de importância decisiva. Afinal, uma das tarefas da análise historiográfica é periodizar, isto é, situar os processos em análise em seu contexto, aquilo que Julio Aróstegui definiu como o espaço de inteligibilidade (2006).

4.1 Contexto global: a nova divisão internacional do trabalho e da natureza

Os primeiros anos do século XXI são marcados por um aumento nos preços dos produtos primários e um relativo barateamento dos produtos industriais. Uma das chaves para essa situação são os processos combinados de industrialização e urbanização do leste asiático. Há uma intensificação da demanda por recursos naturais em uma região já densamente povoada, na qual centenas de milhões de pessoas passam para um novo padrão de consumo. Por outro lado, nesses mesmos locais, há um aumento na oferta de bens industriais produzidos em escala muito maior.

Esta situação contribuiu para uma mudança nos preços relativos, com um aumento nos produtos primários de exportação e um declínio nos produtos industriais. Também reforçou uma nova divisão do trabalho e da natureza, na qual a América do Sul fortaleceu sua especialização na exportação de produtos primários portadores de renda da terra. Esta característica atravessa a história desta região desde sua incorporação ao mercado mundial, mas a fase atual assiste a uma rodada de especialização, em um momento de maior integração dos processos de produção em todo o mundo. Desde os anos 80, tem havido uma crescente diferenciação entre regiões periféricas, como a América do Sul e o Leste Asiático, assumindo posições diferentes e complementares no mercado mundial. Podemos destacar, nesses casos, diferentes balanços entre população,

produção e recursos naturais. Nos últimos 40 anos, assistimos a uma nova mudança na divisão internacional do trabalho e da natureza (CHARNOCK; STAROSTA, 2016).

A discussão sobre o colapso da acumulação de capital rentista a partir do final da década de 1970, feita por Asdrubal Baptista, se concentra especialmente na dinâmica interna do processo de acumulação e os limites encontrados em seu desenvolvimento. Acredito que é necessário aumentar a importância de fatores globais para este colapso, especialmente, a nova divisão internacional do trabalho e da natureza mencionada, marcada pelos processos de globalização. É precisamente a dinâmica da acumulação global de capital que limitou as possibilidades de que esta assumia determinadas formas nacionais.

4.2 A onda progressista na América do Sul: do nacionalismo dos recursos naturais à crítica do extrativismo

A consolidação e a retirada da onda de governos progressistas abriram caminho para uma mudança de perspectivas sobre sua condição de sociedades exportadoras da natureza. Inicialmente, em muitos desses países, com o notável caso da Venezuela, a ênfase era no chamado nacionalismo dos recursos naturais e, no caso venezuelano, do *nacionalismo petrolero*. Ou seja, o desafio era mudar a relação de forças no setor exportador de produtos primários, ampliando a renda da terra capturada pelo Estado nacional em relação ao lucro do setor. As novas políticas fiscais e a nova conjuntura de preços tornaram essa estratégia bem-sucedida, possibilitando que em diversos países a arrecadação de impostos sobre o setor fosse ampliada. Tratava-se de reverter processos de liberalização do acesso aos recursos naturais, afirmando a propriedade nacional de tais recursos e buscando aumentar a renda da terra associada a esse exercício de propriedade.

Num segundo momento, surgiu com mais força para conceituar os mesmos processos, a noção de *extrativismo*. Processos que, até então, eram vistos a partir da perspectiva da soberania sobre os recursos naturais, agora, serão vistos a partir da crítica de um modelo de desenvolvimento voltado para a especialização na exportação da natureza, o modelo extrativista.

O extrativismo é parte do papel ocupado pelos países latino-americanos, no âmbito da nova divisão internacional do trabalho, também entendida como uma divisão global da natureza, que aprofunda o seu estatuto como um exportador de matérias-primas para os processos de produção realizados em outras regiões do mundo. Como contrapartida para a entrega de parcelas da natureza, recebe uma capacidade de pagamento que permite importar, em grande parte, as mercadorias produzidas nos países que compram suas matérias-primas. Poderíamos somar aos bens tangíveis que chegam à região, os fantasmagóricos produtos financeiros. Para pensar a relação dessas formações sociais com esses produtos, Coronil afirma:

En estas sociedades no existe un “cúmulo de mercancías” homogéneo. El mundo de las mercancías está fragmentado, y esa fragmentación refleja y refuerza la desarticulación de las economías en las cuales la renta desempeña un papel clave. Las mercancías que circulan nacionalmente no son sólo el producto de naciones diferentes, sino de órdenes culturales distintos, y llevan en sí la huella de esta diferencia. Las mercancías importadas procedentes de los centros metropolitanos representan los órdenes culturales de esas naciones. El cúmulo de mercancías importadas, a diferencia del número limitado de mercancías producidas nacionalmente, se convierte en el vehículo privilegiado para representar la riqueza. Pero estas mercancías importadas no son simples representaciones de riqueza, porque encarnan la organización productiva de otras sociedades y, en consecuencia, su lugar en una jerarquía de desarrollo cultural. Mediante el comercio se establece una aparente equivalencia entre el valor de las mercancías de sociedades diferentes. Pero esta equivalencia formal no oculta, sino que, por el contrario, subraya la desigualdad entre los órdenes productivo y cultural de las sociedades metropolitanas y periféricas (p. 40).

O termo extrativismo é muito bom, embora tenha um risco: focar exclusivamente em uma relação entre grandes projetos extrativistas e as populações diretamente afetadas. Seus efeitos vão muito além, especialmente, através da renda da terra internacional relacionada, bem como seus efeitos na especialização do país na exportação de algumas matérias-primas e sua eventual perda de capacidade produtiva nos setores não-rentísticos.

O recuo da onda progressista expõe algumas determinações até então não tão visíveis, como sua vinculação com o aumento dos preços de produtos primários para exportação e o conseqüente aumento de sua capacidade de importação. Esse aumento na capacidade de pagamento no mercado mundial vem do exercício de propriedade sobre parcelas monopolizáveis da natureza, um exercício de propriedade que nos permite capturar parte do valor agregado do mundo na forma de uma renda da terra

internacional. Tal situação potencializa a ligação com o mercado mundial da condição de exportadores da natureza e, em muitos casos, em contrapartida, reduziu sua capacidade produtiva interna.

Se para entender a dependência o eixo de análise está nos fluxos de valor, fica claro que, no plano comercial, a troca desigual era a favor dos países que exportam matéria-prima. Mas, se a abordagem da dependência é dada por diferentes estruturas produtivas e uma hierarquia entre elas, na qual um centro concentra uma capacidade produtiva mais alta e irradia padrões de consumo ligados a essa capacidade, então, teremos outra visão da onda progressiva e sua relação com a dependência. Voltando às obras de Anwar Shaikh, Coronil (2002) indicou uma mudança de foco:

(...) del flujo desigual de valor entre las naciones a las desiguales estructuras de producción mediante las cuales se vinculan, de los productos concretos del trabajo a la propia división internacional del trabajo. Este enfoque estimula un examen más atento de las estructuras en cuyo seno se crea y distribuye el valor. También puede ayudar a ubicar la división internacional del trabajo y de la naturaleza en un campo de análisis unitario (p. 46).

Durante o período de expansão, em termos de valor, houve um fluxo positivo na esfera comercial dos países produtores de bens manufaturados para os países exportadores da natureza. Essa diferença é precisamente a fonte da renda da terra internacional capturada pelo exercício da propriedade, em parcelas monopolizáveis da natureza. Por outro lado, essa capacidade de pagamento no mercado mundial aproxima-se dessas formações do padrão de consumo das sociedades do centro, ao mesmo tempo em que, em termos produtivos, a distancia. Nesse sentido, a desigualdade nas estruturas de produção é ampliada e sua especialização é consolidada.

Se a base da desigualdade de desenvolvimento entre os países está no intercâmbio desigual, a década progressiva é marcada por uma reversão dessa situação, com os aumentos nos preços dos principais produtos exportados em relação aos produtos industriais importados. Se, por outro lado, a desigualdade está em suas diferentes estruturas de produção, a década progressiva é marcada por uma expansão dessa desigualdade na maioria dos países. E justamente a expansão da renda da terra internacional, tanto em suas modalidades agrícolas como mineiras, contribuirá para o duplo processo de aumentar a capacidade de compra no mercado mundial e diminuir sua capacidade de produzir em termos do mercado mundial.

Neste caso, é necessário debater os mecanismos de distribuição da renda da terra oriunda da exportação. Especialmente onde as tais rendas foram distribuídas por mecanismos cambiais, como nos casos da Venezuela e do Brasil, por exemplo, em que os efeitos foram uma redução em sua produção industrial. A distribuição pela via cambial da renda da terra internacional operou através da sobrevalorização da moeda, o que resulta em uma troca desigual entre o setor exportador e o setor de importação, em benefício deste último. Também estimula a exportação de capital, um processo que, mesmo com mecanismos de controle cambial na Venezuela, era intenso em ambos os países.

4.3 Natureza e renda petroleira

O fluxo de valor supõe o mercado mundial, mas, olhando por outro lado, há uma troca entre a riqueza natural e a capacidade de pagamento no mercado mundial que tende a se destinar a regiões do mundo com estruturas produtivas mais adequadas ao padrão de consumo predominante no mercado mundial. A troca desigual em termos de valor em favor do país exportador de bens portadores de renda da terra não deve nos trazer o esquecimento da riqueza natural, que é efetivamente extraída e trocada por uma capacidade de pagamento a ser realizada nos países que importam recursos naturais.

Esse é um ponto chave, até para pensar de outro ponto de vista, sobre o intercâmbio que os países exportadores da natureza fazem no mercado mundial. Também nos leva a pensar sobre a divisão que se desenvolve entre natureza e produção nesses territórios. Embora a natureza pareça ser central para a dinâmica da formação social venezuelana, é de fato o dinheiro mundial proveniente de suas exportações que produz os efeitos mais decisivos.

Como afirma Coronil (2002), lembrar a natureza da riqueza disponível para o Estado venezuelano, não seu rico subsolo, mas a capacidade de pagamento que recebe em troca do acesso a seus recursos naturais, já nos permite construir as pautas de seus possíveis efeitos.

4.4 Política social venezuelana e fundo público

O processo bolivariano se caracteriza por uma ampliação da política social, especialmente voltada para os segmentos mais pobres da população. Este processo esteve sustentado por um crescimento do fundo público, não através de um aumento do excedente produzido internamente apropriado pelo Estado, mas devido ao aumento do excedente petrolero arrecadado enquanto renda. Este será um elemento decisivo. Mais do que um processo de redistribuição, através de uma maior progressividade na tributação, trata-se de uma distribuição de uma renda petrolera internacional, produzida no âmbito do mercado mundial e captada pelo Estado venezuelano na condição de proprietário de um recurso natural.

A explicação das características e amplitude dos segmentos mais pobres da população deve ser lida desde o conceito de população trabalhadora excedente para o capital. Como veremos, a renda petrolera permitirá melhorar as condições de vida deste setor sem modificar as determinações estruturais que o reproduzem.

É decisivo abordar a política social para além dos próprios termos nos quais se apresenta, isto é, do discurso e das informações produzidos, sobretudo, desde o aparelho de Estado. Seguindo as indicações adiantadas anteriormente, buscaremos dialogar com os autores que situam a relação entre política social, renda petrolera e sobrepopulação relativa.

A tese apresentada por Seiffer, Kornblihtt e de Luca (2012) é que a política social venezuelana está voltada à contenção da crescente população excedente para o capital. Realizando uma interessante comparação entre Argentina e Venezuela, os autores defendem que, durante o período neoliberal, já poderia ser identificado um aumento do gasto social, que veio a ser intensificado durante o período chavista e kirchnerista. A mudança realizada durante tais governos, fundamentalmente quantitativa, estaria vinculada ao aumento da apropriação da renda da terra internacional pelo Estado.

Para o caso venezuelano, podemos relacionar essa situação com a crise da acumulação de capital lastreada na apropriação da renda petrolera que ocorre desde o final da década 1970. Como demonstra Asdrúbal Baptista (2010), o capitalismo

rentístico, a partir de determinado momento, deixa de potencializar a acumulação de capital em território venezuelano, quando medida pela formação bruta de capital fixo. Desta forma, uma parcela crescente do orçamento público deverá ser destinada à população trabalhadora excedente, que não é empregada diretamente pelo capital ou é remunerada abaixo do necessário para sua reprodução. E tão importante quanto isso é a fuga estrutural de divisas que caracteriza o país e que atinge sua máxima potência nos períodos de auge petrolero (MEDINA SMITH, 2004; SUTHERLAND, 2016).

Seiffer, Kornblihtt e de Luca (2012) defendem a inexistência de mudanças radicais na política social, indicando a existência somente de uma ampliação do gasto social, aprofundando uma tendência existente no período neoliberal. Seria necessário destacar, entretanto, que a ampliação da renda petrolera disponível foi objeto de aguda disputa política entre os anos 2001 e 2003, não se tratando, portanto, de mero resultado do aumento dos preços do petróleo. Assim, a retomada da estratégia de maximização da renda petrolera se enfrentou com uma estratégia de acumulação do capital no setor petrolero, dentro e fora das fronteiras da Venezuela, que reservava ao proletariado venezuelano a manutenção de sua condição excedente para o capital e um deterioro contínuo de suas condições de vida. Compreender essa tensão e a forma como tal disputa ocorreu entre os anos 2001 e 2003 será decisivo para caracterizarmos o processo bolivariano.

Em todo caso, a apreciação de Seiffer, Kornblihtt e de Luca (2012) é bastante interessante, pois questiona uma visão excessivamente otimista da ampliação do gasto social. O projeto bolivariano, expresso na Agenda Alternativa Bolivariana, estava ancorado em uma ampliação da arrecadação fiscal petrolera e no pagamento da chamada dívida social, produzindo um ponto cego para as reflexões críticas. Nada mais representativo desta visão do que a apresentação do aumento do gasto social como percentual do gasto público total, como uma evidência conclusiva do processo de transformação social em curso.

Como alguns textos de Jorge Giordani (2009) indicam, a necessidade de resolver necessidades urgentes da população, pela via do consumo, foi priorizada frente a investimentos que permitissem ampliar a capacidade produtiva do país. Uma parcela crescente da população venezuelana que vivia em condições de pobreza e pobreza extrema incrementou seu nível de vida, passando a um acesso ampliado à alimentação, educação e saúde. Entretanto, tais políticas estiveram dependentes de uma renda

petroleira crescente, como tornou-se dramaticamente evidente a partir da queda dos preços do petróleo em 2014.

Nesse contexto de melhorias de vida da população trabalhadora, em especial da parcela não empregada diretamente pelo capital, os capitalistas venezuelanos se movimentaram para se apropriar de parcela crescente da renda petroleira e realizar uma das mais significativas fugas de capitais da história (SUTHERLAND, 2016). O processo de acumulação venezuelano tendeu a exportar capital ao longo dos anos, mesmo em um contexto de controle de câmbio. Tais regulações não foram capazes de impedir que, ao longo dos últimos anos, os recursos em contas no exterior de venezuelanos aumentassem de forma crescente.

4.5 Burocracia e fundo público

Conforme indicamos acima, o fundo público venezuelano tem como característica um significativo componente rentístico. Isto o torna agudamente dependente do mercado mundial e relativamente independente dos processos produtivos realizados no âmbito nacional. Esta situação nos permite colocar a especificidade da autonomia relativa do Estado venezuelano e, igualmente, a autonomia relativa que a burocracia pode deter em certas circunstâncias.

Entretanto, a autonomia da burocracia rentista está centrada menos no seu controle sobre os processos de produção e circulação internos e mais sobre a apropriação primária do excedente petroleiro na forma monetária. Desta forma, a distribuição e circulação do provento rentístico obedece a determinações que tendem a direcioná-lo para os capitalistas. Esta será, basicamente, a tese de Asdrúbal Baptista: o lucro excedente do setor petroleiro se tornará lucro excedente do setor não-petroleiro, mediado pela sua apropriação enquanto renda pelo Estado (2004).

O processo bolivariano a partir de 2003 irá se caracterizar por um controle de câmbio que será mantido durante um auge petroleiro. Fato pouco usual na história venezuelana, os controles de câmbio anteriores ocorreram em período de queda da renda petroleira disponível. Isso permitiu que a burocracia obtivesse uma maior autonomia, pois não estava regulando o acesso à escassez de divisas, e sim a uma verdadeira enchente de petrodólares.

Podemos falar de modalidades diferenciais de autonomia da burocracia e, a partir desta visão, analisar de forma mais detida a relação desta com os capitalistas. Para pensar essa relação podemos contrastar com a seguinte citação de Mandel:

Quais são os mecanismos concretos pelos quais se exerce o controle da classe burguesa sobre o aparelho de Estado no capitalismo tardio? A dominação financeira e econômica da máquina estatal – segundo o axioma marxista de que a classe social que controla o sobreproduto social controla também a superestrutura financiada por ele – continua prevalecendo em grande medida, ainda que seja cada vez menos enfatizada nos escritos marxistas mais recentes sobre essa questão (1982, p. 345).

Justamente a sustentação fiscal do aparelho de Estado na Venezuela detém características específicas que lhe conferem uma modalidade diferencial de autonomia em relação aos capitalistas. Mas esta modalidade de autonomia relativa em relação aos capitalistas nacionais tem como contraparte uma ampliada dependência do capital global, do mercado mundial. Mais do que isso, a renda petroleira internacional é uma parcela do dinheiro mundial apropriada devido à propriedade sobre parcelas monopolizáveis da natureza e, no curso de apropriação, mudará suas formas sem perder seu conteúdo.

Estas características irão determinar a forma como essa burocracia atuará para ampliar seu poder, não só o convertendo em dinheiro, mas aprofundando, por vezes, essa condição e transitando, ela mesma, para a condição capitalista. Considerando as características do excedente apropriado, uma renda da terra internacional, não é surpreendente que sua acumulação ocorra no exterior.

4.6 Proletariado e capitalismo rentístico

A situação da classe trabalhadora venezuelana revela algumas características importantes. Por um lado, um alto grau de proletarização e, por outro, um conjunto de diferenciações que dão lugar a diferentes frações. Como afirmam De Luca, Seiffer e Kornblitt:

Lejos de ser homogénea, se trata de una clase obrera atravesada por diferentes fracciones producto del tipo de fuerza de trabajo que venden, o incluso del hecho de que ésta pueda o no venderse en condiciones normales.

Es decir, dichas divisiones están determinadas por el carácter del capital que las emplea (o desemplea).

En este sentido, observamos que la historia venezolana está marcada en las últimas décadas por un colapso económico producto de una mayoría de capitales que, incapaces de sostener la productividad media, quedan relegados en la competencia internacional. El resultado, como veremos, es un aumento de las fracciones de la clase obrera que el capital no explota en forma directa (desempleo abierto), o que lo hace en condiciones peores a la media mundial (sobreempleo, empleo informal, empleo público, y en ramas de producción obsoletas) (DE LUCA; SEIFFER; KORNBLIHTT, p. 159, 2013).

Os autores explicam o colapso existente pela incapacidade da maioria dos capitais sustentar a produtividade média e serem competitivos em nível mundial. Ao longo do século XX os processos desenvolvimentistas se basearam numa transferência dos setores que capturam a renda da terra internacional para sustentar o processo de acumulação em setores com produtividade abaixo da média mundial, como o setor industrial. Este processo ocorreu de forma marcante na Venezuela, através de diversos mecanismos de transferência: baixa carga fiscal, crédito subsidiado, demanda efetiva garantida, barreiras alfandegárias às importações de certos bens finais, subsídios cambiais às importações de insumos, máquinas e equipamentos. De acordo com os autores, assim como nos demais países latino-americanos, o processo de expansão industrial se deu por meio de transferências de uma renda da terra internacional associada ao setor primário-exportador. No caso da Venezuela, o setor petrolífero.

Esse processo se detém no final da década de 1970, com aquilo que Baptista chama de colapso da acumulação rentística de capital. Em que pese um conjunto de políticas para sustentar a acumulação de capital no setor industrial, o auge petrolífero da década de 1970 teve como consequência uma sobreacumulação de capital que tendeu a incrementar a fuga de divisas (traço estrutural da economia venezuelana acentuado em período de auge) e uma queda abrupta do investimento.

Se existe uma quase total proletarização da força de trabalho na formação social venezuelana, parcela expressiva desta não é diretamente explorada pelo capital, entre os quais se encontram um vasto contingente de servidores públicos (atualmente cerca de um terço dos assalariados) e um perene setor de trabalhadores por conta própria, ao qual voltaremos mais adiante.

O colapso da acumulação rentística de capital no final dos anos 1970 teve como uma de suas evidências a queda da população formalmente assalariada. Ater-se à

presença do contrato formal de trabalho para uma definição do assalariamento, e até mesmo da proletarização, oculta a manutenção de um vasto proletariado, expropriado inclusive de determinado quadro jurídico para sua exploração (FONTES, 2010). Tal situação não atenua em nada sua condição proletária, pelo contrário, aprofunda tal condição ampliando o grau de exploração.

Conforme indicamos mais acima, uma das chaves do debate sobre o grau de proletarização da população venezuelana são os setores definidos nos levantamentos do Instituto Nacional de Estatística como trabalhadores por conta própria, os *cuentapropistas*. Visando identificar a condição proletária deste segmento, De Luca, Seiffer e Kornblihtt analisam a média de remuneração dos *cuentapropistas* em relação à média salarial e evidenciam que essa parcela da população se encontra permanentemente por baixo, oscilando entre 65% - 75% da remuneração dos assalariados. Constitui-se uma evidência interessante do caráter proletário deste setor, não permitindo assimilá-lo à produção mercantil simples (2013, p. 162).

Em poucas palavras, a Venezuela se caracteriza por uma extensa e aprofundada proletarização de sua população, pela magnitude da sobrepopulação relativa e pelo papel cumprido pela renda petroleira para conter as consequências dessa brecha.

Justamente este papel será acentuado pelo colapso da acumulação rentística de capital a partir do final dos anos 1970. Uma parcela crescente da população deverá submeter-se a condições de exploração ainda mais violentas, tendo em vista a ausência de contrato de trabalho. Outra parte deverá reproduzir-se trabalhando por conta própria, sem atenuar de nenhuma maneira sua condição proletária.

4.7 O processo bolivariano como resposta ao colapso do capitalismo rentístico: renda petroleira e política social

O colapso do capitalismo rentístico no final da década 1970 deteriorou as condições de vida da maioria da população, especialmente a partir do momento em que a renda petroleira não foi capaz de sustentar a sobrepopulação relativa gerada pelo colapso. Pouco antes das eleições de 1998, e com o preço do petróleo aproximando-se em termos reais dos patamares anteriores à década de 1970, a maioria da população foi jogada na pobreza e na pobreza extrema. O programa de Hugo Chávez iria

crescentemente se sustentar na busca da ampliação da arrecadação fiscal petroleira para pagar a assim chamada dívida social. Estes dois elementos serão decisivos para compreender o processo bolivariano.

Por um lado, o caminho para expandir a arrecadação estatal passava por uma dupla estratégia que afirmava a propriedade nacional sobre o petróleo tanto frente aos países consumidores quanto frente à empresa pública extratora, a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA). O governo Chávez encabeçou uma retomada da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, diminuindo de forma coordenada a extração de petróleo e realizando uma estratégia de bandas, com um piso e um teto nos preços do petróleo que permitiria aos países exportadores regularem sua oferta de petróleo no mercado mundial. Expressão deste novo momento, foi a realização da II Cúpula da OPEP em Caracas. Os preços do petróleo dependem de um conjunto de variáveis, nas quais se incluem, para além de seus aspectos físicos de oferta, demanda, investimentos, um componente especulativo importante, dificultando estabelecer uma causalidade linear para a dinâmica dos preços do petróleo. Entretanto, é possível afirmar que o aumento dos preços do petróleo, ocorrido na virada do século, esteve relacionado à maior coordenação dos países exportadores, ainda que os aumentos posteriores se devam em grande medida a outros fatores (SILVA, 2016).

A afirmação da propriedade nacional seria realizada, igualmente, na sua relação com a PDVSA, empresa petroleira que tem como único acionista o Estado venezuelano. A crise dos anos 80 e 90 assistiu à emergência de uma estratégia própria da petroleira, centrada na sua expansão como empresa global, em detrimento de sua contribuição fiscal. O caminho seguido pelo governo Chávez foi, através da Lei Orgânica de Hidrocarbonetos de 2001, ampliar os *royalties*, impostos fixos que dependem dos preços e volumes exportados, em detrimento dos impostos cobrados após a dedução dos custos, incidindo somente sobre o excedente de exploração. A aprovação desta lei e a nomeação de uma nova junta diretiva para PDVSA foi decisiva para abrir um período de agudas disputas no qual, em contexto polarizado com alto grau de mobilização entre ambos os campos, a Venezuela viveu entre marchas e contramarchas e, ocasionalmente, entre golpes e contragolpes.

Este será o eixo orientador do governo bolivariano: pagar a dívida social através de um conjunto de políticas sociais sustentado na expansão da renda petroleira. A questão social venezuelana está estreitamente relacionada à sobrepopulação relativa,

ampliada pelo colapso da acumulação rentística de capital. O novo ciclo aberto a partir de 2003, no qual, às políticas de aumento da arrecadação fiscal petroleira se soma um aumento sustentado dos preços do petróleo, se caracterizou pela criação de políticas sociais massivas e pela elevação do nível de vida de amplas parcelas da população. Durante esse ciclo, inaugurado por um violento enfrentamento com setores empresariais e gerenciais da Venezuela e sustentado em uma crescente renda petroleira, emergiu uma perspectiva socialista. É interessante notar, como vimos no capítulo precedente, que os capitalistas venezuelanos seguirão tendo mecanismos de apropriação da renda petroleira, modificando, é verdade, as frações que dela se apropriam e contando com a entrada de uma nova fração estreitamente vinculada a negócios com o Estado.

Excede os limites deste trabalho realizar um estudo mais detido sobre os sentidos do socialismo presentes no processo bolivariano. Há indicações importantes tanto de políticas públicas quanto da compreensão que grande parte da população, sua definição passa pela centralidade da política social. Como vimos acima, a emergência da “questão social” é inerente à história do capitalismo e está associada ao aumento de uma sobrepopulação relativa. Justamente, os mecanismos que provocam tal aumento não foram colocados em questão, restringindo-se a uma ampliação dos recursos destinados a mitigar suas consequências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação buscou compreender os processos de distribuição da renda petroleira de 2003 a 2012, na Venezuela. O período em análise combina características em várias dimensões que permitem pensá-lo como um conjunto. No âmbito internacional, inicia-se aí uma conjuntura de aumento dos preços internacionais do petróleo, com uma queda marcante no contexto da crise de 2008, mas com uma rápida recuperação que se estendeu até 2014. No plano interno, é o momento de consolidação do governo de Hugo Chávez, em especial, por meio da ampliação de seu controle sobre a renda petroleira, ao estabelecer um novo marco regulatório do setor petroleiro, um controle mais estreito sobre a empresa nacional de petróleo e instituir o controle de câmbio. Por fim, será o momento, igualmente, em que o processo bolivariano ampliará seu horizonte de transformação, passando a vislumbrar uma perspectiva socialista.

Ao longo da investigação, passamos a questionar uma visão da distribuição da renda petroleira centrada basicamente na sua dimensão fiscal. Tornou-se evidente que o impacto fiscal da renda petroleira foi perdendo importância relativa, o que poderia nos conduzir para a impressão equivocada de que a própria renda petroleira estaria perdendo sua importância. Nesse sentido, é importante ressaltar três aspectos.

O primeiro deles é o papel que passa a ter a atribuição direta à empresa nacional de petróleo da gestão de políticas sociais, com destaque para as *Misiones*. Uma parte importante da transferência de recursos do setor petroleiro para o setor não-petroleiro passou a ser feita diretamente pela PDVSA, ao ampliar suas funções para além das atividades relacionadas ao petróleo. De uma maneira inédita, o setor petroleiro passou a gerir parcelas importantes da política social venezuelana de forma direta. Nesse mesmo âmbito, destacamos outro destino importante da renda petroleira, como os fundos alimentados por repasses diretos de PDVSA, com destaque especial para Fundo Nacional para o Desenvolvimento Nacional (FONDEN). Os dois casos citados podem ser enquadrados com uma destinação parafiscal da renda petroleira.

Outro aspecto relevante é a dimensão cambial da distribuição da renda petroleira. Conforme verificamos, o período em análise assistiu à sobrevalorização da moeda nacional venezuelana, isto é, a cotação da moeda nacional venezuelana estava significativamente mais elevada do que seu câmbio de paridade. Dessa maneira, a renda petroleira internacional, expressa em divisas, proporcionava, ao ser convertida em bolívares, uma capacidade de compra no mercado interno menor do que no mercado externo. Mesmo sem alterar a renda disponível no país, essa situação diminuía a capacidade de pagamento do setor exportador na mesma medida em que aumentava a capacidade de pagamento do setor importador. Um mecanismo tão sutil quanto significativo de distribuição da renda petroleira.

As divisas distribuídas pelo Estado se destinaram em sua maior parte a empresas privadas, seja para a importação de bens terminados e sua comercialização no mercado interno, seja para a importação de insumos e bens de capital destinados ao processo produtivo e, posteriormente, vendidos, em sua maioria, no mercado interno.

Em relação à importação de bens terminados, conforme analisamos no terceiro capítulo, a partir das evidências disponíveis, é possível identificar que a evolução dos preços no mercado interno dos produtos importados tende a acompanhar o mercado paralelo de divisas, ainda que a maior parte das importações seja realizada pela taxa de câmbio oficial. Mesmo descontada a inflação dos produtos importados no mercado externo, estimada pelo índice de preços ao consumidor dos Estados Unidos, nota-se uma margem significativa assim obtida pelo setor importador.

Ao longo do período analisado, 75% das importações se destinaram a insumos e bens de capital. Mesmo que tenha existido um crescimento das importações não-petroleiras do setor público, relevante para a caracterização da especificidade do período em estudo, a maior parte dessas importações proveio do setor privado. Considerando a importância das importações para o capital constante, tanto fixo quanto circulante, esse era relativamente barato, enquanto os preços no mercado interno eram relativamente altos. Dessa maneira, as empresas instaladas no território venezuelano podiam obter elevadas taxas de lucro.

A mesma configuração que beneficiava a importação era a que criava condições vantajosas para a exportação de capitais. Como vimos, diversas evidências apontam para um incremento da fuga de capitais. Durante certo período, a transferência de dividendos esteve possibilitada por Cadivi. Essa ocorreu, entretanto, por outros

mecanismos, como o mercado permuta e o *Sitme* e, igualmente, por meio do superfaturamento de importações. Para ultrapassar as restrições do controle de câmbio, um dos caminhos era atribuir um valor maior das importações, dessa maneira podendo acumular em contas no exterior divisas. A possibilidade de realização de altos lucros dependia da conversão em divisas do excedente obtido em moeda nacional.

Por fim, um terceiro e importante mecanismo de distribuição da renda petroleira, vem através da venda de derivados do petróleo abaixo de seu preço de produção, necessitando crescentes subsídios provenientes do próprio setor petroleiro. Durante o período em estudo, o preço de venda da gasolina, por exemplo, foi mantido inalterado, distanciando-se crescentemente de seu preço de produção.

Dessa maneira, refletir sobre a distribuição da renda petroleira passa em grande medida pela cotação das divisas oriundas das exportações petroleiras e do preço dos derivados do petróleo no mercado interno.

O presente trabalho busca refletir sobre um rendimento oriundo do exercício de propriedade sobre parcelas monopolizáveis da natureza. Uma renda petroleira expressa na diferença entre o preço de produção do petróleo em território venezuelano e seu preço no mercado mundial.

Da vinculação entre renda e natureza, nos interessou pensar a natureza da renda. Muitas vezes, o debate sobre o destino da renda petroleira foi realizado sem levar em conta as suas características constitutivas. Baptista formula isso refletindo sobre o vínculo entre a origem e o destino desse rendimento. Prefiro pensar sobre a natureza da renda petroleira, que permite refletir sobre as possibilidades existentes para o seu destino. Aqui, se encontra a importância de caracterizar esse rendimento como gerado pelo exercício da propriedade e oriundo do mercado mundial.

Por fim, é necessário traçar uma distinção entre renda e natureza. A identidade nacional venezuelana esteve associada aos recursos naturais em seu território, entretanto, a relação com tais recursos em sentido estrito é tênue. Muito mais importante é a relação com a capacidade de pagamento do mercado mundial gerada pelo exercício de propriedade sobre tais recursos. Trata-se de uma relação extrativa com as parcelas da natureza que serão apropriadas produtivamente em outros territórios, deixando em troca uma capacidade de pagamento no âmbito do mercado mundial.

Uma moeda sobrevalorizada contribui a diminuir os vínculos produtivos no próprio setor petrolífero, reforçando o caráter extrativo dessa indústria e diminuindo o seu encadeamento produtivo no país. A sobrevalorização da moeda incide igualmente sobre o setor não-petrolífero, estimulando a importação de insumos e bens finais, diminuindo também nesse setor os vínculos produtivos no território venezuelano.

Um dos objetivos mais explicitamente traçados no âmbito do Processo Bolivariano foi utilizar a renda petrolífera para pagar a dívida social. Há uma dimensão trágica nesse processo, pois, ao apostar na possibilidade de pagar a referida dívida com a renda petrolífera, os promotores dessa política pouco atentaram ao papel que pode ser cumprido pela renda petrolífera para aprofundar essa chamada dívida social. O mecanismo cambial de transferência da renda tende a potencializar a dependência dessa, reduzir as atividades produtivas, e estimular a fuga de capitais. Essa situação contribuiu para uma ampliação da sobrepopulação relativa, cuja situação pôde eventualmente ser atendida pela forte presença da renda, entretanto, um aumento do serviço da dívida externa e das exportações de capital reduziu sua disponibilidade para as cada vez mais necessárias importações. Nessa situação, uma queda brusca da renda petrolífera disponível por conta dos preços passa a ter impactos avassaladores.

O presente trabalho busca refletir sobre a história da Venezuela Bolivariana situando-a na história mais ampla da Venezuela Petrolífera. Concentramos-nos no auge do período bolivariano, tanto em termos rentísticos quanto políticos, não analisando seus desdobramentos mais recentes, a partir de 2013.

As dificuldades de acesso a informações a partir de 2013 e, sobretudo, a partir de 2014 contribuíram para manter o período em análise até 2012. Mais importante do que isso, é que se trata, efetivamente, de um novo momento. Ao auge petrolífero analisado na presente tese se seguiu um colapso, de uma profundidade tal, que deixou para trás o colapso anterior e suas consequências. A gravidade da situação pode ser evidenciada pelo esgarçamento dos laços sociais, tornando o país que durante o século XX foi destino de imigrantes, palco de uma emigração massiva, medida aos milhões. Sem dúvida, a situação do período do colapso está estreitamente relacionada ao período de auge por nós analisada, deixando aberto um campo importante de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABADÍ, Anabella; RAGUÁ, Daniel (2016). “Control cambiario: trece años em cifras”. *Debates IESA*, Volumen XXI, n. 1, jan. – mar. 2016.
- AL-SHEREIDAH, Mazhar (2006). “La dimensión imaginaria en la nacionalización petrolera”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v. 12, n. 1. Caracas: FACES-UCV.
- ARENAS, Nelly (2012). “La Venezuela rentista: imaginario político y populismo”. *Cuadernos del CENDES*, vol. 29, núm. 80, mayo - agosto, 2012, pp. 137-145.
- AROSTEGUI, Julio (2006). *A pesquisa histórica. Teoria e método*. Bauru: Edusc.
- BAPTISTA, Asdrúbal (2006). *El relevo del capitalismo rentístico: hacia un nuevo balance del poder*. Caracas: Fundación Empresa Polar.
- BAPTISTA, Asdrúbal (2010). *Teoría económica del capitalismo rentístico*. Caracas: BCV.
- BAPTISTA, Asdrúbal (2011). *Bases Cuantitativas de la Economía Venezolana: 1830-2008*. Caracas: Fundación Polar.
- BAPTISTA, Asdrúbal (2015). *Los números del petróleo*. Caracas.
- BAPTISTA, Asdrúbal (2015b). *No hay arreglo social en Venezuela que no pase por el petróleo*. Entrevista para contrapunto.com.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MALAVÉ MATA, Hector (2000). *El petróleo, el Bolívar y el fisco*. Caracas: Monte Ávila.
- BAPTISTA, Asdrúbal (2016). *Itinerario por la Economía Política (II) y otros ensayos*. Caracas: IESA.
- BAPTISTA, Asdrúbal; MOMMER, Bernard (1987). *El petróleo en el Pensamiento Económico Venezolano - Un Ensayo*. Caracas: Ediciones IESA.
- BAPTISTA, Asdrúbal; MOMMER, Bernard (1987): *El petróleo en el Pensamiento Económico Venezolano - Un Ensayo*. Caracas: Ediciones IESA.
- BAPTISTA, Asdrúbal; MOMMER, Bernard (1989). Renta petrolera y distribución factorial del ingreso. In: MOMMER, Bernard; NISSEN, Hans-Peter. *¿Adiós a la Bonanza?* Caracas: ILDIS-Nueva Sociedad
- BEHRING, Elaine Rossetti (2011). *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez.

- BOUÉ, Juan Carlos (2002). “El programa de internacionalización en Pdvsa: ¿Triunfo estratégico o desastre fiscal?” *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, vol. 8, n. 2, FACES.
- BRICEÑO LEÓN, Roberto (1990). *Los efectos perversos del petróleo*. Caracas: Fondo Editorial Acta Científica Venezolana.
- CHARNOCK, Greig; STAROSTA, Guido (2016). *The New International Division of Labour Global Transformation and Uneven Development*. Londres: Palgrave, Macmillan.
- CHÁVEZ FRÍAS, Hugo (1999). *Discursos fundamentales. Ideología y acción política*. Caracas: Foro Bolivariano de Nuestra América, Vários volumes.
- CHÁVEZ FRÍAS, Hugo (2003) *El golpe fascista contra Venezuela: "aquí está en juego la vida de la patria"*. La Habana: Plaza.
- CHÁVEZ FRÍAS, Hugo (2005). *Foro Social Mundial: El Sur, Norte de Nuestro Pueblos*.
- CHÁVEZ FRÍAS, Hugo (2007). *Senderos de la vía bolivariana. Cuatro documentos esenciales*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República.
- CICCARIELLO-MAHER, George (2013). *We created Chávez: a people's history of Venezuelan Revolution*. Durham: Duke University Press.
- CORONIL, Fernando (2002). *El estado mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico de la Universidad Central de Venezuela / Editorial Nueva Sociedad, Caracas.
- CORONIL, Fernando (2008a) “It's the oil, stupid!!!” *ReVista - Harvard Review of Latin America*, v. 8, n. 1, p. 19.
- CORONIL, Fernando (2008b). “Chávez’s Venezuela: A New Magical State?”. *Revista Harvard Review of Latin America*, v. 8, n. 1, p. 3-4.
- CORONIL, Fernando; SKURSKI, Julie (1982). “Reproducing Dependency: Auto Industry Policy and Petrodollar Circulation in Venezuela”. *International Organization*, v. 36, n. 1, p. 61-94.
- CORONIL, Fernando; SKURSKI, Julie (2006). “Dismembering and remembering the Nation: the semantics of political violence in Venezuela”. In: CORONIL, Fernando; SKURSKI, Julie (ed). *States of violence*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- CRAZUT, Rafael (2010). *El Banco Central de Venezuela: notas sobre su historia y evolución en sus 70 años de actividades*. Caracas: BCV.
- D’ELIA, Yolanda (coord.) (2006). *Las Misiones Sociales en Venezuela: una*

aproximación a su comprensión y análisis. Caracas: ILDIS.

DACHEVSKY, Fernando (2011). *La renta de la tierra petrolera y sus efectos en la acumulación de capital. El caso venezolano (1970-2010)*. Dissertação de Mestrado em Relações Econômicas Internacionais na Universidade de Buenos Aires.

DACHEVSKY, Fernando; KORNBLIHTT, Juan (2017). The Reproduction and Crisis of Capitalism in Venezuela under Chavismo. *Latin American Perspectives*, 212, v. 44, n. 1.

DENIS, Roland (2001). *Los fabricantes de la rebelión: movimiento popular, chavismo y sociedad en los años noventa*. Caracas: Editorial Primera Línea e Editorial Nuevo Sur.

DENIS, Roland (2004). *Rebelión en proceso: dilemas del movimiento popular luego de la rebelión del 13 de abril*. Caracas: Ediciones Nuestra América Rebelde.

DENIS, Roland (2011). *Las tres repúblicas. Retrato de una transición desde otra política*. Caracas: Nuestramérica Rebelde.

DOMINGO, Carlos (coord.) (1999). *Renta petrolera y políticas distribucionistas: análisis histórico del caso Venezuela*. Documento do Grupo Interdisciplinario de Estudio sobre Venezuela da Universidad de Los Andes. Mérida.

DOMINGO, Carlos, FARGIER, María E., MORA Jesús, ROJAS, Andrés, TONELLA, Giorgio (1994), "Viejos y nuevos modelos de Venezuela". *Revista Economía*, n. 9.

D'ORAZIO, Franco (2007). *Análisis económico aplicado a la industria petrolera*. Libros em red.

ELLNER, Steve (2008). *Rethinking Venezuelan Politics: Class, Conflict, and the Chávez Phenomenon*. Boulder: Lynne Rienner.

ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel (2003). *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad.

ESPAÑA, Luis Pedro (2010). *Más allá de la renta petrolera y su distribución. Una política social alternativa para Venezuela*. Caracas: ILDIS.

FERREIRA, Carla (2012). *A classe trabalhadora no Processo Bolivariano da Venezuela. Contradições e conflitos do capitalismo dependente petrolero rentista*. Tese de Doutorado. PPG em História da UFRGS.

FERREIRA, Carla (2013). "O fardo histórico do capitalismo petrolero dependente rentista e as contradições do Processo Bolivariano da Venezuela". *Revista Uruguaya de Historia Económica* (no prelo).

FONTES, Virgínia (2010). *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de

Janeiro: Escola Politécnica de Saúde de São Joaquim Venâncio. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FURTADO, Celso (2008). *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado. Arquivo Celso Furtado, vol. 1.

GAVAZUT, Luiz Enrique (2014). *Dólares de maletín, empresas extranjeras y modelo económico socialista: un análisis inédito que le sorprenderá. Análisis Estadístico de la Base de Datos publicada por CADIVI*. Aporee.

GAVAZUT, Luiz Enrique (2015). *Teoría rentística de la inversión extranjera no petrolera en Venezuela y sus implicaciones para el desarrollo productivo del país*. Guatire.

GIORDANI, Jorge (2009). *La transición venezolana al socialismo*. Caracas: Vadell Hermanos Editores.

GIORDANI, Jorge (2013). *De la inclusión social a la Venezuela productiva bolivariana*. Caracas: Correo del Orinoco.

GONZALEZ OQUENDO, Luis J. "Petróleo y cambio social como programa de investigación en Venezuela". *Revista de Ciencias Sociales*. Maracaibo, v. 12, n. 3, sept. 2006.

GUERRA, Jose (2004). *La política cambiaria en Venezuela: el debate inicial*.

GUERRA, Jose; PINEDA, Julio (Comp.). *Temas de política cambiaria en Venezuela*. Caracas: BCV.

HARVEY, David (2013). *Os limites do capital*. São Paulo, Boitempo.

HARVEY, David (2014). *Para entender O Capital: livros II e III*. São Paulo, Boitempo.

HERRERA, Remy (2010). *Les Avancées Révolutionnaires En Amérique Latine: des transitions socialistes au XXIe siècle?* Parangon: Lyon.

HOGENBOOM, Barbara; FERNÁNDEZ, Alex E. (2009). "The New Left and Mineral Politics: What's New?". *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, No. 87, p. 93-102.

IÑIGO CARRERA, Juan (2007). *La Formación Económica de la Sociedad Argentina*. Volumen 1 - Renta agraria, ganancia industrial y deuda externa. 1882-2004. Imago Mundi: Buenos Aires

IÑIGO CARRERA, Juan (2017). *La renta de la tierra. Formas, fuentes y apropiación*. Imago Mundi: Buenos Aires.

KARL, Terry. (1997). *The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States*. Berkeley:

University of California Press.

KORNBHLITT, Juan; DACHEVSKY, Fernando (2010). Notas metodológicas para el cálculo de la renta de la tierra petrolera. *Economía: Teoría y práctica*. Nova época, n. 33, jul.- dez. 2010.

KORNBLIHTT, Juan (2015). “Tipo de cambio, espacios nacionales de valor y teoría de la dependencia. Análisis crítico a partir de la sobrevaluación de la moneda en Venezuela”. *Anais do XX Encontro Nacional de Economia Política*. Foz do Iguaçu: SEP.

LACABANA, Miguel (2006). “Petróleo y hegemonía en Venezuela: la construcción de un proyecto nacional democrático-popular en el siglo XXI”. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique (Comp.) *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO.

LANDER, Edgardo; NAVARRETE, Pablo (2007). *La política económica de la izquierda latinoamericana en el gobierno – Venezuela*. Amsterdam: Fiona Dove.

LANDER, Luis (ed.) (2003). *Poder y petróleo en Venezuela*. Caracas: FACES, UCV – PDVSA.

LANDER, Luis E. (1997). *Apertura petrolera en Venezuela: de la nacionalización a la privatización*. XX Congreso Internacional de LASA. México.

LANDER, Luis E. (2002). “La reforma petrolera del gobierno de Chávez”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, vol. 8, Nro. 2, FACES.

LANDER, Luis E. (2004). “La insurrección de los gerentes: PDVSA y el gobierno de Chávez”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, Vol. 10, N. 2, FACES.

LANDER, Luis E. (2006). “Presentación: a treinta años de la nacionalización el debate continúa”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, vol. 12, n. 1, FACES.

LANDER, Luis E.; LÓPEZ MAYA, Margarita (2002). “Venezuela, golpe y petróleo”, *Observatorio Social de América Latina*. Colección Grupos de Trabajo de CLACSO. Buenos Aires: CLACSO.

LÓPEZ MAYA, Margarita; LANDER, Luis E. (2009). “El socialismo rentista de Venezuela ante la caída de los precios petroleros internacionales”. *Cuadernos del Cendes*, año 26, n. 71, p. 67-87.

LÓPEZ-MAYA, Margarita (2005). *Del Viernes Negro al Referendo Revocatorio*. Caracas: Alfadil.

- LÓPEZ-MAYA, Margarita; MEDINA, Medófilo (2003). *Venezuela: confrontación social y polarización política*. Bogotá: Aurora.
- LÓPEZ-MAYA; Margarita. “Venezuela” . In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (coord.) (2006) *Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ.
- MARINGONI, Gilberto (2004). *A Venezuela que se inventa: petróleo, poder e intriga nos tempos de Chávez*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- MARINGONI, Gilberto (2009). *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: UNESP.
- Chávez: *clases, polarización y conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad, 2003.
- MARX, Karl (2017). *O capital*. Livro 3. O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo.
- MAYORBE, Eduardo (2005). *Juan Pablo Pérez Alfonzo*. Caracas: El Nacional.
- MAZA ZAVALA, Domingo Felipe (1990). “História de meio século na Venezuela: 1926-1975” . In: *América Latina : história de meio século*. Brasília : Ed. Da UnB
- MEDINA SMITH, Emilio Jesús (2004). *La fuga de capitales en Venezuela (1950-1999)*. Caracas: BCV.
- MENDOZA POTELLÁ, Carlos (2008). “Presentación”. *Juan Pablo Pérez Alfonzo, ¿profecías cumplidas?* Suplemento de la Revista BCV, v. XXII, nº 1. Caracas.
- MENDOZA POTELLÁ, Carlos (2006) “Vigencia del Nacionalismo Petrolero”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales* 2001, Caracas, v. 12, n. 1, FACES.
- MIERES, Francisco (Org.) (2003). *PDVSA y el golpe*. Caracas, Editorial Fuentes SRL.
- MOMMER, Bernard (1988). *La Cuestión Petrolera*. Caracas: Tropicós.
- MOMMER, Bernard (2001). “Venezuela, política y petróleos”. VALECILLOS, Héctor; BELLO, Omar (Org.). *La economía contemporánea de Venezuela*. Caracas: BCV.
- MOMMER, Bernard (2002). “Venezuela: Un nuevo marco legal e institucional petrolero”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 8, n. 2, FACES.
- MOMMER, Bernard (2003a). “Petróleo subversivo” . In: ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel. *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad.
- MOMMER, Bernard (2003b). *Petróleo Global y Estado Nacional*. Caracas: Comala.com.
- MORA CONTRERAS, Jesús (2002). “El derecho de propiedad de los hidrocarburos

em Venezuela: origen y tradición legal”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, vol. 8, n. 2, FACES.

NAKATANI, Paulo; HERRERA, Rémy (2011). “Le Venezuela de la révolution bolivarienne. Changements structurels, planification et transition”. *Economies et Sociétés* (Paris), v. 45, p. 383-396.

ORGANIZATION of the Petroleum Exporting Countries (2013). *OPEC Annual Statistical Bulletin 2015*. Viena: OPEC.

PARKER, Dick (2001). “El chavismo: populismo radical y potencial revolucionario”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, vol. 7 n.1, FACES.

PARKER, Dick (2008). “Chávez y la búsqueda de una seguridad y soberanía alimentarias”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v.14 n.3. Caracas: FACES-UCV

PARRA LUZARDO, Gastón (2001). “Análisis de actividad petrolera en el lapso 1994-1998”. VALECILLOS, Héctor; BELLO, Omar (Org.). *La economía contemporánea de Venezuela*. Caracas: BCV.

PÉREZ ALFONZO, Juan Pablo (2011). *Hundiéndonos en el excremento del diablo*. Caracas: BCV.

PONNIAH, Thomas; EASTWOOD, Jonathan (ed.) (2011). *The revolution in Venezuela. Social and political change under Chávez*. Cambridge: Harvard University Press.

POULANTZAS, Nicos (2000). *O Estado, o Poder, o Socialismo*. São Paulo: Graal.

PUENTE, José Manuel (2012). “Rente et révolution. L'économie politique vénézuélienne pendant les présidences d'Hugo Chávez”. *Problèmes d'Amérique latine*, n. 87, p. 115-123.

QUINTERO, Rodolfo (1978). *El petróleo y nuestra sociedad*. Caracas: Ediciones de la Biblioteca de la Universidad Central de Venezuela.

QUINTERO, Rodolfo (1985). *La cultura del petróleo*. Caracas: Ediciones FACES/UCV.

REY, Juan Carlos (1991). “La Democracia Venezolana y la Crisis del Sistema Populista de Conciliación”. *Revista de Estudios Políticos*, 74, pp. 533-578.

RIBEIRO, Vicente Neves da Silva (2009). *Petróleo e processo bolivariano. Uma análise da disputa pelo controle do petróleo entre 2001 e 2003*. Dissertação de Mestrado. PPG em História da UFRGS.

RIBEIRO, Vicente Neves da Silva (2010). “Venezuela: nacionalismo petrolero e

socialismo do século XXI”. *Anais. IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Imperialismo, militarismo e nacionalismo no século XXI*. Londrina: GEPAL/UUEL, 2010. p. 86-94.

RIBEIRO, Vicente Neves da Silva . Venezuela bolivariana: disputas pelo controle do petróleo em perspectiva. *Boletim Tempo Presente (UFRJ)* , v. 10, p. 1, 2013.

RODRIGUEZ ARAQUE, Ali (2002). “La reforma petrolera venezolana de 2001”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, vol. 8, n. 2, FACES, Caracas, VE.

RODRÍGUEZ ARAQUE, Alí; MOMMER, Bernard (2016). “Primer centenario de la Venezuela exportadora de petróleo”. *Aporrea*. Disponível em: www.aporrea.org/energia/a255814.html. Acessado em 8 de janeiro de 2017.

RODRÍGUEZ, Miguel. “El verdadero origen de la deuda”. *Revista SIC*, n. 469. Caracas: Centro Gumilla.

SEIFFER, Tamara; KORNBLIHTT, Juan; DE LUCA, Romina (2012). “El gasto social como contención de la población obrera sobrante durante el kirchnerismo y el chavismo (2003-2010)”. *Cuadernos de Trabajo Social*, Vol. 25-1, p. 33-47.

RODRÍGUEZ, Policarpo A. (2006). *Petróleo en Venezuela ayer, hoy y mañana. Cinco décadas de historia económica venezolana*. Caracas: El Nacional.

SILVA CALDERÓN, Álvaro (2006). “La Trayectoria de la nacionalización petrolera”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, Vol. 12, n. 1. FACES.

SILVA, Jose Ignacio; SCHLIESSER, Renier (1998). *La evolución de la pobreza en Venezuela*. Serie Documentos de Trabajo. Volumen 14.

SILVA, Simone Fioritti (2016). *Um estudo sobre a evolução do preço do petróleo nas últimas décadas*. Tese (Doutorado). Departamento de Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SKURSKI, Julie (1993). *The Leader and the People: Representing the Nation in Postcolonial Venezuela*. Tese (Doutorado). University of Chicago.

SONNTAG, Heinz e GÓMEZ, Luis (1985). “A Venezuela como exportadora de petróleo” . In: CARDOSO, Fernando Henrique (Org.). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense.

SOTELO VALENCIA, Adrián (2005). *América Latina: de crisis y paradigmas. La teoría de la dependencia en el siglo XXI*. México, UNAM/Plaza y Valdés/Universidad Obrera de México.

SUTHERLAND, Manuel (2009). *El capitalismo rentístico, análisis empírico de la renta petrolera y el “intento” de construcción del socialismo del siglo XXI en medio de la crisis del sistema capitalista*. Caracas: Alem.

TERAN MANTOVANI, Emiliano (2013). *El fantasma de la Gran Venezuela: dilemas del Petro-Estado en la Revolución Bolivariana Un estudio histórico-geográfico del mito del «desarrollo» en Venezuela*. Caracas: CELARG.

TINKER SALAS, Miguel (2015). *Venezuela - What everyone needs to know*. New York: Oxford University Press

URBANEJA, Diego Bautista (2013). *La renta y el reclamo. Ensayo sobre petróleo y economía política en Venezuela*. Caracas: Editorial Alfa, 2013.

WEISBROT, Mark (2008). “Poverty Reduction in Venezuela: A Reality-Based View”, *Revista: Harvard Review of Latin America*, v. 8, n. 1, p. 36-39.

WILPERT, Gregory (2009). *Venezuela hacia el Socialismo del siglo XXI. Las políticas de la presidencia de Hugo Chávez 1999-2006*.

YERGIN, Daniel (2008). *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money & Power*. Nova Iorque: Free Press.

Anuários:

Banco Central da Venezuela (estatísticas). Disponível em: www.bcv.org.ve. Acessado em Agosto de 2016.

Informe Anual de PDVSA, vários anos.

Petróleo y Otros Datos Estadísticos (PODE), vários anos.

Entrevistas:

CENTENO, Tomás. Entrevista concedida a Vicente Ribeiro. 2016.